

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

CÍNTIA FLORENCE NUNES

**O TRABALHO DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS FRENTE À SUPEREXPLORAÇÃO DA
FORÇA DE TRABALHO NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL**

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

CÍNTIA FLORENCE NUNES

**O TRABALHO DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS FRENTE À
SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CONTEXTO DE
CRISE DO CAPITAL**

Tese de Doutorado apresentada
como requisito parcial à obtenção
do grau de Doutora em Serviço
Social pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da
Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul - PUCRS

Orientadora: Prof.^a Dra. Beatriz Gershenson

Porto Alegre
2022

Ficha Catalográfica

N972t Nunes, Cíntia Florence

O Trabalho das Juventudes Brasileiras frente à Superexploração da Força de Trabalho no Contexto de Crise do Capital / Cíntia Florence Nunes. – 2022.

146 p.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Gershenson.

1. Juventudes. 2. Trabalho. 3. Superexploração. 4. Capital Humano Juvenil. I. Gershenson, Beatriz. II. Título.

CÍNTIA FLORENCE NUNES

**O TRABALHO DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS FRENTE À
SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CONTEXTO DE
CRISE DO CAPITAL**

Tese de Doutorado apresentada
como requisito parcial à obtenção
do grau de Doutora em Serviço
Social pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da
Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul - PUCRS

Aprovada em _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Beatriz Gershenson (Orientadora - PUCRS)

Prof.^a Dra. Jane Cruz Prates (PUCRS)

Prof.^a Dra. Ilana Lemos de Paiva (UFRN)

Prof. Dr. Giovane Antonio Scherer (UFRGS)

Porto Alegre
2022

"O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil – Código de Financiamento 001" ("This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001")

RESUMO

A presente tese aborda as particularidades do trabalho das juventudes num cenário de crise estrutural do capital, onde os processos de superexploração da força de trabalho acentuam-se nos países de economia dependente, como o Brasil. Na pesquisa realizada analisou-se como vem se constituindo o trabalho das juventudes brasileiras frente à superexploração da força de trabalho num contexto de crise do capital. Esta pesquisa prioriza a abordagem qualitativa e é orientada pelo Materialismo Histórico Dialético. O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, a qual busca uma aproximação e aprofundamento sobre o tema, a partir da pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica ocorreu nas seguintes bases de dados: Scielo e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em que foram analisadas as produções publicadas entre 2015 e 2020. Na pesquisa documental, foram analisados os documentos públicos relacionados às juventudes brasileiras na interface com o mundo do trabalho, publicados no período entre 2015 e 2020. Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica da Análise Textual Discursiva (MORAES, 2003). Os dados da pesquisa revelam que as juventudes compõem um segmento privilegiado do exército industrial de reserva favorecendo a produção e reprodução do capital. Ademais, o trabalho informal e o empreendedorismo constituem-se como duas faces da mesma moeda quando se analisa o trabalho juvenil, uma vez que as elevadas taxas de informalidade do trabalho das juventudes brasileiras se intensificam, com a ausência de proteção trabalhista e a precarização do trabalho. Os dados de pesquisa revelam o enfoque das agências e organismos internacionais no desenvolvimento do capital humano juvenil, por meio da ideologia da profissionalização dos jovens. Do mesmo modo, o Trabalho Decente para a juventude se apresenta como uma promessa civilizatória que não pode ser cumprida nos marcos do capital, ao ignorar o traço de exploração capitalista em toda e qualquer forma de relação de trabalho na sociedade contemporânea, sobretudo, nas economias dependentes.

Palavras-chave: Juventudes. Trabalho. Superexploração. Capital Humano Juvenil.

ABSTRACT

This thesis addresses the particularities of youth work in a scenario of structural crisis of capital, where the processes of overexploitation of the workforce are accentuated in dependent economy countries, such as Brazil. In the research carried out, it was analyzed how the work of Brazilian youths has been constituted in the face of the overexploitation of the workforce in a context of capital crisis. This research prioritizes a qualitative approach and is guided by Dialectical Historical Materialism. The present study is an exploratory research, seeking an approximation and deepening of the theme, based on bibliographical and documentary research. The bibliographic research took place in the following databases: Scielo and Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), where the productions published between 2015 and 2020 are being analyzed. interface with the world of work, published in the period between 2015 and 2020. For data analysis, the Discursive Textual Analysis technique was used (MORAES, 2003). Research data reveal that youths make up a privileged segment of the industrial reserve army, favoring the production and reproduction of capital. In addition, informal work and entrepreneurship are two sides of the same coin when analyzing youth work, since the high rates of informality in the work of Brazilian youth are intensified, with the absence of labor protection and the precariousness of work. work, perpetuated in the same way by entrepreneurship. Research data reveal the focus of international agencies and organizations on the development of youth human capital, through the ideology of youth professionalization. In the same way, decent work for the youth presents itself as a civilizing promise that cannot be fulfilled within the framework of capital, by ignoring the trait of capitalist exploitation in any form of work relationship in contemporary society, especially in economies dependents.

Keywords: Youths. Work. Overexploitation. Youth Human Capital.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização das Teses em Serviço Social entre 2010 a 2020.

Quadro 2 – Número de documentos encontrados em cada base de dados, por estratégia de pesquisa

Quadro 3 – Critérios de inclusão e exclusão da pesquisa bibliográfica

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ANTD – Agenda Nacional do Trabalho Decente

ANTDJ – Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude

BM – Banco Mundial

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJUVE – Estatuto da Juventude

FMI – Fundo Monetário Internacional

GEJUP – Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas

GEPEDH – Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Humanos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTQQIA+ – Lésbicas, Gays, Bi, Travestis, Transexuais, Transgêneros

Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromântiques/Agênero e mais

MEC – Ministério da Educação

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PEA – População Economicamente Ativa

PNAD – Pesquisa Nacional por Mostra de Domicílios Contínua

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPJ – Políticas Públicas para a Juventude

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SNJ – Secretaria Nacional da Juventude

SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TMD – Teoria Marxista da Dependência

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 O CAMINHO DA PESQUISA	23
2 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL	35
2.1 O TRABALHO COMO FUNDAMENTO DO SER SOCIAL	35
2.2 O TRABALHO NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL.....	42
2.3 CAPITALISMO DEPENDENTE E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL	49
3 O SENTIDO DO TRABALHO DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS	60
3.1 JUVENTUDES: UMA CATEGORIA SOCIAL E HISTÓRICA	61
3.2 O TRABALHO DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL.....	73
3.3 CAPITAL HUMANO JUVENIL: A EDUCAÇÃO VOLTADA PARA AS NECESSIDADES DA ORDEM DO CAPITAL.....	83
3.4 TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE: A PROMESSA CIVILIZATÓRIA NOS MARCOS DO CAPITAL	98
4 CONCLUSÕES	113
REFERÊNCIAS	121
REFERÊNCIAS DOS ARTIGOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	130
REFERÊNCIAS DAS TESES DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	133
ANEXOS	141
ANEXO A – Comprovante de aprovação do Projeto de Pesquisa pela Comissão Científica da Escola de Humanidades da PUC/RS	141
APÊNDICES	142
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	142
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA A PESQUISA DOCUMENTAL	143
APÊNDICE C - QUADRO EXEMPLIFICATIVO DA ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	144
APÊNDICE D - QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ELEMENTOS DA ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA DA PESQUISA DOCUMENTAL	145

1 INTRODUÇÃO

Na presente Tese discute-se a relação das juventudes com o mundo do trabalho, analisando como vem se constituindo o trabalho das juventudes frente à superexploração da força de trabalho no Brasil em um contexto de crise do capital, delimitando-se o período recente, entre 2015 e 2020. O presente marco temporal da tese ocorre num Brasil que, em 2015, presencia o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista e a ascensão do conservadorismo (KELLER, 2019). Além disso, segundo o regulamento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/PUCRS), a coleta de dados deve ter sido realizada dentro do prazo para qualificação da Tese, o que fez com que a autora delimitasse as produções bibliográficas e documentos para coleta de dados até o ano de 2020, tendo em vista o período exequível da pesquisa.

Ademais, a crise do capital, em 2008, além de demonstrar que o capitalismo permanece profundamente instável, revelou também que o capitalismo de tipo neoliberal é incapaz de conviver com políticas de caráter compensatórios de bem-estar social, bem como as liberdades democráticas, sobretudo nos países periféricos. Nesse cenário, os jovens brasileiros tornam-se um dos segmentos mais atingidos pelo agravamento das expressões da questão social, fruto do processo de acumulação e centralização de capital (IAMAMOTO, 2015), especialmente após os elementos conjunturais vivenciados nos últimos cinco anos no Brasil. A vida dos jovens brasileiros, sobretudo, aqueles que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos e que sofrem cotidianamente processos de negação de direitos, é atingida pelas políticas de austeridade fiscal e incertezas cada vez maiores não apenas em relação ao futuro, mas também ao presente.

No Brasil, em particular a partir de 2016, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, se identifica um conjunto de medidas ultra neoliberais, como a retirada de direitos e o aprofundamento da desigualdade social, que não apenas impossibilita um futuro melhor para a classe trabalhadora como também faz retroceder o país ao passado, favorecendo a relação de dependência e submissão ao imperialismo.

A eleição de Jair Bolsonaro, em outubro de 2018, candidato favorecido pela propagação de notícias falsas (as chamadas *fakes news*) e pelo fundamentalismo religioso, se assentou em discursos de ódio à comunidade LGBTTTQIA+, às mulheres, aos negros e aos povos tradicionais, bem como o ataque direcionado aos direitos humanos e o fortalecimento do aparato civil militar (como a proposta de flexibilização da compra e venda de armas de fogo no país).

A conjuntura brasileira, já pouco favorável à classe trabalhadora, em 2020, se vê diante da agudização da crise do capital em um contexto sanitário que recrudescer as desigualdades preexistentes, amparadas por um Estado genocida, durante a pandemia do novo coronavírus. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, declarou que o surto do novo coronavírus (Sars-CoV 2) se constitui de uma pandemia, alertando para os altos níveis de propagação e gravidade da doença provocada pelo vírus. Um ano depois, os dados da OMS indicaram 120 milhões de pessoas infectadas e mais de 2,6 milhões de mortes em todo o mundo (OMS, 2021). No Brasil, a condução do Governo Federal tem se demonstrado desastrosa em relação a medidas para contenção da propagação do vírus e atendimento à saúde da população.

Um estudo do Conectas Direitos Humanos e do Centro de Pesquisa e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA, 2021), da Faculdade de Saúde Pública da USP, a partir dos atos normativos do Poder Executivo Federal e Estaduais com relação à pandemia (COVID – 19) revelou a ausência da participação social na legislação federal sobre a pandemia, em uma relação de antagonismo explícito entre Governo Federal e sociedade civil. Nesse sentido, criou-se obrigações normativas para a população em geral de forma fragmentada e, por vezes, contraditória. Contudo, mais do que parco empenho do governo na prevenção e minimização dos efeitos da pandemia, o estudo citado releva que, em âmbito federal, há uma estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo governo brasileiro sob a liderança da Presidência da República. O relatório de pesquisa analisado apresenta três eixos para subsidiar a afirmação anterior, sendo eles: a) os atos normativos da União; b) atos de obstrução às respostas dos governos estaduais e municipais à pandemia; e c) propaganda contra a saúde pública, com o propósito de desacreditar as

autoridades sanitárias e enfraquecer a adesão popular às recomendações de saúde baseadas em evidências científicas (CEPEDISA; CONECTAS, 2021).

Desse modo, o relatório destaca tanto os diversos atos normativos que se sobrepõem e, por vezes, chegam até mesmo a ser contraditórios entre si, bem como, a campanha publicitária *“Brasil não pode parar”*, vinculada à Secretaria de Comunicação da Presidência da República, a qual divulgava uma informação de que seriam raros os casos de vítimas fatais do novo coronavírus entre jovens e adultos, induzindo a população a crer que as medidas de isolamento e distanciamento social não seriam necessárias para este segmento, contrariando todas as orientações de saúde pública. Da negação da gravidade da pandemia – inicialmente propagada pelo presidente como uma mera “gripezinha” –, desencadeia-se uma forte campanha para o tratamento precoce com o uso de cloroquina, ivermectina e nitazoxanida, em resposta à Covid-19, a qual não existiria sem o favorecimento às indústrias farmacêuticas (CEPEDISA; CONECTAS, 2021).

A América Latina e o Caribe têm sido uma das regiões do mundo mais afetadas pelo novo coronavírus, tanto em número de casos como de óbitos, de acordo com o relatório a CEPAL: *Panorama Social de América Latina, 2020*, publicado em março de 2021. Em 2020, apenas 8,4% da população mundial vivia na região e, até dezembro daquele ano, chegou-se a 18,6% das infecções acumuladas por COVID-19 e 27,8% das mortes causadas pela doença. A porcentagem da extrema pobreza aumentou de 7,8% para 11,3%, e da pobreza de 27,8% para 30,5% da população (CEPAL, 2021).

O relatório também demonstra que, ao comparar os trimestres de abril a junho de 2019 e 2020, há uma redução ano a ano na força de trabalho de quase 10 milhões de pessoas, passando de 106.108 milhões para 96.138 milhões, devido à perda de um número semelhante de empregos. A faixa etária mais afetada pela redução do emprego durante a pandemia tem sido da população mais jovem. A pandemia não apenas fecha postos de emprego e coloca grandes obstáculos na busca pelo primeiro emprego ou em uma melhor colocação no mercado de trabalho, como também interrompe o acesso à educação e formação dos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sobretudo com o fechamento de escolas e a instituição de aulas

on-line, que deixam à deriva uma imensa parcela de jovens por falta de recursos tecnológicos satisfatórios (CEPAL, 2021).

No mundo do trabalho, as juventudes brasileiras são impactadas, também, pelo empenho do governo no desenvolvimento econômico que privilegia parcela ínfima da população, uma vez que se fortalece as políticas de austeridade e privatização de bens públicos, além dos índices de desemprego juvenil serem maiores do que a taxa média de desemprego da população em geral. Os jovens ingressam no trabalho em condições precárias, de superexploração, com baixos salários e altas jornadas de trabalho, além de sofrerem os mais diversos tipos de assédios morais, sexuais e psicológicos nas atividades laborais.

A pesquisa de doutorado de Mônica Paulino de Lanes (2019) apresenta a tese de que há uma tendência de superexploração da força de trabalho dos jovens brasileiros, tal como, sua relação com o processo de reprodução do capital no Brasil. A superexploração da força de trabalho se constitui como um importante traço estrutural do capitalismo dependente que assegura a acumulação de capital. Os jovens brasileiros compõem parte significativa do exército industrial de reserva e recebem o pagamento de sua força de trabalho abaixo de seu valor, contribuindo direta e indiretamente para os processos de superexploração da força de trabalho, seja esta da própria juventude ou dos trabalhadores em geral.

Nesse sentido, busca-se refletir ao longo desta pesquisa as particularidades das juventudes na interface com o mundo do trabalho, a partir da categoria da *superexploração da força de trabalho*. As juventudes são um dos segmentos mais afetados pela reestruturação produtiva do capital, a partir da década de 1970, que alterou radicalmente a organização do trabalho com a inserção de novas formas de gestão e inovações tecnológicas. A chamada Terceira Revolução Industrial, ou Informacional, na qual o modelo taylorista-fordista é substituído pelo toyotismo, ocorre com uma intensificação na jornada de trabalho, aprofundando o grau de exploração da força de trabalho (ANTUNES, 2013; MÉSZÁROS, 2011). Nesse sentido, o toyotismo, enquanto um novo padrão de acumulação do capital, amplia as contradições entre as classes, em que segmentos cada vez maiores da população mundial são considerados redundantes e descartáveis enquanto trabalhadores produtivos,

encontrando dificuldades cada vez maiores de sobreviver, tanto material quanto psicologicamente (HARVEY, 2016).

Já no início da década de 1990, com a dissolução da União Soviética, o modo de produção capitalista alcança dimensões globais, provocando o ingresso de um enorme contingente de trabalhadores à disposição da exploração capitalista, bem como, a vitória do capitalismo sobre o socialismo (HOBBSAWM, 2008). Chega-se ao século XXI com a completa subordinação da vida ao capital, como consequência de uma profunda concentração e centralização de capital somado ao alto grau de fragmentação da classe trabalhadora. A ofensiva ideológica, ao cumprir a função de ocultar às determinações do real no seu devir histórico, nega os nexos e as conexões da totalidade social e destas com o seu desdobramento no tempo. Ao deslocar os sujeitos da realidade sócio-histórica na qual estão inseridos, nega-se as contradições próprias dos processos sociais que se desenvolvem sob a égide da acumulação capitalista, fortalecendo apreensões fragmentárias e apolíticas da realidade (IASI, 2013).

Neste cenário, presencia-se o aprofundamento das expressões da questão social na vida de imensos contingentes populacionais ao redor do mundo, com a desregulamentação das legislações trabalhistas, a intensificação da jornada de trabalho, a superexploração da força de trabalho, políticas públicas cada vez mais residuais e focalizadas, uma decadência cultural embrutecedora e a destruição de recursos naturais. Essa realidade se apresenta de maneira diversa ao redor do mundo, a partir das particularidades sócio-históricas de cada país e região e, em especial, na América Latina e Caribe, onde um grande contingente populacional convive com uma brutal desigualdade social. Ademais, alguns segmentos são mais fortemente atingidos pelas imposições do capital, particularmente as mulheres, os negros, os povos originários e as juventudes.

Nesse sentido, a presente tese tem como tema o trabalho das juventudes brasileiras diante da superexploração da força de trabalho no contexto de crise do capital. Desse modo, para fins de elaboração deste estudo, formulou-se o seguinte desenho de pesquisa abaixo:

Problema de Pesquisa:

Como vem se constituindo o trabalho das juventudes frente à superexploração da força de trabalho no Brasil em um contexto de crise do capital?

Questões Norteadoras:

- 1) Como vêm se configurando as crises do capital nos países dependentes, em particular no Brasil?
- 2) Como se estabelece, historicamente, a superexploração da força de trabalho no Brasil?
- 3) Como vem se constituindo a inserção das juventudes brasileiras no mundo do trabalho?
- 4) Como se caracteriza a superexploração da força de trabalho às juventudes brasileiras na atualidade?

Objetivo geral:

Analisar como vem se constituindo o trabalho das juventudes brasileiras frente à superexploração da força de trabalho no contexto de crise do capital, a fim de construir subsídios que contribuam para a formulação de políticas de trabalho para as juventudes.

Objetivos específicos:

- 1) Analisar como vêm se configurando as crises do capital nos países dependentes, em especial, no Brasil.
- 2) Investigar como se estabelece, historicamente, a superexploração da força de trabalho no Brasil.
- 3) Compreender como vem se constituindo a inserção das juventudes brasileiras no mundo do trabalho no contexto de crise do capital;
- 4) Analisar como a superexploração da força de trabalho atinge as juventudes brasileiras no contexto de crise do capital.

Ressalta-se que o desenho da pesquisa sofreu diversas mudanças desde o ingresso no doutorado, chegando à proposta acima em maio de 2020, quando o Projeto de Pesquisa foi aprovado pela Comissão Científica da Escola de Humanidades da PUC/RS (ANEXO A). Tais mudanças ocorreram tanto pelas inúmeras transformações ocorridas na conjuntura política do país nos últimos cinco anos, mas também pelas mudanças cotidianas na vida da autora após o ingresso no serviço público em um município do interior do estado no Rio Grande do Sul. Ressalta-se que a elaboração da tese se associa à trajetória acadêmica, militante e profissional da autora.

O debate em torno das juventudes emergiu a partir da inserção política da autora no movimento estudantil durante a graduação em Serviço Social na

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS. Na época, a atuação no Diretório Acadêmico (DA) e Central dos Estudantes (DCE) proporcionou reflexões sobre a vivência juvenil e estudantil voltadas à permanência na universidade, bem como aos processos de opressão geracional e a necessidade de participação política nos movimentos sociais e partidos políticos. Todavia, as reflexões em torno da realidade das juventudes aprofundaram-se ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), vinculando-se ao Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas (GEJUP). Nesse sentido, destacam-se as elaborações coletivas realizadas em torno das expressões da questão social e suas implicações às juventudes na realidade brasileira, com ênfase ao envolvimento dos jovens com o tráfico de drogas, ao encarceramento em massa da juventude negra e à mortalidade juvenil. Esta última, por sua vez, sendo objeto da constituição da Frente de Enfrentamento à Mortalidade Juvenil, em Porto Alegre, com demais segmentos sociais da rede de proteção socioassistencial.

Atualmente, a autora é servidora pública em um município do interior do estado do Rio Grande do Sul, iniciando a atuação junto à Política de Saúde Mental, vinculada ao Núcleo Infanto-Juvenil de um Centro de Atenção Psicossocial I (CAPS). Anteriormente, entre 2019 e 2021, na qualidade de assistente social na Política de Assistência Social do mesmo município, a inserção profissional da autora ocorreu junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com jovens-adolescentes, suscitando diversos questionamentos e desafios. Desse modo, perpassam ao trabalho profissional as expressões da questão social relacionadas à saúde mental, à sexualidade, à evasão escolar e ao ingresso no mundo do trabalho. Cabe destacar que a realidade social destes jovens é marcada pela profunda desigualdade social, que os obriga a ingressar no mundo do trabalho, a fim de complementar a renda familiar. O ingresso desses sujeitos ocorre de maneira bastante precoce e precária, muitas vezes, sem vínculos de proteção social, agravando-se com as dificuldades encontradas para conciliar trabalho, escola e demandas domésticas, como o cuidado com irmãos mais novos ou filhos.

Essa realidade, contudo, é vivenciada por uma imensa parcela de jovens e adolescentes no contexto brasileiro, o que instiga a pesquisadora a explorar

as particularidades do trabalho das juventudes. Diante disso, compreende-se que as juventudes são um dos segmentos mais afetados pelas mudanças ocorridas desde a década de 1970 na base produtiva do capitalismo, ao inserir-se no mundo do trabalho em níveis cada vez maiores de flexibilização e exploração, que se agravam diante da crise estrutural ao capital (MÉSZÁROS, 2011).

Nesse sentido, este estudo visa responder o seguinte problema de pesquisa: **como vem se constituindo o trabalho das juventudes brasileiras frente à superexploração da força de trabalho no contexto de crise do capital?** Trata-se, assim, de apreender a dinâmica dos processos sociais que envolvem a inserção das juventudes no mundo do trabalho em um cenário de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011), em que se acentuam os processos de superexploração da força de trabalho e as expressões da questão social no Brasil. Desse modo, tem-se como marco desta investigação o ano de 2005, com o início da Política Nacional de Juventudes no Brasil, a qual reconhece as juventudes enquanto sujeitos de direitos pelo Estado Brasileiro, até o período contemporâneo.

Sob a hegemonia do capital financeiro, a questão social assume novas dimensões, metamorfoseando-se e apresentando novos desafios a seu enfrentamento. Todavia, apesar das novas roupagens que assume na atualidade, a questão social – enquanto objeto de trabalho dos assistentes sociais – é ainda decifrada pelo conjunto de desigualdades e resistências em decorrência da acumulação e centralização do capital (IAMAMOTO, 2011; 2015). No Brasil, as contradições capitalistas se acirram com o golpe jurídico-midiático-parlamentar, em 2016, abrindo espaço para uma série de ataques aos direitos sociais (PAIVA; HILLESHEIM, 2016), bem como de novas formas de desregulamentação do trabalho, a exemplo da Reforma Trabalhista, aprovada em 2017. Esta por sua vez, atinge o conjunto dos trabalhadores, de modo geral, mas de forma particular as juventudes, contribuindo para a superexploração da força de trabalho. Do mesmo modo, os índices de desemprego de jovens se sobressaem no país, sendo mais que o dobro da taxa média de desemprego da população em geral (IBGE, 2020).

Portanto, mesmo com importantes conquistas do ponto de vista legal no último período¹, as juventudes se constituem enquanto um dos segmentos da população mais atingidos por inúmeras expressões da questão social. De acordo com Sales (2004), as juventudes que moram nas periferias dos grandes centros urbanos, em situação de pobreza e majoritariamente negra, sofrem com uma *(in)visibilidade perversa*, sendo assim, invisíveis ao conjunto da sociedade e do Estado em relação às privações materiais, culturais e, até mesmo, afetivas, as quais estão submetidas. Por outro lado, as juventudes adquirem visibilidade quando atreladas à violência, ao crime, ao estigma de sujeitos perigosos, delinquentes, marginais, reproduzindo discriminações históricas na sociedade brasileira (SALES, 2004). Do mesmo modo, a inserção no mundo do trabalho ocorre de modo precário, instável, com baixos salários, muitas vezes de maneira informal, sem garantias legais e proteção social, o que dificulta ainda mais a possibilidade de rompimento com as condições de pobreza.

Ao subsidiar a elaboração de uma Tese em Serviço Social, esta pesquisa visa aprofundar o conhecimento acerca das particularidades das expressões da questão social na realidade das juventudes brasileiras, partindo da centralidade das condições e relações que envolvem o trabalho na sociabilidade do capital. Este estudo insere-se na linha de pesquisa Direitos Humanos, Serviço Social, Desigualdades e Resistências, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da Escola de Humanidades da PUCRS. Atualmente, a autora está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos (GEPEDH), o qual está voltado às populações historicamente vulneráveis em termos de direitos humanos, como as juventudes. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, o trabalho é um direito de todo ser humano, devendo este ser realizado em condições justas e favoráveis, compatível com a dignidade humana e proteção contra o desemprego. Nesse sentido, destaca-se a importância do debate em torno das juventudes com

¹ Destaca-se a aprovação da LEI Nº 11.129, de 30 de junho de 2005 que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); cria o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional de Juventude; e a LEI Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <<http://participatorio.juventude.gov.br/legislacao#.Wz6qBNJKjIU>> Acesso em: 26 abr. 2020.

relação ao trabalho, uma vez que a produção teórica na área do serviço social é pouco expressiva, como mostra o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Caracterização das Teses em Serviço Social entre 2010 à 2020.

Eixo temático de análise	Teses	Ano	Conteúdo das produções
Relações de Trabalho e Superexploração.	Capitalismo Dependente e a Superexploração da Força de Trabalho: uma análise da juventude da classe trabalhadora no Brasil	2019	Capitalismo dependente. Exército Industrial de Reserva. Superexploração da Força de Trabalho.
Relações de trabalho e Consciência de Classe.	Amo mesmo tudo isso? Ideologia e Luta por Direitos dos Trabalhadores das Redes de Fast Food	2019	Trabalho. Juventude. Direitos. Consciência de classe. Ideologia.
Profissionalização Juvenil e Políticas Públicas.	Juventude e Políticas Públicas de Trabalho no Governo Lula: “Qualificação” para quem?	2017	Política Pública de Trabalho. Educação Profissional. Juventude. Primeiro Governo Lula.
Políticas Públicas para as Juventudes.	O Caleidoscópio da (In)Segurança: os reflexos da dialética da (des)proteção social nas juventudes	2015	Juventudes. (In)Segurança. Políticas Públicas. (Des)Proteção Social.
Profissionalização Juvenil e Políticas Públicas.	Profissionalização e Acesso ao Trabalho para os Jovens: elementos sociojurídicos	2014	Jovens. Juventude. Profissionalização. Políticas Públicas. Acesso ao Trabalho.
Concepção de Juventude nas Políticas Públicas.	A Racionalidade De Um Discurso: Jovem Como Agente Estratégico de Desenvolvimento	2014	Racionalidade Instrumental. Discurso. Juventude. Política Nacional de Juventude.
Profissionalização Juvenil e Políticas Públicas.	Programas de Capacitação à Juventude Latino Americana: um estudo comparativo entre Argentina e Brasil	2013	Programas de capacitação para a juventude. Mercado de trabalho. América Latina.
Trabalho Informal para as Juventudes.	Significados do trabalho informal em Luanda: luta, coragem e persistência nas vozes dos jovens migrantes	2012	Juventude; Trabalho informal; Comércio ambulante; Desigualdade e exclusão social; Guerra civil; Pobreza e desemprego.

Fonte: Sistematizado pela autora. Dados obtidos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (2020).

Percebe-se, pelo Quadro 1, que foram encontradas apenas oito teses na área do serviço social relacionadas às juventudes e o mundo do trabalho nos últimos dez anos, a partir de busca realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações da CAPES, o que evidencia que a temática é ainda pouco explorada na área. Cabe, assim, avançar nas reflexões e elaborações em torno da inserção das juventudes no mundo do trabalho em um contexto de crise do capital, a fim de possibilitar não somente um maior aprofundamento teórico sobre o tema, mas também contribuir na construção de alternativas às desigualdades sob as quais estão submetidas as juventudes pobres.

A pesquisa em serviço social envolve valores éticos comprometidos com a transformação da realidade social e a emancipação humana (PRATES, 2004; SILVA, 2007). Nesse sentido, a presente tese emerge diante da realidade concreta de milhões de jovens brasileiros que vivenciam a condição de superexploração da força de trabalho, tendo em vista a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a temática, bem como, da construção subsídios para a formulação de políticas de trabalho voltadas às juventudes.

Cada momento histórico é marcado por tensões, conflitos e rupturas que podem gerar avanços do ponto de vista civilizatório ou a manutenção da sociedade de classes, evidenciando que a reprodução das relações capitalistas não ocorre de modo linear (FONTES, 2017), nem mesmo que esta é natural e o único modo de se viver. Como nos lembra Eduardo Galeano (2019, p. 14), “se Deus não existe, quem fez o mundo? — Bobo — disse o operário, cabisbaixo, quase que segredando. Bobo. *Quem fez o mundo fomos nós, os pedreiros*”.

As reflexões presentes nesta tese são fruto de diversas inquietações que se apresentam na realidade vivenciada pela autora como jovem, estudante, trabalhadora, militante de movimentos sociais e partido político e, por fim, como assistente social inserida em espaços sócio-ocupacionais nas áreas da assistência social e saúde. Portanto, salienta-se a não neutralidade nas análises realizadas neste estudo, bem como, a intencionalidade de trazer à tona o pensamento crítico e contra hegemônico a fim de desvendar as contradições presentes nos processos de trabalho das juventudes sob a ordem do capital. Ademais, as contradições vivenciadas pelas juventudes brasileiras se apresentam enquanto uma demanda para atuação dos assistentes sociais,

exigindo elaborações teóricas, éticas, políticas e práticas no cotidiano profissional.

Destaca-se que as limitações encontradas pela autora neste trabalho se devem, sobretudo, a condição de estudante de pós-graduação e trabalhadora nas políticas públicas, que não dispôs de condições objetivas adequadas para conciliar a elaboração da tese com o árduo cotidiano profissional, marcado pelas mais diversas expressões da questão social e a precarização das políticas públicas e sociais, agravada pela pandemia do novo coronavírus. Ainda assim, esta pesquisa buscou contribuir para a compreensão das juventudes brasileiras na interface com o mundo do trabalho, enfrentando os desafios de uma postura crítica frente ao avanço de um projeto neoliberal e neoconservador que aprofunda as desigualdades históricas do Brasil.

Desse modo, longe de se cair em análises deterministas e fragmentadas da realidade, esta pesquisa busca compreender as **particularidades do trabalho das juventudes** a partir dos múltiplos determinantes que compõem o real. A presente investigação orienta-se pelo Materialismo Histórico Dialético e pelo Projeto Ético Político do Serviço Social, na perspectiva da emancipação humana. A seguir, expõe-se caminho da pesquisa para a elaboração desta tese.

1.1 O CAMINHO DA PESQUISA

A produção de conhecimento envolve a construção de procedimentos capazes de desvendar o real. Nesse sentido, a teoria reproduz conceitualmente o que consegue capturar do real, ao proporcionar explicações acerca da realidade, a partir de um determinado padrão de elaboração - o método. Portanto, “cada teoria social é um método de abordar o real. O método é, pois, a trajetória teórica, o movimento teórico que se observa na explicação sobre o ser social” (YAZBEK, 2009, p. 05). Por isso, deve-se destacar a importância da delimitação teórica metodológica na pesquisa em serviço social, uma vez que se trata de explicar, mas também intervir na realidade social.

O método adotado nesta pesquisa é aquele que visa desocultar a relação entre o particular e o universal, observando, através da perspectiva histórica, o movimento das contradições existentes na realidade e nos processos sociais.

Ou seja, adotou-se o método denominado *materialismo histórico dialético*, uma vez que se parte da compreensão que a realidade social é complexa, com múltiplas facetas, não sendo compreensível, de maneira imediata e empírica, ou ainda, como afirma Ianni (2011), “é preciso uma reflexão crítica, muito profunda, reiterada e obstinada para alcançar a essência do objeto” (p. 399). Desse modo, busca-se apreender a essência do objeto de pesquisa - o trabalho das juventudes brasileiras frente à superexploração da força de trabalho -, sua estrutura e dinâmica, a partir do contexto de crise do capital.

No presente estudo, são adotadas as seguintes *categorias teóricas do método*, as quais orientarão todo o processo de pesquisa, são elas:

a) Contradição:

A contradição impulsiona o movimento do real, uma vez que se refere ao desenvolvimento dos processos sociais. A contradição expressa uma relação de conflito no vir a ser do real, uma vez que trata da “coexistência de elementos de opostos uns aos outros, simultaneamente coexistentes e a luta entre esses elementos” (MANDEL, 2015, p. 147). Desse modo, uma semente precisa negar a sua condição enquanto tal para poder germinar, isto é, apenas diante da contradição que há a possibilidade do florescer. Por isso, a contradição é destruidora, mas também criadora, pois determina a necessidade de superação do conflito (GADOTTI, 1995).

b) Historicidade:

A historicidade demonstra que o movimento e as transformações na realidade social são processuais e contínuas. Para Marx (1969, p.17), “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Ou seja, no processo de análise do real, identificamos elementos que, apesar de assumirem novas formas na contemporaneidade, carregam consigo dimensões estruturantes e históricas. Desse modo, identificar os elementos comuns em diferentes períodos históricos torna-se um fator imprescindível para a apreensão da essência do rel. Ademais, “o reconhecimento do caráter histórico da realidade social não equivale à redução historicizante à situação dada” (KOSIK, 1976, p. 127), isto é, trata-se da apreensão da história enquanto parte da história universal.

c) Totalidade:

Apreender a totalidade da realidade social significa estabelecer a relação entre as partes e o todo, em um movimento simultâneo e dialético. Segundo Lefebvre (1991, p. 198), “estudar um fato, querer conhecê-lo, é – depois de o ter discernido, isto é, isolado pelo menos parcialmente – restituí-lo num conjunto de relações que se estende paulatinamente a todo o universo”. Desse modo, mais do que a soma das partes que a constitui, a totalidade se configura como um todo estruturado, dialético, no qual “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 1982, p. 14). Assim, a totalidade é composta por todas as partes do real, não existindo um elemento que não implique na relação com outros elementos.

Diante disso, o presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória sobre as juventudes brasileiras na interface com o mundo do trabalho, buscando uma aproximação e aprofundamento sobre o tema. Nesse sentido, destaca-se que a produção teórica sobre o tema é ainda pouco expressiva, como já identificado na elaboração do Projeto de Pesquisa da tese (NUNES, 2020). A pesquisa de tipo exploratória é fundamental quando o tema de pesquisa é pouco explorado, uma vez que permite realizar incursões em diversas fontes teóricas e estudos já realizados, a fim de construir as mediações necessárias para cercar o objeto de estudo (GIL, 2008).

Esta pesquisa consiste em um estudo teórico, de caráter qualitativo, que buscou aprofundar a análise das relações humanas e seus impactos nos fenômenos e processos sociais, os quais não podem ser reduzidos a operações variáveis, buscando significados, motivações, crenças e valores, sensível nos mais diversos sentidos da vida humana (MINAYO, 2003). Apesar da primazia dos dados qualitativos, este estudo utilizou-se de dados quantitativos, enquanto dados secundários, no processo de pesquisa e análise do tema investigado. Com relação à coleta de dados, foram utilizadas, como técnicas, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia já tornada pública sobre o tema investigado, buscando um amplo alcance de informações (MARCONI; LAKATOS, 2003). Esta, por sua vez, permitiu a utilização de dados dispersos em diversas publicações na definição de um quadro conceitual que envolve o objeto deste estudo (GIL, 2008). Desse modo, pretendeu-se

compreender as principais tendências na produção do conhecimento acadêmico sobre as juventudes brasileiras na interface com o mundo do trabalho.

Neste estudo, foram utilizados, como fontes bibliográficas, artigos científicos, teses e dissertações das ciências sociais, ciências humanas e ciências sociais aplicadas, de abrangência nacional, referente à temática das juventudes brasileiras na interface com o mundo do trabalho, seguindo um roteiro de pesquisa bibliográfica elaborado pela pesquisadora (APÊNDICE A). Ressalta-se que, para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados dois softwares: o Mendeley, que consiste em uma ferramenta de gerenciamento de referências bibliográficas; e o NVivo, voltado para a análise de dados. As referências bibliográficas utilizadas para o estudo e a análise das principais tendências na produção acadêmica sobre as juventudes brasileiras na interface com o mundo do trabalho foram coletadas conforme expomos a seguir.

Primeiramente, selecionou-se a base de dados: Scielo e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A primeira base bibliográfica – Scielo -, constitui-se de uma biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico, foi escolhida por compreender as diversas áreas de conhecimento, além do acesso gratuito e de abrangência e reconhecimento no nível acadêmico nacional e internacional. Já a BDTD tem como objetivo integrar informações de teses e dissertações em um único portal, vinculado ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia do governo brasileiro.

Em seguida, definiram-se as estratégias de pesquisa, a partir da identificação de descritores temáticos relacionados às juventudes brasileiras na interface com mundo do trabalho, conforme especificado no Quadro 1. Salienta-se que a delimitação dos descritores se amparou em prévia revisão teórica sobre o tema, reconhecendo-se, por sua vez, os limites que esta possui e o possível risco de ficarem descobertos alguns aspectos relevantes na compreensão do objeto de estudo. Desse modo, reconhece-se a possibilidade de existirem trabalhos teóricos pertinentes ao tema desta investigação não localizados no processo de pesquisa, no entanto, seguindo-se o critério da saturação na pesquisa qualitativa, entende-se que a pesquisa bibliográfica permitiu a identificação de tendências analíticas e explicativas que vertebram o objeto deste estudo. A coleta de dados da pesquisa bibliográfica ocorreu entre agosto e setembro de 2020 junto à base de dados Scielo, com relação aos artigos

científicos publicados; e entre março e abril de 2021 na BDTD, com relação às teses e dissertações, implicando a seleção de materiais publicados nos últimos cinco anos, considerando o critério de atualidade no debate científico. O número dos documentos localizados em cada base de dados encontra-se descrito no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2 - Número de documentos encontrados em cada base de dados por descritores

Descritores	Artigos	Teses	Dissertações
Juventude e Trabalho	83	16	44
Juventudes e Trabalho	13	16	44
Jovens e Trabalho	392	24	55
Trabalho Juvenil	3	1	4
Juventude Trabalhadora	1	16	44
Jovens Trabalhadores	8	24	55
Juventude e Emprego	8	3	8
Juventudes e Emprego	2	3	8
Jovens e Emprego	49	5	8
Juventude e Desemprego	5	0	2
Juventudes e Desemprego	1	0	2
Jovens e Desemprego	15	0	1
Desemprego Juvenil	1	0	0
Total	583	108	275

Fonte: Sistematização feita pela autora (abril de 2021).

Posteriormente, os artigos, teses e dissertações foram encaminhados à ferramenta de pesquisa Mendeley para organização das referências e identificação dos documentos duplicados. Localizou-se uma amostra total de 583 artigos, 108 teses e 275 dissertações. Por fim, estabeleceu-se os critérios de inclusão e de exclusão dos artigos encontrados. Os documentos foram selecionados a partir dos seguintes critérios de inclusão e exclusão conforme Quadro 3 a seguir.

Quadro 3 – Critérios de inclusão e exclusão da pesquisa bibliográfica

Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
<ul style="list-style-type: none"> • Publicados entre 2015 e 2020; 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisassem aspectos referentes às juventudes brasileiras sem a interface com o mundo do trabalho ou voltados à realidade de países que não fosse o Brasil;
<ul style="list-style-type: none"> • Tratassem sobre as juventudes brasileiras na interface com o mundo do trabalho; 	<ul style="list-style-type: none"> • Reportagens, entrevistas e resenhas de livros;
<ul style="list-style-type: none"> • Escritos em português. 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquivos não localizados ou que não possuam divulgação autorizada ou duplicados.

Fonte: elaborado pela autora (março de 2020).

A definição da bibliografia foi realizada com base nos resumos dos artigos, teses e dissertações, por meio dos quais identificou-se aqueles que atendiam aos critérios de inclusão e de exclusão previamente estabelecidos. As referências bibliográficas que não tinham resumo expresso também foram previamente analisadas, tendo por base o documento original. Desse modo, através da pesquisa e da análise realizada, a partir dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 44 artigos, 36 teses e 40 dissertações, as quais pertencem às áreas do conhecimento conforme o Quadro 4 abaixo².

Quadro 4 – Caracterização da bibliografia encontrada por área do conhecimento

Área do Conhecimento	Artigos	Teses	Dissertações
Administração	4	1	5
Antropologia	0	1	0
Ciências Sociais	3	2	0
Direito	0	0	2
Economia	7	2	2
Educação	13	12	10
Enfermagem	0	1	0
Estudos da Linguagem	0	1	0
Geografia	0	1	1
História	0	0	1
Psicologia	4	4	5
Saúde Coletiva	2	0	0
Serviço Social	2	4	2
Sociologia	4	5	3
Sociologia e Antropologia	0	1	0
Terapia Ocupacional	2	0	1
Interdisciplinar	3	1	8
Total:	44	36	40

Fonte: sistematizado pela autora (abril de 2021).

Para além da pesquisa bibliográfica, este estudo utilizou-se da pesquisa documental. Com relação à pesquisa documental, esta possui como principal característica a fonte de dados restrita a documentos, sejam eles escritos ou não, constituindo-se de fontes primárias, ou seja, que contém dados que ainda não foram analisados. Destacam-se documentos de arquivos públicos, publicações parlamentares e administrativas, cartas, contratos assim como fotografias, filmes e outros (MARCONI; LAKATOS, 2003). Desse modo, parte-se da compreensão de que os documentos expressam conceitos, valores, normativas e uma série de elementos que permitem tanto complementar a

² As referências bibliográficas dos textos são apresentadas no final desta tese.

análise como também constituir-se em fontes únicas para avaliação de programas e políticas sociais (PRATES; PRATES, 2009).

Nesse sentido, seguindo um roteiro de análise previamente estabelecido (APÊNDICE B), foram analisados os documentos relacionados às juventudes brasileiras na interface com mundo do trabalho, escolhidos pelo critério de acesso público e por serem publicados em período entre 2015 e 2020.

Desse modo, foram analisadas legislações, projetos de lei, decretos governamentais, programas e projetos de abrangência nacional, bem como, publicações oficiais, como relatórios de pesquisa, de Institutos de Pesquisa, Organizações Internacionais, órgãos do Governo Federal e Conselhos de Direitos da abrangência nacional. Para tanto, foram utilizados, como critérios de inclusão, os documentos voltados especificamente para a inserção das juventudes no mundo do trabalho, como demonstra o Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 - Síntese do material de análise da Pesquisa Documental em ordem cronológica segundo a instituição responsável

Fonte	Material de Análise	Tipo	Data do Documento
Grupo Banco Mundial	Skills and Jobs in Brazil: An Agenda for Youth (Habilidades e Empregos no Brasil: um Agenda para a Juventude)	Relatório	2018
Grupo Banco Mundial	“If it’s already tough, imagine for me...” A Qualitative Perspective on Youth Out of School and Out of Work in Brazil. (Se já está difícil, imagine para mim: Uma perspectiva qualitativa sobre jovens fora da escola e fora do trabalho no Brasil)	Relatório	2018
Grupo Banco Mundial	Brazil - The Contrato Verde Amarelo Wage Subsidy: An Initial Assessment (Brasil – O Contrato Verde Amarelo Subsídio Salarial: Uma Avaliação Inicial)	Relatório	2020
Organização Internacional do Trabalho	The Global Initiative on Decent Jobs for Youth The strategy document (Iniciativa Global do Trabalho Decente para a Juventude – documento de estratégia)	Relatório	2015
Organização Internacional do Trabalho	Trabalho Decente e Juventude – Transições da escola para o trabalho dos jovens homens e mulheres no Brasil	Relatório	2016

Organização Internacional do Trabalho	Trabalho Decente e Juventude - Diálogo Social e Trabalho Decente para a Juventude no Brasil	Relatório	2016
Organização Internacional do Trabalho	Trabalho Decente e Juventude - Conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar na juventude brasileira	Relatório	2016
Organização Internacional do Trabalho	Trabalho Decente e Juventude - Juventude e Trabalho Informal no Brasil	Relatório	2016
Organização Internacional do Trabalho	Trabalho Decente e Juventude – A informalidade do Trabalho da Juventude no Brasil: o que pensam os/as integrantes do subcomitê da agenda nacional de trabalho decente para juventude	Relatório	2016
Organização Internacional do Trabalho	Promoção do empreendedorismo e da inovação social juvenil na América Latina. Estudo Regional.	Relatório	2016
Organização Internacional do Trabalho	Transições e Trajetórias Juvenis no Mercado Brasileiro de Trabalho: Padrões e Determinantes	Relatório	2018
Organização Internacional do Trabalho	Los jóvenes y la COVID-19: efectos en los empleos, la educación, los derechos y el bienestar mental (Juventude e COVID-19: Impactos sobre empregos, educação, direitos e bem-estar mental)	Relatório	2020
Organização Internacional do Trabalho	Global Employment Trends for Youth 2020: Technology and the future of jobs (Tendências Globais para o Emprego Juvenil em 2020: Tecnologia e o futuro dos empregos)	Relatório	2020
Governo Federal	Decreto Nº 10.110, De 11 De Novembro De 2019. Institui a Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego e o Conselho de Desenvolvimento do Capital Humano para a Produtividade e o Emprego.	Decreto	2019
Governo Federal	Medida Provisória Nº 905, De 11 de Novembro de 2019 - Institui o Contrato de Trabalho Verde e	Medida Provisória	2019

	Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências.		
Governo Federal	Portaria Nº 950, De 13 de Janeiro de 2020. Edita normas complementares relativas ao Contrato de Trabalho Verde e Amarelo.	Portaria	2020
Secretaria Nacional de Juventude	Programa Espaço 4.0	Programa	2020
Secretaria Nacional de Juventude	III Conferência Nacional de Juventude: resolução final	Relatório	2016
IPEA et al.	Millennials en América Latina y el Caribe: ¿trabajar o estudiar?	Relatório	2018
IPEA/OIT	Juventude E Trabalho Informal No Brasil	Relatório	2015
IPEA	Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas	Relatório	2016
IPEA	Mercado de Trabalho: conjuntura e análise nº. 66	Nota Técnica	2019
IPEA	Diagnóstico da Inserção dos Jovens Brasileiros no Mercado de Trabalho em um Contexto de Crise e Maior Flexibilização.	Relatório	2020

Fonte: Quadro sistematizado pela autora com base na pesquisa documental realizada (2020).

Neste estudo, as informações qualitativas foram analisadas a partir da análise textual discursiva amparada em Moraes e Galiazzi (1999, 2003, 2006). Essa abordagem situa-se entre a análise de conteúdo e a análise de discurso, na qual a análise textual discursiva está preocupada muito mais com uma análise do discurso crítica do que descritiva do objeto de análise que, por sua vez:

implica na ruptura com o paradigma dominante de ciência, fundamentado em suposta verdade, objetividade e neutralidade. Nesse tipo de análise exige-se do pesquisador mergulhar em seu objeto de pesquisa, assumindo-se sujeito e assumindo suas próprias interpretações. (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 122)

Para Moraes (1999, p. 12), a análise constitui-se em cinco grandes etapas: 1) Preparação das informações; 2) Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; 3) Categorização ou classificação das unidades em categorias; 4) Descrição; 5) Interpretação. Nesse sentido, a primeira etapa foi

realizada através de uma leitura atenta e livre dos materiais sem qualquer registro ou anotação, para, posteriormente, destacar as informações que vão ao encontro do problema e objetivos da pesquisa e, em seguida, demais elementos que vierem a emergir na pesquisa. Feito esse registro, as informações foram transformadas em unidades de análise, denominadas também como unidades de significados ou de sentidos:

A unidade de análise é o elemento unitário de conteúdo a ser submetido posteriormente à classificação [...] A natureza das unidades de análise necessita ser definida pelo pesquisador. As unidades podem ser tanto palavras, frases, temas, ou mesmo os documentos na sua forma integral. (MORAES, 1999, p. 13)

Posteriormente, partiu-se para o processo de categorização, ou seja, o agrupamento de dados considerando a parte comum existente entre eles. Este momento da análise foi realizado a partir dos níveis de categorização, dividindo-se em categoriais iniciais - geralmente mais numerosas, homogêneas e precisas, categorias intermediárias e categorias finais - em menor número e mais amplas. Por fim, foi realizado o processo de descrição e interpretação dos dados, expressando novos entendimentos do que foi construído no processo de análise (MORAES; GALIAZZI, 2006). A análise textual discursiva é compreendida enquanto um processo de desconstrução do objeto em análise para, posteriormente, realizar sua reconstrução, porém, sob novos prismas mediante a interpretação do pesquisador em uma contínua interlocução teórica e empírica.

Do mesmo modo, compreende-se como fundamental o referencial teórico que orienta a leitura e interpretação do objeto de estudo, uma vez que diferentes teorias implicam em diferentes modos de compreender o real. Nesse sentido, para além do problema e das questões norteadoras da pesquisa, o embasamento teórico para a análise dos dados deste estudo ocorreu por meio do materialismo histórico dialético.

Os resultados da pesquisa serão compartilhados mediante a elaboração da tese de doutorado e de artigos científicos e demais produções teóricas que posteriormente serão submetidos a eventuais publicações e eventos científicos. Os resultados também serão apresentados em congressos e seminários do Serviço Social e áreas afins.

Nos capítulos **desta Tese**, abordam-se os temas que justificam e fundamentam a realização deste estudo, bem como o método de análise empregado na pesquisa da Tese, o materialismo histórico dialético. Ademais, apresentam-se os dados da pesquisa, com vistas a problematizá-los e compreendê-los de maneira crítica. Busca-se, ainda, contribuir com algumas reflexões quanto ao cenário de incertezas diante da maior crise sanitária e humanitária do último século, instaurada a partir da pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19 – que inicia no Brasil em março de 2020.

Sendo assim, o **primeiro capítulo** é a presente Introdução, a qual introduz a temática do estudo, justificando sua execução no atual momento histórico, além de descrever a metodologia de pesquisa e apresentar o materialismo histórico dialético, enquanto método de análise do real, a partir das categorias pertinentes na elaboração deste estudo.

O **segundo capítulo** busca discorrer a respeito da superexploração da força de trabalho no Brasil. Parte-se do sentido ontológico do trabalho para se compreender o movimento das condições determinantes do processo de trabalho na sociabilidade do capital, a partir da Teoria do Valor de Marx. Posteriormente, volta-se o debate para os países de economia dependente, em particular o Brasil, para fins de apreensão da categoria da superexploração da força de trabalho, a partir da Teoria Marxista da Dependência

O **terceiro capítulo** aborda o sentido do trabalho das juventudes brasileiras em um contexto de crise do capital, a partir dos dados da pesquisa bibliográfica e documental realizada. Num primeiro momento, aborda-se a concepção de juventudes enquanto uma categoria analítica, compreendida pela sua pluralidade, considerando as diversas maneiras de se vivenciar esta fase da vida. Num segundo momento, se analisa o desemprego juvenil, as altas taxas de informalidade do trabalho juvenil, com a ausência de proteção trabalhista e a precarização do trabalho e que são, em grande medida, perpetuadas estimulando empreendedorismo sob a ótica neoliberal. Posteriormente, se analisa o papel da educação na reprodução da sociabilidade do capital, a partir dos documentos dos Organismos Internacionais e do Governo Brasileiro, fundamentados pela Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1973). Por fim, se analisa a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ), lançada no Brasil em

2011. Desse modo, identifica-se o avanço na elaboração da Agenda num contexto de ausência de políticas públicas para as juventudes.

Por fim, nas **Conclusões** deste estudo, são apresentados os principais aspectos da pesquisa, buscando tecer algumas reflexões a partir dos resultados encontrados e as possibilidades de caminhos a serem percorridos, sem a pretensão de esgotar o debate a respeito da temática deste estudo.

2 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL

O presente capítulo aborda aspectos referentes à superexploração da força de trabalho no Brasil. Num primeiro momento, parte-se das características essenciais do trabalho, em seu sentido ontológico, como categoria fundante do ser social, eterna condição da vida humana. Posteriormente, problematiza-se as condições sócio históricas determinantes do processo de trabalho nos marcos da sociabilidade do capital, em que a humanidade do ser social é reduzida a esfera das mercadorias, sob o jugo da exploração capitalista, a partir da Teoria do Valor de Karl Marx (2013).

Na sequência, aborda-se elementos constitutivos da superexploração da força de trabalho, enquanto categoria teórica de análise do real, a partir das particularidades das relações de trabalho nos países de capitalismo dependente, como o Brasil. Identifica-se a superexploração da força de trabalho como um mecanismo historicamente presente na formação social brasileira, com o objetivo de garantir um aumento exponencial na taxa de mais-valia e manter o caráter dependente e subordinado dos países dependentes aos países de economia central.

2.1 O TRABALHO COMO FUNDAMENTO DO SER SOCIAL

O trabalho, de acordo com Engels (1876), muito mais do que ser “a fonte de toda riqueza” (s/p.), se constitui enquanto “uma condição básica e fundamental de toda a vida humana” (s/p.). Ora, poderíamos pensar que essa máxima pode ser facilmente refutada nos dias de hoje, uma vez que temos visto cada vez mais o trabalho humano sendo substituído pelo desenvolvimento de novas tecnologias e inteligência artificial. Contudo, antes de adentrarmos na análise do trabalho na sociedade capitalista contemporânea, buscamos abordar este enquanto categoria teórica, em seu sentido ontológico, a partir das contribuições de Marx (2013), Engels (1876) e Lukács (2013), a fim de captar suas características essenciais e sua intrínseca relação com o desenvolvimento do *ser humano genérico*.

Para Marx (2013), o trabalho é algo fundante do ser social, pelo qual o ser humano transforma a natureza a fim de suprir suas necessidades e, ao

transformá-la, transforma a si mesmo. Contudo, como nos lembra Engels (1876), a natureza não é exterior aos seres humanos, uma vez que “nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio” (s/p.) Ou seja, somos seres biológicos, o que nos diferencia dos demais animais na natureza é que “somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada” (s/p.). Desse modo, o trabalho é a ação humana sobre a natureza, com o objetivo de transformá-la de acordo com suas vontades e necessidades, implicando na transformação de elementos da natureza em *valores de uso*, de modo consciente e não meramente instintivo, constituindo-se como elementar à vida humana:

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que todos os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver é preciso, antes de tudo, comer, beber, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda história que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida. (MARX; ENGELS, 2001, p. 21)

Nesse sentido, o trabalho se constitui enquanto o emprego das habilidades físicas e psíquicas na produção de valores de uso, a fim de suprir as necessidades humanas. É por meio do trabalho que a humanidade produz e reproduz suas condições de vida, implicando em dimensões tanto objetivas como subjetivas de sua existência. Como afirma Lukács (2013, p. 43), “a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade”. O trabalho, que de início pode ser visto como algo apenas instintivo dos seres humanos para sua sobrevivência, na verdade representa um salto ontológico - e qualitativo - que marca a passagem da esfera biológica à esfera do ser social, se constituindo como elementar a outras dimensões da vida, como a história, a sociabilidade e a linguagem, pois o trabalho “antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 44). Ou seja, o trabalho é a forma de superação do ser meramente biológico, sem, contudo, ser possível de eliminá-lo.

Compreende-se assim, o trabalho como essencialmente humano, uma vez que os seres humanos se distinguem dos demais seres vivos pela sua *capacidade teleológica*, ou seja, a capacidade de representar idealmente, desde o início, o resultado do trabalho. Ou seja, o trabalho em primeiro lugar constitui-se enquanto uma atividade voltada a um determinado fim, ou seja, a constituição de determinados valores de uso aos seres humanos. O trabalho na concepção marxista é atribuído unicamente aos seres humanos, como demonstra a seguinte passagem de *O Capital*:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha, é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente” (MARX, 2013, p. 255 - 256).

Ao conceber teologicamente a ação humana sobre a natureza, temos a unidade entre a projeção ideal e sua concretização, entre sua intencionalidade e sua objetivação, ou seja, temos a *práxis* da atividade humana, a unidade entre “cabeça e mãos”. Nessa direção, Konder (1992, p. 106) afirma que sem a capacidade de identificar o ponto onde se quer chegar, “o sujeito humano não seria sujeito, ficaria sujeitado a uma força superior à sua e permaneceria tão completamente preso a uma dinâmica objetiva como uma folha levada por um rio caudaloso”. Ou seja, a prévia idealização é o ponto de partida de todo processo de trabalho, na qual implica necessariamente em um sujeito consciente de sua existência, que no curso do mundo e nos acontecimentos da vida individual tem um sentido, propósito do ser (LUKÁCS, 2013).

Com base no pensamento de Lukács, Lessa (1992) chama atenção o fato de que a subjetividade e a materialidade são momentos distintos, porém, articulados ontologicamente do mesmo ser social, no qual, “a materialidade humana não pode vir a ser sem o momento teleológico, todavia este apenas se põe enquanto resposta as situações concretas que a vida coloca aos indivíduos e as formações sociais como um todo” (LESSA, 1992, p. 49). O homem se objetiva no produto de seu trabalho e ao fazê-lo, transforma sua subjetividade, uma vez que é por meio das necessidades postas pela vida material que os

indivíduos refletem e operam sobre o real. É por meio do trabalho que os seres humanos transformam o mundo e a si próprios, já que são parte desse mundo.

Entre a objetividade do mundo exterior e a subjetividade humana, os indivíduos dispõem da *possibilidade objetiva*, ou seja, aquilo que pode ser criado pela sua própria ação. Assim, apesar dos desejos e vontades humanas serem determinados pelas condições naturais, históricas e culturais nas quais os indivíduos se encontram, estes são possíveis de serem transformados pela ação humana frente ao mundo, dando um novo sentido ao que parecia já estar dado. É desse modo que se constitui a liberdade verdadeiramente humana, mediante a consciência das circunstâncias existentes no mundo e das ações que, provocadas por tais circunstâncias, permitem enfrentá-las (CHAUI, 2005). O trabalho, em seu sentido ontológico, é assim, entendido, a partir de duas dimensões: a dimensão coletiva, porque parte de uma necessidade humana diante da totalidade, e a dimensão individual, uma vez que os indivíduos conhecem as condições postas e atuam conscientemente sobre elas.

Nessa perspectiva, o trabalho manual não se distingue do trabalho intelectual, uma vez que é próprio da natureza humana a capacidade de mediar, controlar e regular as atividades que exerce sobre a natureza a fim de satisfazer suas necessidades. Como afirma Gramsci (2006, p. 53), “não se pode separar o *homo faber do homo sapiens*”, uma vez que todo homem é um “filósofo”, pois desenvolve uma atividade intelectual, ainda que a seu modo, por mais simples que seja³. Com isso, não se desconsidera as condições objetivas nas quais o trabalho ocorre em cada momento histórico, as quais irão ser abordadas no decorrer do texto, ressalta-se apenas que a capacidade teleológica do homem, ao se materializar no trabalho, é fundante do ser social. Ou seja, é por meio da transformação do mundo objetivo que o homem se efetiva como *ser genérico*. Nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, escrito por Marx (2010, p. 85) em 1844, o autor afirma:

O objeto do trabalho é, portanto, a *objetivação da vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente],

³ Para Gramsci, “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a *função intelectual*” (GRAMSCI, 2006, p. 18, grifos nossos). A respeito da temática, conferir: GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele.

É por meio da consciência que os seres humanos definem o porquê e como irão realizar este ou aquele ato no processo de trabalho que, ao transformar o real com base na prévia-ideação, se objetivam no produto de seu trabalho e, ao fazê-lo, transformam a si mesmo e também o ambiente no qual estão inseridos. Desse modo, por exemplo, em uma comunidade indígena com a atividade de caça e pesca e instrumentos simples e primitivos de cultivo do solo, os seres humanos integram-se ao ecossistema, pouco modificando o ambiente natural no qual produz as condições de sua existência. Todavia, muito diferente será nas sociedades capitalistas, que baseiam seus processos produtivos na transformação contínua dos instrumentos de trabalho, tornando-os muito mais complexos e potentes, voltados para a satisfação dos interesses particulares de empresários, despreocupando-se com o ambiente a sua volta. É nesse sentido que, num curto período, a empresa capitalista destrói florestas inteiras como, por exemplo, na construção de barragens e hidrelétricas, que impactam diretamente em um desequilíbrio de ecossistemas, uma vez que sua preocupação está voltada a maximização de lucros e não em atender as necessidades humanas⁴.

De acordo com Marx (2013), tudo aquilo que se separa imediatamente da natureza se constitui enquanto objeto de trabalho dos indivíduos humanos que, por sua vez, quando já mediada por algum trabalho anterior, torna-se *matéria-prima* no processo de trabalho.⁵ Desse modo, todo trabalho implica necessariamente na transformação de algo - nos termos de Lukács, a *objetivação* -, seja de ordem primária, na transformação da natureza⁶, como no cultivo agrícola, ou de ordem secundária, na transformação da prévia-ideação de outros indivíduos, como nos processos de aprendizagem, ambos como resposta as necessidades concretas (LESSA, 1992).

⁴ Como exemplo temos a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na região do Médio Xingu, em Altamira/PA, que impactou diretamente na vida de povos originários e ribeirinhos, assim como nas inúmeras espécies de peixes, numa das regiões mais biodiversas da Amazônia.

⁵ Destacamos que, segundo Marx (2013, p. 256), “toda matéria-prima é objeto do trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima”.

⁶ De acordo com Harvey (2016), na sociedade capitalista contemporânea é impossível pensar a natureza sem a influência da ação humana. Para o autor, a natureza não evolui apenas de maneira espontânea e imprevisível, mas é constantemente reconfigurada pelas ações do capital.

Em que pese a imersão corporal, os seres humanos não realizam o processo de trabalho sem mediações entre si e a natureza. Para efetivar as projeções do cérebro humano sobre o objeto no processo de trabalho, os indivíduos criam instrumentos ou ferramentas a fim de prolongar seus órgãos e funções biológicas. Todavia, como bem destaca Lukács (2013), é preciso tomar o cuidado quanto a subordinação dos meios aos fins, uma vez que a finalidade do trabalho surge da necessidade humana e social, mas essa se torna efetiva apenas quando há um prévio conhecimento acerca dos meios necessários para sua realização, isto é, o conhecimento da natureza de modo adequado.

Isso porque, segundo o autor, se consideramos o processo de trabalho no seu desenvolvimento histórico, os meios de trabalho são “o principal veículo de garantia social da fixação dos resultados dos processos de trabalho, da continuidade na experiência de trabalho e especialmente de seu desenvolvimento ulterior” (LUKÁCS, 2013, p. 57). Desse modo, muito mais do que satisfazer as necessidades, o trabalho envolve o conhecimento e a capacidade de aprimorar os instrumentos de trabalho, enquanto produto do próprio trabalho.

Nesse sentido, considera-se que o trabalho além de modificar o ambiente, ao transformar a natureza, também modifica as capacidades psicofísicas dos indivíduos, bem como, as sociedades humanas. Isso porque, é relevante para o desenvolvimento do pensamento e da linguagem, assim como das relações sociais, a capacidade de projetar, planejar e mediar esforços para concretizar ações próprias do processo de trabalho. Destaca-se, assim, a dimensão antropológica do exercício do trabalho, que teve e continua a ter um papel imprescindível na sociabilidade humana. Portanto, mesmo com o avanço tecnológico nas últimas décadas, com o desenvolvimento de softwares que substituem a presença de trabalhadores, o trabalho humano é imprescindível para o desenvolvimento de novas tecnologias.

Até o momento, abordou-se ao longo desta seção, o trabalho enquanto uma atividade genérica, em seu sentido ontológico. Todavia, o trabalho se realiza em condições sociais historicamente definidas, segundo relações sociais determinadas. O trabalho, sob a égide da ordem do capital, apresenta-se de modo bastante distinto quando na forma de trabalho escravo, trabalho servil ou mesmo do trabalho assalariado. Nesse sentido, destaca-se que, se nas

sociedades escravocratas, o escravo era parte da propriedade e poderia ser comprado e vendido em qualquer tempo e lugar, diferentemente do que ocorre na sociedade feudal, onde o servo permanecia em seu pedaço de terra, mesmo se houvesse a transferência da posse do feudo a outro senhor. Por sua vez, esta é uma diferença fundamental, uma vez que o servo, por pior que fosse sua relação de trabalho, poderia viver com sua família e tinha o acesso a alguma terra para garantir sua subsistência, tendo uma espécie de segurança que o escravo nunca teve. Já na sociedade capitalista, o trabalhador é livre, contudo, essa liberdade refere-se ao fato de estar totalmente despossuído do acesso aos meios necessários a sua subsistência, possuindo apenas sua força de trabalho, o que altera-se, assim, radicalmente, a relação de uso e propriedade dos meios de produção (HUBERMAN, 1986).

O trabalho, na sociedade feudal, constituía-se basicamente junto à terra, uma vez que era por meio desta que se garantia a produção de tudo aquilo o qual se necessitava, determinando-se a riqueza pela quantidade de terra que se possuía. A alimentação e o vestuário, por exemplo, provinham do trabalho no feudo e do próprio trabalho familiar, com pouco intercâmbio de mercadorias. Mas, é com o desenvolvimento do comércio e das navegações, ao longo dos séculos XIV e XV, que essa realidade se transforma. É na consolidação da sociedade capitalista, por sua vez, que a riqueza irá aparecer como uma enorme “coleção de mercadorias”, mediante a separação entre o espaço do trabalho doméstico ou reprodutivo, voltado à reprodução da vida, e o espaço do trabalho produtivo, com foco na produção de mercadorias para serem comercializadas a partir de um determinado valor de troca (HUBERMANN, 1986). Ademais, aprofunda-se os processos de divisão social do trabalho, além da exploração da força de trabalho alheia pelos capitalistas, por meio da extração de mais valia, a qual será abordada na próxima seção deste capítulo.

Destaca-se que, neste estudo, não serão aprofundadas as formas que o trabalho assume ao longo do curso da História, uma vez que a presente análise está voltada às condições de trabalho na sociedade capitalista, em particular à superexploração da força de trabalho, a partir da realidade das juventudes brasileiras, a qual será abordada nas próximas seções deste capítulo.

2.2 O TRABALHO NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL

Como abordado anteriormente, o trabalho é a ação dos indivíduos humanos, previamente projetada, na produção de objetos úteis que satisfaçam as necessidades humanas, sejam elas de ordem biológica, como o alimento, ou de ordem histórica, como um livro ou um aparelho telefônico. É por meio do trabalho que os seres humanos transformam o mundo e transformam a si mesmos. Todo processo de trabalho implica necessariamente no objeto, ou na matéria-prima, sobre o qual recaem as ações humanas; e nos instrumentos de trabalho desenvolvidos para garantir a produção. Ao longo do desenvolvimento histórico, o processo de produção e reprodução material altera-se, fazendo com que a relação de trabalho do homem seja distinta em cada época.

O que diferencia as épocas econômicas não é o que é produzido, mas como se desenvolve o processo de trabalho, como ele ocorre, com quais instrumentos o trabalho se realiza, uma vez que “estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha” (MARX, 2013, p. 257). Ou seja, é necessário compreender como o processo de trabalho é realizado em determinada época histórica, para assim apreender as relações sociais que dele decorrem.

A formação da sociedade capitalista não é fruto do desenvolvimento histórico natural, ou ainda da natureza humana egoísta, uma vez que esta é “o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social” (MARX, 2013, p. 244). Por sua vez, a reprodução das relações sociais capitalistas não ocorre de modo linear, cada momento histórico é marcado por tensões, conflitos e rupturas que podem gerar avanços do ponto de vista civilizatório ou aprofundar as desigualdades (FONTES, 2017). Nesse sentido, a sociabilidade nos marcos da ordem do capital não é uma necessidade eterna da vida humana, apesar da defesa incansável por diversos segmentos sociais, inclusive entre aqueles – ingênuos ou não – que se mostram preocupados com o bem estar da humanidade e da natureza.

Ao ocorrer em condições sociais historicamente determinadas, o trabalho se altera radicalmente diante do controle privado dos objetos e instrumentos no interior do processo produtivo. Identificamos, na história que a *propriedade*

privada é a origem da diferença entre o homem livre e o escravo, o nobre medieval e o servo da gleba, o empresário capitalista e o trabalhador assalariado. Nesse sentido, o processo de consolidação da sociabilidade regida pela ordem do capital ocorre com a complexificação das relações em torno da propriedade privada, mediante a separação entre o trabalhador e a propriedade dos meios de produção, transformando os meios utilizados no processo de trabalho em capital e os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 2013).

A sociedade capitalista tem sua gênese na constituição da propriedade privada e no trabalhador assalariado – aquele que não conta com os meios necessário para produzir e reproduzir a vida, dispondo apenas de sua força de trabalho. A força de trabalho ou capacidade de trabalho, pode ser compreendida como “o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (MARX, 2013, p. 242). Se na sociedade escravocrata a força de trabalho humana era reduzida a um meio de trabalho, como um boi ou uma enxada, em que os próprios trabalhadores eram transformados em propriedade privada de um senhor; na sociedade capitalista, por sua vez, a força de trabalho humana é reduzida a uma mercadoria, mediante uma relação econômica de compra e venda.

É no decorrer do processo produtivo capitalista que a força de trabalho se constituirá enquanto uma mercadoria, atribuindo-se a ela um determinado valor. O trabalhador não vende diretamente o seu trabalho, mas sua *força de trabalho*, cedendo-a temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela para o uso no processo de produção (MARX, 1982). Nesse sentido, a mão de obra é comprada por um determinado “preço” como qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua reprodução, através dos meios de subsistência que lhe são necessários para viver, como alimentação, vestimenta, habitação, entre outros fatores de ordem histórica e cultural que, diferente de outras mercadorias, contém ainda um elemento histórico e moral a fim de determinar o valor da força de trabalho (MARX, 2013). Em última instância, o valor da força de trabalho é constituído

pelo valor de uma quantidade de mercadorias cujo fornecimento diário é imprescindível para que o portador da força de trabalho, o homem, possa renovar seu processo de vida; tal limite é constituído, portanto, pelo valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. (MARX, 2013, 247)

O assalariamento é, assim, sob as mais diversas e sofisticadas formas, a maneira de garantir os meios para a subsistência do trabalhador, pois a força de trabalho é a única “propriedade” significativa da qual o trabalhador dispõe. Nesse sentido, as relações sociais sob a ordem do capital se estabelecem entre aqueles que detém a propriedade privada dos meios e instrumentos de trabalho e entre aqueles que detém apenas sua força de trabalho, conformando-se, desse modo, a base constitutiva das diferentes classes sociais na sociedade capitalista. É a partir da inserção dos indivíduos no processo de produção capitalista que as classes fundamentais presentes na ordem do capital – trabalhadores e capitalistas – confrontam entre si interesses antagônicos (KONDER, 1992; MARX, 2013). Contudo, mais do que uma relação puramente econômica, a constituição histórica das classes sociais envolve lutas políticas e ideológicas. No livro *Ideologia Alemã*, por exemplo, Marx e Engels (2007), afirmam:

Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que tem de promover uma luta contra outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já prontas da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal (MARX; ENGELS, 2007, p. 63)

É possível perceber que, para os fundadores do socialismo científico, os indivíduos na sociabilidade do capital se encontram isolados e em permanente concorrência entre si, em virtude de seus interesses particulares. Essa realidade, contudo, não é uma condição eterna, uma vez que pode ser superada quando os indivíduos se inserirem em processos de luta nos quais compartilham seus interesses enquanto classe e se põem em movimento contra a outra classe. Supera-se, assim, a luta entre indivíduos isolados, voltando-se para uma nova arena de disputa, expressa pela luta entre as classes sociais fundamentais: trabalhadores e capitalistas. Ao protagonizar as ações coletivas, a classe se autonomiza frente ao indivíduo, uma vez que os limites postos pelas condições

objetivas de vida são predeterminados pela inserção dos indivíduos no processo produtivo. Em última instância, o que define a estrutura da sociabilidade capitalista é a relação dos indivíduos com os meios de produção. Nesse sentido, o processo de trabalho sob a ordem do capital revela que:

O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho; O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado [...]. Em segundo lugar, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, o trabalhador. [...] A partir do momento em que ele entra na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho, pertence ao capitalista. Mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente. (MARX, 2013, p. 262)

Os trabalhadores estão assim, submetidos às condições impostas pelos capitalistas no processo de trabalho, uma vez que, desprovidos dos demais meios de produção, precisam vender sua força de trabalho para os capitalistas a fim de garantirem sua própria subsistência. O trabalhador aparentemente constitui-se como qualquer outra mercadoria na esfera produtiva, uma vez que está submetido ao processo de compra e venda de sua força de trabalho. Contudo, em sua essência, Marx (2013) desvela que a força de trabalho é o elemento central na produção capitalista, constituindo-se como o *fermento vivo* no processo produtivo, como no fazer de um bolo, em que o uso do fermento químico é imprescindível para que este cresça e possa servir de alimento. O uso do fermento após o prazo de validade faz com que o bolo fique abatumado, com uma consistência densa, não atrativa ao paladar humano. Do mesmo modo, um trabalhador que não esteja em plena capacidade física e psíquica não é atrativo ao capital, pois este precisa do empenho da força de trabalho para gerar valor no processo produtivo, “não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor” (MARX, 2013, p. 263).

É assim que, para fins metodológicos, Marx (2013) elabora o conceito trabalho abstrato distinguindo-o do trabalho concreto. Para o autor, todas as mercadorias expressam um duplo caráter: o valor de uso, fruto do trabalho concreto, constituindo-se enquanto valor em si mesmo; e o valor de troca, fruto do trabalho abstrato. Desse modo, todo valor de troca das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-

la, ou seja, pelo trabalho abstrato. As mercadorias são, nessa perspectiva, manifestações quantitativas do trabalho abstrato, pelo qual se gera valor e mais valor.

O trabalho é abstrato porque nele as qualidades particulares são eliminadas e o trabalho é sem forma. Os trabalhadores, na produção das mercadorias, perdem a concretude do seu próprio trabalho, uma vez que estão associados às condições determinadas socialmente, relacionadas à esfera mercantil. Desse modo, tanto o aspecto concreto como abstrato estão unificados no processo de trabalho. Só há a incorporação do valor em uma mercadoria por meio do trabalho concreto, do mesmo modo que só se pode saber o valor de troca quando determinada mercadoria se insere numa relação mercantil com outras mercadorias. De acordo com Harvey (2013, p. 38), “é através da multiplicidade de trabalhos concretos que surge o padrão de medida do trabalho abstrato”.

Todo processo de trabalho na sociedade capitalista é um processo de formação de valor e de mais valor (ou mais valia). E o único elemento no processo produtivo capaz de criar mais valor do que necessário para sua reprodução é a força de trabalho. Desse modo, a taxa de mais valia depende sempre “da proporção existente entre a parte da jornada que o operário tem que trabalhar para reproduzir o valor da força de trabalho e o *sobretempo* ou *sobretrebalho* realizado para o capitalista” (MARX, 2013, p. 164). É esse *sobretempo* de trabalho, ou o trabalho excedente, que faz com que o processo de produção capitalista seja a unidade entre os processos de trabalho e a formação de valor.

Desse modo, “o valor de uso jamais pode ser considerado como finalidade imediata do capitalista” (MARX, 2013, p. 229), uma vez que processo de produção capitalista é a busca incessante pelo aumento do valor a fim de gerar capital:

Ora, se tomarmos as formas particulares de manifestação em o valor que se autovaloriza assume sucessivamente no decorrer de sua vida, chegaremos a estas duas proposições: capital é dinheiro, capital é mercadoria. Na verdade, porém, o valor se torna, aqui, o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza e, como mais-valor, repele a si mesmo como valor originário,

valoriza a si mesmo. Pois o movimento em que ele aciona mais-valor é seu próprio movimento; sua valorização é, portanto, autovalorização. Por ser valor, ele recebeu a qualidade oculta de adicionar valor. Ele pare filhotes, ou pelo menos põe ovos de ouro. (MARX, 2013, p. 230)

O capital, que ora se *apresenta* como dinheiro, ora como mercadoria, nada mais é do que uma relação social que pode ser definida pelo momento de valorização do valor. Sua essência encontra-se na criação de mais-valia, fruto do processo de produção capitalista, no qual, a qualidade oculta que gera valor às mercadorias, de acordo com Marx (2013), é sempre a força de trabalho.

Nesse sentido, para manter o processo de produção e reprodução do capital, é preciso que a divisão do trabalho implique necessariamente a distribuição do poder entre os envolvidos no processo. Da mesma forma que, no conjunto das relações societárias, o exercício do poder nos processos de trabalho supõe uma composição entre as práticas repressivas e persuasivas. Logo, a vida e o trabalho na indústria exigem um aprendizado geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho que não é algo “natural”, mas que exige ser adquirido.

As formas de adaptação dos indivíduos ao mundo do trabalho se transformam a medida do desenvolvimento capitalista. Na atualidade, as medidas repressivas correm através de descontos salariais, suspensões e demissões. Já no Brasil escravista, estas se davam por meio de castigos como o tronco ou o açoite, ancoradas na brutal violência contra os corpos cativos. Porém, se no período escravista não havia nenhuma preocupação com as práticas persuasivas, percebe-se que os empreendimentos capitalistas atuais estão voltados para a persuasão do trabalhador à adesão voluntária das exigências da empresa. Campanhas de reconhecimento como “funcionário do mês”, que visam o “engajamento dos colaboradores” e apresentam a empresa como “uma grande família” são práticas bastante comuns.

Compreende-se, assim, que as chamadas **ideologias** nada mais são do que as práticas persuasivas de uma classe sobre a outra para imprimir-lhe seus interesses estratégicos. Desse modo, a ideologia não pode ser compreendida apenas como um simples conjunto de ideias, como comumente é utilizada pelo senso comum. A defesa dos interesses particulares de uma classe social busca avançar para um estágio que se apresenta como o interesse de todos, de modo

universal, como o interesse “geral” ou o “interesse da nação”, contudo, sempre em conflito com outra classe social. As ideologias apresentam-se como um projeto de organização de toda a sociedade, quando as ideias manifestam relações de subordinação e dominação de uma classe sobre a outra. Desse modo, não se trata apenas do poder econômico, mas também de uma posição cultural e política dominante na sociedade (IASI, 2011).

Na sociedade burguesa, de acordo com Marx e Engels (2007), o conceito de ideologia está diretamente associado a luta de classes:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante (...). As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante, portanto, as ideias de sua dominação. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47)

Ou seja, a concepção de ideologia exposta pelos autores é intrínseca à relação de dominação. Do mesmo modo, refere-se à justificativa da dominação, apresentando-se como algo natural, em que se pressupõe a inversão, o velamento da realidade, o ocultamento, o falseamento, a naturalização da dominação. Finalmente, a ideologia necessita que, como já argumentado anteriormente, as ideias e concepções de mundo particulares a classe dominante se apresentem como universais a todas as classes (IASI, 2011).

Desse modo, a consciência dos homens e a produção das ideias presentes na sociedade está direta e intrinsecamente ligada à atividade material e econômica. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente, pois parte do seu processo de vida real. A moral, a religião, a família e os sistemas escolares que expressam formas de ideologia e, conseqüentemente de consciência, apesar da aparência de autonomia, em sua essência não determinam as condições e modos de vida, mas sim, ao contrário, é a vida real, de homens de carne e osso, que determina a consciência de cada época histórica (MARX, 1989).

Ainda, de acordo com a obra de Marx⁷, os trabalhadores estão submetidos ao processo de reificação, cujo o “caráter de coisa que as relações sociais adquirem na forma mercadoria é, agora, o caráter das objetivações humanas” (NETTO, 1981, p. 85). Ou seja, na sociedade capitalista as mercadorias, enquanto produto do trabalho humano, assumem formas de “vida própria” e, no sentido inverso, a força de trabalho é reduzida a um processo de coisificação, reificação, em que o “fetichismo mercantil passa a ser fetichismo de *todo* o intercâmbio humano” (NETTO, 1981, p. 85). Assim, diferente de períodos históricos anteriores, a relação de mercantilização não ocorre apenas pela expropriação da força de trabalho, mas alcança diversas esferas da vida humana, como a família, a escola, o lazer, entre outras.

2.3 CAPITALISMO DEPENDENTE E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL

O capitalismo, enquanto organização econômica e social, baseado na extração de mais-valia através da exploração da força de trabalho para a produção de mercadorias, como descrito anteriormente, só pode se consolidar ao longo da história ao atingir todos os cantos do planeta. Nesse sentido, a dominação capitalista só pode ser entendida em uma perspectiva mundial, diferenciando-se de qualquer outra forma de organização social previamente existente. Todavia, os processos de formação sócio-histórica ao redor do mundo ocorreram de maneiras distintas, nas quais, as especificidades de cada região, que envolvem desde a formação das classes sociais, passando pela luta de classes e, conseqüentemente, o desenvolvimento cultural e político da classe trabalhadora, até o aumento da produtividade capitalista, a partir da produção e reprodução ampliada do capital, são fundamentais para a compreensão da economia capitalista mundial e a perspectiva de transformação societária.

A fim de pensar as particularidades dos desdobramentos do capital na América Latina, um grupo de intelectuais na década de 1960 inicia uma formulação teórica, no interior da tradição marxista, que se consolida como

⁷ Marx inaugura os estudos sobre reificação a partir da elaboração de uma teoria da alienação. Nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, Marx apresenta uma concepção geral, que será melhor desenvolvida no Livro III de O Capital (NETTO, 1981).

Teoria Marxista da Dependência (TMD). Nesse sentido, Marini (2000, p.106), destaca que na América Latina “mais que um capitalismo, o que temos é um capitalismo *sui generis* que só ganha sentido se o contemplamos tanto a nível nacional, como principalmente, a nível internacional”. Portanto, a TMD busca elaborar um referencial analítico entre o particular e o universal, no desenvolvimento desigual e combinado das formações econômicas e sociais na constituição da economia capitalista mundial, a partir da divisão internacional do trabalho (TRASPADINI, 2015; LUCE, 2018).

Na chamada “Acumulação Capitalista Primitiva”, em *O Capital*, Livro I, Marx (2013) descreve que a origem, tanto do trabalhador assalariado, como do capitalista, foi a subjugação do trabalhador, na qual, constituiu-se na mudança da exploração feudal para a exploração capitalista. Para compreender este processo, é imprescindível o momento em que a imensas parcelas da população são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência, tornando-se trabalhadores livres – sem possuir nada além de sua própria força de trabalho. A acumulação primitiva de capital constitui a base de todo o processo de desenvolvimento capitalista, na qual, “sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas” (MARX, 2013, p. 787). Nesse sentido, apesar de sua vocação mundial, o capitalismo se instituiu e se desenvolveu de uma maneira particular nas mais diversas partes do globo.

Se na Inglaterra do século XVIII, diante da segunda Revolução Industrial, tão bem descrita por Marx (2013), via-se um desenvolvimento abrupto e acelerado das forças produtivas, com o aumento da intensidade do trabalho e longas jornadas laborais, assim como, o aumento do pauperismo de grandes massas da população e do exército industrial de reserva (ou da população sobrando), no sul global, a realidade era totalmente diferente. No Brasil, por exemplo, tem-se um longo período, mais de três séculos, em que os processos de trabalho foram caracterizados pelo sistema de escravidão, nos quais as relações econômicas se davam entre senhores e escravos, seja nos engenhos de açúcar, nas minas de ouro ou nas fazendas de café. Desse modo, a economia escravista estava subordinada ao mercado capitalista mundial, onde intensificação da exploração do trabalho escravo se acentuava, a fim de reduzir

seus tempos mortos para a produção e fazer coincidir o tempo produtivo com o tempo de existência do trabalhador (MARINI, 2005).

De acordo com Marini (2005, p.130), “o sistema misto de servidão e de trabalho assalariado que se estabelece no Brasil, ao desenvolver-se a economia de exportação para o mercado mundial, é uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo”. Ou seja, o trabalho escravo ocorria predominantemente em torno da produção agrário exportadora, muito distante da produção industrial de mercadorias, apesar da intrínseca relação entre ambas. O escravismo foi abolido do país somente em 1888, mas ilegal e residualmente o trabalho escravo ainda persiste na atualidade, mesmo que combatido institucionalmente.⁸

Do mesmo modo, a América Latina assume traços particulares do desenvolvimento do capitalismo. A dependência retrata a especificidade do capitalismo *sui generis* latino-americano, inerente à dinâmica do movimento do capital em âmbito mundial. O desenvolvimento do capitalismo no continente parte de duas raízes indissociáveis entre si: a terra fecunda e a expressiva força de trabalho disponível. São estas duas variáveis que explicam historicamente a trajetória da ocupação do continente latino-americano desde exploração colonial europeia, passando pelas diferentes fases do desenvolvimento do capitalismo e chegando até os dias atuais (TRASPADINI, 2014).

A presença de uma extensa superpopulação relativa nas economias dependentes permite ao capital uma violenta exploração da força de trabalho ativa, uma vez que há mão de obra em abundância para substituir tanto aqueles trabalhadores que resistem às condições de trabalho postas como e, em grande medida, para substituir os trabalhadores esgotados devido aos processos de trabalho sustentados pela superexploração de suas capacidades físicas e psíquicas. Desse modo, o esgotamento da força de trabalho se dá em razão

⁸ Em 2021, foram resgatadas 1.937 pessoas em situação de escravidão contemporânea no Brasil, maior número desde os 2.808 trabalhadores de 2013, segundo dados do Ministério do Trabalho e Previdência. As operações de fiscalização de denúncias ocorreram nas 27 unidades da federação e em apenas 4 não houve resgates: Acre, Amapá, Paraíba e Rondônia. Do total de resgatados, 310 estavam no cultivo de café, 215 no de alho, 173 na produção de carvão vegetal, 151 na preparação de terreno, 142 na cana-de-açúcar e 106 na criação de bovinos para corte. Trabalhadores em atividades rurais representaram 89%. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2022/01/brasil-fecha-2021-com-1937-resgatados-da-escravidao-maior-soma-desde-2013/>> Acesso em 29 de janeiro de 2022.

direta com a grande massa da população vivendo em condições de extrema pobreza (OSORIO, 2019).

A procura dos homens regula necessariamente a produção de homens como qualquer outra mercadoria. Se a oferta excede muito a procura, então parte dos trabalhadores cai na penúria ou na fome. Assim, a existência do trabalhador encontra-se reduzido às mesmas condições de existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e terá muita sorte se puder ser comprado. E a procura, de que depende a vida do trabalhador, é determinada pelo capricho dos ricos e capitalistas (MARX, 1989, p. 102)

Ou seja, a redução da vida humana a uma mercadoria, mesmo sendo a única capaz de criar valor maior que a si própria, faz com que a força de trabalho esteja submetida às condições de superexploração nas economias dependentes a fim de garantir a reprodução de sua subsistência. Ao tornar-se uma mercadoria como outra qualquer, a força de trabalho pode ser facilmente substituída, o que *aparentemente* faz com que ela dependa do capitalista, quando em sua essência o que ocorre é o processo inverso: é o dono dos meios de produção que depende da força de trabalho para garantir a extração da mais valia e a reprodução do capital.

A produção capitalista na América Latina se caracteriza pela agudização das contradições do capital em geral, seguindo uma tendência de produção e circulação internacional, que também expressa particularidades em seu território, como a superexploração da força de trabalho. Esta, por sua vez, representa um mecanismo de compensação frente às desvantagens em que os capitalistas locais se encontram em relação ao controle dos capitalistas do capitalismo central, presente desde o século XIX, modificando-se e renovando-se ao longo da história, permanecendo no cenário contemporâneo (LUCE, 2018). Desse modo, Marini (2005), afirma que:

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2005, p. 153)

Nesse sentido, a superexploração da força de trabalho, seja através do arrocho salarial ou da elevação da jornada e da intensidade de trabalho, faz com que se produza uma maior massa de mais-valia frente ao valor gerado no processo de trabalho, aumentando-se a taxa de mais valor do produto. Ou seja, a criação deste excedente nos países periféricos não ocorre devido aos avanços da tecnologia, mas sim, através da superexploração da força de trabalho como uma maneira de compensar a troca desigual entre os países, como afirma Marini anteriormente. Desse modo, criam-se as condições para a acumulação de capital de modo acelerado, uma vez que o excedente é apropriado em maior proporção pelo capital produtivo. Compreende-se, assim, que **a superexploração da força de trabalho é uma forma particular de estabelecer as relações capitalistas nos países periféricos**, a fim de garantir um aumento exponencial na taxa de mais-valia e manter o caráter dependente e subordinado da América Latina aos países de economia central (CARCANHOLO, 2008; MARINI, 2005).

Para Marini (2005), o processo de acumulação do capital ocorre por meio de uma unidade dialética entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento em escala mundial, onde as economias criam uma relação de interdependência entre si, a qual pode ser entendida como uma relação de subordinação entre os países, cujo “as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2005, p. 141). Desse modo, a análise da superexploração da força de trabalho parte da economia capitalista mundial, conformado por distintas formas de capitalismo interdependentes, nas quais, o capitalismo desenvolvido e o capitalismo dependente assumem formas fundamentais, com particularidades na reprodução do capital. O desenvolvimento capitalista ocorre de modo desigual e combinado nas formações econômicas e sociais, porque o desenvolvimento das economias centrais ocorre às custas do subdesenvolvimento das economias periféricas, como é o caso da América Latina.

Nesse sentido, é no capitalismo dependente que a superexploração da força de trabalho encontra as condições objetivas para se constituir como um mecanismo fundamental da exploração por parte do capital, destacando-se as perdas de valor no mercado mundial, a cisão do ciclo do capital e a presença de

uma extensa superpopulação relativa. Logo, as perdas de valor sofridas pelo capitalismo dependente no mercado mundial são assim compensadas através da apropriação pelo capital de parte do fundo de consumo e dos anos futuros de trabalho e vida dos trabalhadores, convertendo-se em fundo de acumulação do capital, através do prolongamento da jornada da intensificação do trabalho (LUCE, 2018; OSÓRIO, 2018).

Do mesmo modo, a cisão do ciclo do capital, a partir do caráter agrário exportador presente nos países de capitalismo dependente, acentua-se pelo baixo padrão industrial, gerando estruturas produtivas afastadas das necessidades da maioria da população trabalhadora. O fato de a realização das mercadorias ocorrer sobretudo no mercado externo favorece a superexploração, enquanto um mecanismo de compensação frente às desvantagens que os países de capitalismo dependente encontram em relação aos países de capitalismo desenvolvido. Desse modo, a superexploração da força de trabalho pelo capital opera através do pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor e do prolongamento da jornada de trabalho (LUCE, 2018; OSORIO, 2019).

Todavia, como afirma Amaral (2018), não se pode pensar a categoria da superexploração da força de trabalho apenas como a violação da lei do valor, com o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor, uma vez que esta é intrínseca ao modo de produção capitalista e a categoria da exploração já seria suficiente para explicar o movimento de acumulação de capital. Trata-se, assim, de compreender a categoria da superexploração em uma relação dialética entre transferência de valor e mais exploração da força de trabalho aliada aos elementos estruturais que são seus determinantes. Ou seja, para que a superexploração ocorra, é imprescindível que haja a subordinação dos países dependentes no plano internacional, quando se impõe a transferência de valor da periferia para o centro. Desse modo, argumenta Amaral (2018), pode haver superexploração sem necessariamente ocorrer a violação do valor da força de trabalho.

Isso porque, definir a superexploração apenas como violação do valor da força de trabalho abriria espaço para perspectivas em torno da existência de um nível normal de exploração capitalista da força de trabalho e um nível anormal, o da superexploração. Tal compreensão implicaria a consideração de que existe um nível de exploração aceitável dentro da ordem do capital, em que se respeita

o valor da força de trabalho, deslocando a luta de classes da superação da estrutura societária capitalista por reformas seja de recorte keynesiano, ou mesmo, neoliberal. O objetivo torna-se atenuar a superexploração e não o fim da exploração em si, caindo-se em uma armadilha na qual a disputa gira em torno da exploração normal, autorizada, de modo aceitável (AMARAL, 2018).

Desse modo, se compreende que a especificidade do capitalismo dependente é justamente a transferência de valor da periferia para o centro ou, em outras palavras, a diferença entre a produção e a apropriação de valor pelos diferentes capitais (AMARAL, 2018). Como consequência dessa realidade, fruto da formação social histórica da América Latina e, em particular, do Brasil, se identifica as fissuras de uma profunda desigualdade social. A superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente gera ilhas de riquezas em um mar de pobreza, com os trabalhadores esgotados prematuramente, em condições precárias de vida trabalho, assombrados pelo fantasma do desemprego (OSÓRIO, 2019), como é possível identificar a partir dos dados de realidade.

Conforme o relatório de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), lançado em dezembro de 2019, a América Latina foi apontada como a região com maior desigualdade de renda no do mundo. Do mesmo modo, também se destaca a desigualdade que envolve demais marcadores sociais, como a cor da pele, onde, em comparação com os brancos, os negros e indígenas tem menores possibilidade de concluírem a escola ou conseguirem um emprego formal e uma maior probabilidade de estarem em situação de pobreza. Já os 10% mais ricos da América Latina concentram uma parcela maior da renda do que qualquer outra região, cerca de 37% dos rendimentos, enquanto os 40% mais pobres recebem apenas 13% dos rendimentos. No Brasil, por sua vez, a parcela dos 10% mais ricos do Brasil concentra cerca de 42% da renda total do país. (PNUD, 2019).

Os efeitos da pandemia do novo coronavírus só agravaram tais condições desiguais na vida da população. Todavia, a pandemia revela que mesmo em períodos de crises, sejam elas econômicas e/ou sanitárias, o capitalismo consegue se retroalimentar para manter sua hegemonia global. Na América Latina e Caribe, mesmo com as quedas econômicas, a riqueza dos bilionários aumentou 17% entre março e julho de 2020. O montante chega a US\$48 bilhões

adicionais, o que seria suficiente para pagar um terço de todos os pacotes fiscais de estímulo introduzidos pelos governos da região em resposta à crise do novo coronavírus nesse período (OXFAN, 2021).

Frente essa realidade, questiona-se nesta Tese como vem ocorrendo o trabalho das juventudes, tendo em vista o cenário de aprofundamento das expressões da questão social e dos mecanismos de superexploração da força de trabalho nos países dependentes. Nesse sentido, cabe destacar que o trabalho infanto-juvenil sempre esteve presente na história, contudo, é diante dos pressupostos do capitalismo que este assume a forma de mercadoria e ganha proporções em maior nível de exploração. Desse modo, é a partir das relações capitalistas industriais, já no século XVIII, que a introdução da maquinaria permite o ingresso de mulheres, crianças e adolescentes nas fábricas e manufaturas. Nesse sentido, Marx (2013) destaca em *O Capital* que:

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria foi a de utilizar o trabalho de mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir o trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório para o capital tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado em casa, para a própria família, dentro dos limites estabelecidos pelos costumes. (MARX, 2013, p. 450-451)

Desse modo, a utilização do trabalho infanto-juvenil no processo produtivo tem relação direta com o novo modo de produção e com a razão de ser das relações sociais capitalistas. Portanto, o trabalho de crianças e adolescentes não diz respeito apenas à vontade das famílias dos trabalhadores, muito menos de determinada tradição cultural, como a ideologia capitalista costumam afirmar. É a transformação do modo de produção, sob o domínio do capital, que implica na precarização das condições de trabalho e no ingresso progressivo de pessoas cada vez mais jovens às fileiras da exploração capitalista (SILVA, 1999, s/p).

Nesse sentido, destaca-se que no capitalismo contemporâneo a exploração do trabalho infanto-juvenil é mais presente no setor informal, onde se encontram empresas não registradas, terceirizadas e dependentes de mercados

instáveis ou sazonais, existentes em grande número nas áreas rurais e urbanas dos países dependentes. Esta mão-de-obra pode ser mais facilmente admitida do que a dos trabalhadores adultos, pois pode ser remunerada com baixos salários, sem pagar os direitos trabalhistas, sem representação sindical e a clandestinidade ainda protege aqueles que a empregam. Apesar de não ser uma realidade exclusiva dos países dependentes, se intensifica nestes (SILVA, 1999).

Desse modo, tanto crianças como jovens sempre foram tidas como força de trabalho no processo de acumulação de capital, seja para sua disponibilização no mercado de trabalho, compondo o exército de trabalhadores ativos, ou para sua disponibilidade no tempo futuro, compondo assim o exército industrial de reserva. Como bem observou Marx, o capitalismo divide o conjunto da classe trabalhadora em dois grandes grupos: o exército ativo, constituído pelos trabalhadores que se encontram na condição de assalariados aliciados pelo capital; e o exército industrial de reserva ou população relativa que se define pelos trabalhadores que não tendo sido recrutados pelo capital, encontram-se desprovidos de salários. Nesse sentido, o capitalismo se beneficia diretamente da exploração do trabalho infanto-juvenil ao empregar sua força de trabalho e indiretamente, através da terceirização de seu trabalho na cadeia produtiva, uma vez que sua força de trabalho agrega valor na produção de mercadoria (LIRA, 2016; SILVA, 1999).

Portanto, a utilização ou não dessa força específica de trabalho depende das necessidades e determinações do capital, podendo ser utilizada em maior ou menor proporção na esfera da produção ou da reprodução de capital (LIRA, 2016). Ademais, ressalta-se que a definição do valor da força de trabalho tem relação direta com o exército industrial de reserva. Desse modo, identifica-se que crianças, adolescentes e jovens da classe trabalhadora compõem uma parcela significativa do exército de reserva nos países dependentes. Sendo assim, os baixos salários dos jovens trabalhadores, ressaltam a importância do uso da força de trabalho juvenil para o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor. Do mesmo modo, destaca-se a grande rotatividade de emprego entre esse segmento populacional, além de que as maiores taxas de desemprego estão entre os jovens (LANES, 2019).

Nesse sentido, destaca-se que o salário, enquanto expressão fenomênica do valor da força de trabalho, não alcança a quantia necessária para que o trabalhador possa repor o desgaste de sua força de trabalho. Desse modo, a força de trabalho está sendo remunerada abaixo de seu valor, a fim de que esse valor possa ser transferido para as economias centrais através da superexploração da força de trabalho. Nesse caso, há a superexploração da força de trabalho da juventude, uma vez que é recorrente o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor no Brasil, mas também se identifica que esse processo é mola propulsora para o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor para os demais trabalhadores (LANES, 2019).

Em estudo com os operadores de telemarketing da cidade de São Paulo, setor que emprega expressivo número de jovens trabalhadores, Braga e Santana (2015) apontam que o teleoperador necessita de dois a três meses para conseguir ser proficiente no trabalho, sendo este um período estressante, uma vez que o desempenho médio exigido é dificilmente alcançado pelo trabalhador ainda inexperiente. Posteriormente, o teleoperador encontra-se apto a alcançar as metas, sucedendo-se aproximadamente um ano no qual ele obtém certa satisfação em razão do domínio da atividade. Contudo, com o endurecimento das metas, a rotinização do trabalho, os baixos salários, o despotismo dos coordenadores de operação e a negligência por parte das empresas quanto às condições laborais, identifica-se o aumento do adoecimento entre os jovens trabalhadores, alimentando o desinteresse destes pelo trabalho. Neste período, o teleoperador deixa de alcançar resultados, sendo demitido e substituído por outro, que recomeçará novamente o ciclo.

Portando, com um enorme contingente de jovens disponíveis para a exploração capitalista por um preço bem abaixo do que seria seu valor, o preço da força de trabalho dos demais trabalhadores também cai para baixo. Sendo assim, nos países dependentes o salário assegura as mínimas condições de sobrevivência aos trabalhadores jovens. Do mesmo modo, identifica-se que cabe as juventudes assegurar à perpetuação e reprodução da classe trabalhadora, em razão do desgaste da força de trabalho adulta. Nos países dependentes, esse processo é ainda mais rápido, uma vez que o trabalhador superexplorado é obrigado a se submeter a um acelerado desgaste físico-mental, o que implica em uma tendência a inserção cada vez mais cedo dos jovens ao mercado de

trabalho. Isso, por sua vez, implica que as juventudes se submetem precocemente aos efeitos da superexploração, retroalimentando o ciclo da superexploração da força de trabalho (LANES, 2019).

Outro fator relevante quanto a superexploração da força de trabalho juvenil refere-se a sua justificativa do ponto de vista da ideologia capitalista, tais como: é permitido pagar salários extremamente baixos aos jovens, pois eles não tem experiência profissional, não possuem qualificação profissional adequada, não são chefes de família. Ou, sustenta-se que é permitido ampliar e intensificar a jornada de trabalho, pois pelo fato de serem jovens, apresentam maior vigor físico. Sendo assim, o fato de serem jovens serve de justificativa para a superexploração, sem considerar as contradições existentes na sociedade capitalista de países dependentes, como no Brasil (LANES, 2019). Do mesmo modo, percebe-se que as juventudes por não terem vivenciado a experiência laboral, também não tem conhecimento de seus direitos enquanto jovens trabalhadores e menos ainda, de organizações coletivas de defesa de direitos. Assim, os jovens acabam submetendo-se em trabalhos com altos níveis de precariedade, baixos salários e altas jornadas laborais. Frente a essa realidade, apresenta-se a seguir alguns elementos que expressam o sentido do trabalho das juventudes, a partir dos resultados da pesquisa realizada neste estudo.

3 O SENTIDO DO TRABALHO DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS

O presente capítulo tem por objetivo abordar o sentido do trabalho das juventudes brasileiras em um contexto de crise do capital, a partir dos dados da pesquisa bibliográfica e documental realizada. Num primeiro momento, aborda-se a concepção de juventudes enquanto uma categoria analítica, compreendida pela sua pluralidade, considerando as diversas maneiras de se vivenciar esta fase da vida. Desse modo, a partir das concepções teóricas, sobretudo da sociologia da juventude, busca-se realizar um esforço de análise das juventudes sob a perspectiva da luta de classes.

Num segundo momento, se analisa o desemprego juvenil, as altas taxas de informalidade do trabalho juvenil, com a ausência de proteção trabalhista e a precarização do trabalho e que são, em grande medida, perpetuadas estimulado empreendedorismo sob a ótica neoliberal. Do mesmo modo, se analisa o fenômeno dos “jovens nem-nem”, que engloba os jovens que estão sem trabalhar e sem estudar, apreendendo criticamente o fenômeno e desmistificando o viés moralista em torno dele.

Posteriormente, se analisa o papel da educação na reprodução da sociabilidade do capital, a partir dos documentos dos Organismos Internacionais e do Governo Brasileiro, fundamentados pela Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1973). Nesse cenário, o enfoque dos organismos internacionais volta-se para a constituição do capital humano juvenil nos países ditos subdesenvolvidos. Sendo assim, discute-se a educação como um meio de instrução de uma ampla gama de competências com o objetivo de formar trabalhadores competitivos no mercado trabalho.

Por fim, se analisa a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ), lançada no Brasil em 2011. Desse modo, identifica-se o avanço na elaboração da Agenda num contexto de ausência de políticas públicas para as juventudes. Todavia, problematiza-se criticamente alguns elementos constitutivos do conceito de Trabalho Decente formulado pela OIT, bem como, sua efetividade diante de um mundo do trabalho cada vez mais flexível, com o aprofundamento da precariedade das relações e condições de trabalho.

3. 1 JUVENTUDES: UMA CATEGORIA SOCIAL E HISTÓRICA

As juventudes foram consideradas, durante muitos anos, um segmento social de segunda ordem. É somente no final do século XIX e início do século XX que algumas das concepções sobre juventude começam ser elaboradas. A concepção de *juventude* tem sua origem na sociedade ocidental industrial, fortemente atrelada a um tempo de preparação para o trabalho, ganhando visibilidade, sobretudo, no segundo pós-guerra. Considerava-se este período da vida como um momento de *transição para a vida adulta*, caracterizando-se pela inserção no sistema escolar e a não inserção no mercado de trabalho.

Entretanto, percebe-se que esta é a realidade de apenas uma parcela da juventude, a qual estaria em uma condição social que não precisaria trabalhar. Desse modo, na contemporaneidade, há uma mudança na concepção de juventude, estendendo a outras dimensões da vida, como a sexualidade, o trabalho, a participação cultural e política, entre outras. A vivência da experiência juvenil deixa, assim, de ser compreendida somente enquanto uma fase de preparação para a vida adulta para adquirir *um sentido em si mesma* (ABRAMO, 2008).

Desse modo, compreender as juventudes requer atentar-se aos contextos históricos e dinâmicas sociais. Embora a puberdade seja um processo biológico, a adolescência só começa a ser comumente encarada como uma fase de vida quando, na segunda metade do século XIX, as tensões e problemas a ela associados a tornaram objeto de consciência social. É com o prolongamento da escolaridade, o estabelecimento da idade a que os adolescentes poderiam começar a trabalhar, com a legislação sobre trabalho infantil, a constituição da família contemporânea, com aumento da dependência dos jovens em relação às suas famílias de origem, a propagação de casas de correção para menores e outras ações públicas que se constituiu o reconhecimento social dos “problemas” da adolescência. A noção de juventude adquire certa consistência social na medida em que, entre a infância e a idade adulta, começa a se verificar o prolongamento dos tempos de passagem, que hoje em dia, caracterizam a juventude, quando referida a uma fase da vida (PAIS, 1990).

Para as ciências biomédicas, a noção de puberdade refere-se às transformações biológicas que encerram a infância. Já para a psicologia, o

desenvolvimento da personalidade dos sujeitos costuma ser identificado pelo termo adolescência. Nesses casos, é fundamental o estabelecimento objetivo da faixa etária em que vigora esta fase da vida. Do mesmo modo, as legislações e as políticas públicas se pautam amplamente nessas definições. Desse modo, as ciências e as instituições, que compõem o Estado, em seu sentido ampliado, nos termos de Gramsci, estabelecem o que seria o período vigente da juventude (GROPPO, 2017).

Na sociologia, por sua vez, ao longo do século XX e XXI, nas diversas definições de juventude, pode-se identificar a juventude como uma fase da vida caracterizada por um status social com independência relativa à família e menor autonomia diante das instituições sociais para além do núcleo familiar. Assim, esta distingue-se da infância por ter um prestígio social maior e, ao mesmo tempo, se diferencia da maturidade por um menor prestígio social, o que, por sua vez, implica em menores direitos e relativa dependência da família (GROPPO, 2017).

De acordo com Groppo (2016), os principais conjuntos de teorias ou paradigmas para se compreender as juventudes podem ser agrupadas em: teorias tradicionais, teorias críticas e teorias pós-críticas. As teorias tradicionais da juventude tem como base o pensamento estrutural-funcionalista, que marca a primeira metade do século XX, preocupadas com a integração das novas gerações à sociedade moderna, tem como principais tema a socialização da juventude e, em seu oposto, o desvio às normas sociais (GROPPO, 2016).

Já as teorias críticas, que surgem na segunda metade do século XX, subdividem-se em duas correntes: geracional e classista. Na corrente geracional, o pensamento estrutural ainda se faz presente, todavia, soma-se a ele as ideias reformistas, com destaque para a produção de Karl Mannheim. É nesta corrente de pensamento que se identifica as produções teóricas quanto à categoria de moratória social, na qual a concepção de juventude se atrela a um lapso temporal, como postergação dos jovens à participação social e política, bem como, sua sexualidade (GROPPO, 2016).

No final do século XX, as teorias pós-críticas ganham a cena, com base nas teorias com relação a pós-modernidade, ou seja, na superação da sociedade moderna. Nestas, compreende-se que a noção de juventude foi transformada em um valor-signo, que pode ser comprada e consumida como sinônimo de

vitalidade, beleza e força. Do mesmo modo, estas identificam na pós-modernidade, a multiplicações de sociabilidades, em que as relações institucionalizadas são substituídas por tribos identitárias, efêmeras e muito mais intensas.

Entre estes três conjuntos de paradigmas, Groppo (2016) destaca algumas características próprias, as quais estão sistematizadas no quadro abaixo:

TEORIAS/ PARADIGMAS	CORRENTES	MARCO TEÓRICO	PRINCIPAIS TEMAS	PERÍODO
TRADICIONAIS	---	Estrutural - funcionalismo	Socialização; Desvio	Primeira metade do século XX
CRÍTICAS	Corrente Geracional	Estrutural - funcionalismo e o Reformismo	Moratória Social	Segunda metade do século XX
	Corrente Classista	Marxismo heterodoxo	Diferentes modos de se viver a juventude, conforme a classe social e gênero	
PÓS-CRÍTICAS	Pós- Modernidade	Teorias pós-modernas	Juventude como valor-signo; Tribos Juvenis	Final do século XX
	Segunda Modernidade	Teorias pós-modernas	Transições juvenis não lineares; Socialização ativa	

Fonte: Quadro sistematizado pela autora com base em Groppo (2016).

A partir desse cenário, busca-se, nesta tese de doutorado, uma aproximação entre as perspectivas críticas acerca das formulações teóricas em relação ao conceito de juventudes, sem desconsiderar algumas importantes reflexões que podem ser trazidas à tona por meio de outras perspectivas teóricas. Isso porque identifica-se que, no final do século XX e início do século XXI, ocorre um grande impulso no debate sobre juventude. Entretanto, muitos trabalhos tratam juventude como categoria autoevidente ou autoexplicativa, tendo como principais definidores a idade e o comportamento (ABRAMO, 2005). Nessa percepção, os jovens têm o mesmo comportamento e faixa etária independente do tempo e do espaço.

Logo, neste trabalho, compreende-se a juventude enquanto uma categoria social, que varia de sociedade para sociedade; e na mesma sociedade em sua dinâmica interna e ao longo da história, constituindo-se enquanto uma fase da vida (ABRAMO, 2008). É preciso considerar ainda a heterogeneidade desse segmento populacional, levando-se em consideração suas múltiplas vivências em uma mesma sociedade e período histórico. Ou seja, existem diferentes modos de se viver a juventude. Contudo, mesmo compreendendo as juventudes enquanto um segmento heterogêneo, estas possuem traços comuns que tornam possível falar em *juventudes enquanto uma categoria social de estudo analítico*, bem como *sujeito de direitos sociais, civis e políticos* (ABRAMO, 2008; SCHERER, 2015; SPOSITO, 2003).

Nesse sentido, identifica-se que muitos estudos abordam as juventudes a partir de uma linearidade, como se as trajetórias juvenis fossem percursos “naturais” entre estudar, trabalhar e constituir uma família. Todavia, na realidade concreta, marcada por um capitalismo de tipo neoliberal e de acumulação flexível do capital, torna-se complexo falar em transição à vida adulta por meio do trabalho, uma vez que este percurso não ocorre de modo linear. Como afirma Pais (2016), o que vemos hoje, aproxima-se mais de trajetórias do tipo “iô iô”, onde os jovens vivenciam um tempo de incertezas e instabilidade, anseios de independência e persistência de laços de dependência, da tensão entre o presente e o futuro.

Os jovens sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém: saem da casa dos pais, para um qualquer dia voltarem; abandonam os estudos, para retomarem tempos passados; encontram um emprego e em qualquer momento se veem sem ele. [...] São estes movimentos oscilatórios e reversíveis que o recurso à metáfora iô iô ajuda expressar (PAIS, 2016, p. 74).

Desse modo, ao usar a metáfora das trajetórias iô iô, o autor chama a atenção para os caminhos marcados entre idas e vindas dos jovens, em que podem vivenciar marcos da vida adulta, como trabalhar e ter filhos e vivenciarem experiências juvenis. Já no mundo do trabalho, as juventudes enfrentam um mercado de trabalho flexível, passando por trabalhos precários e de insegurança com relação ao futuro, ao invés de trajetórias previsíveis e estáveis, características dos tradicionais postos de trabalho.

A partir de uma crítica ontológica, a compreensão do ser jovem perpassa necessariamente toda a complexidade e a multideterminação próprias do ser social, independentemente da idade, do sexo, da questão étnico-racial, ou dito de outro modo, do ser humano genérico. Isso porque não se pode cair no equívoco de não relacionar a gênese das juventudes e suas transformações à origem e às transformações que permeiam o ser humano genérico, como se identifica historicamente nos mais diversos autores que debatem as juventudes. Nas análises em que a questão das idades emerge como categoria central, envia-se a compreensão do ser humano que tende a ser compartimentado em uma singularidade deslocada das generalidades que envolvem o ser social como um todo (CALIARI, 2021).

Nesse sentido, as juventudes não se desenvolvem apartadas do movimento histórico social que atinge a todos e para o qual todos participam em seu desenrolar. Desse modo, sustenta-se a necessidade de entender que a diversidade das juventudes é própria diversidade do ser social, para, posteriormente, compreender como o sistema capitalista, promotor e reproduzidor de uma socialização que desumaniza, torna categorias naturais humanas, como o sexo, a idade e a questão étnico-racial, são manipuladas por meio das relações sociais de opressões (CALIARI, 2021).

Vale destacar que as juventudes, muitas vezes, são atreladas a uma fase da vida de transição entre a infância para a vida adulta, sem levar em conta que é uma vivência em si mesma, com toda a complexidade que é própria deste ciclo da vida. Porém, a concepção em torno das juventudes refere-se à construção de autonomia pelos sujeitos que, na sociedade capitalista, perpassa “pela possibilidade de venda da sua força de trabalho, constituição de novas relações afetivas e familiares, desenvolvimento de processos identitários, dentre outros fatores” (SCHERER, 2015, p. 84). No que diz respeito à inserção no mundo do trabalho, compreende-se que este é um elemento fundamental para as juventudes, uma vez que é por meio do trabalho que ocorre a possibilidade de construção de autonomia e rompimento com a tutela familiar. Nesse sentido, as juventudes podem ser consideradas

como trânsito entre a heteronímia infantil/adolescente para a autonomia presente na maturidade, que é cimentada por um processo plural, relacionado com uma série de elementos de

diversas ordens que incidem neste processo, na conjunção do contexto juvenil, envolvendo questões de gênero, étnicas, de acesso a bens e serviço, entre diversos fatores que compõem as trajetórias de vidas destes sujeitos inscritas no âmbito da luta de classe. (SCHERER, 2015, p. 84)

Trata-se de apreender a complexidade e multiplicidade que envolve a construção da categoria *juventudes*, a partir da sua inserção na totalidade das relações sociais. Contudo, percebe-se como a categoria *juventudes* pode ser compreendida enquanto uma categoria em disputa, uma vez que se atribuem a esta os mais diversos significados e concepções, muitas vezes, conflitantes entre si ao expressarem diferentes visões de mundo. Como afirma Scherer (2015), as *juventudes*, muitas vezes, são apresentadas em um quadro contraditório e heterogêneo de concepções, “compreendidos como responsáveis pelo ‘futuro da nação’, um ‘perigo para sociedade’, percebidos pela lógica adultocêntrica como carentes de tutela e/ou ressaltados como um “produto da moda” (SCHERER, 2015, p. 81).

Nesse sentido, Groppo (2016) destaca que, no período recente, é possível identificar tanto nas pesquisas sobre *juventudes*, como nas políticas públicas para as *juventudes* (PPJs), o jovem enquanto sujeito social ou ainda por meio de termos derivados, como ator social, agente social, ator estratégico de desenvolvimento, protagonista juvenil, entre outros. Para o autor, a compreensão de jovem como sujeito social está voltada para que o jovem se torne um sujeito ativo na condução de sua própria vida, cabendo a ele próprio ser bem sucedido, uma vez que são pessoas dotadas de autonomia e capacidade decisória. Portanto, caberia às políticas públicas para as *juventudes* garantir recursos para seu pleno desenvolvimento, sobretudo, aos jovens pobres, a fim de que estes superem as condições de precariedade em que vivem (GROPPO, 2016).

Tal associação é significativa, uma vez se contrapõe à ideia de jovem como problema social e ainda complementa a concepção de jovem como sujeito de direitos. Todavia, o autor chama atenção para o fato de que a noção de jovem como sujeito social é oriunda de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial (BM), implicando em

uma concepção individualista sobre a constituição da sociedade contemporânea; uma percepção do alcance limitado, local, comunitário, da atuação destes atores sociais; uma noção conformista de história e de sociedade, já que o máximo que se pode fazer, no campo das políticas sociais, é civilizar o capitalismo neoliberal, ou seja, não há possibilidade de superar o capitalismo nem mesmo em sua versão neoliberal, versão que favorece a livre concorrência internacional, a reforma do Estado (que rompe com o modelo de bem-estar social), a flexibilização e a precarização do mundo do trabalho e do trabalhador etc. (GROPPO, 2016, p. 392)

Ainda conforme Groppo (2016), há um grande limite na concepção de jovem enquanto sujeito social - ou ator social ou agente de desenvolvimento estratégico -, uma vez que se volta a uma perspectiva apaziguadora e neutralizadora de conflitos, que impossibilita uma perspectiva crítica e coletiva de transformação de uma realidade desigual estruturada pelo capitalismo. Desse modo, a concepção de juventude como sujeito social esbarra em uma perspectiva individualista, ao não considerar as relações de produção e reprodução da vida social sob a ordem do capital e os seus desdobramentos políticos no curso da história.

Nesse viés, análise das juventudes, por meio da perspectiva pós-moderna, estabelece uma relação distante de uma base material, com expressões apartadas da totalidade das relações sociais, sem as mediações necessárias entre o singular, o particular e o universal, apreendendo unicamente a aparência do fenômeno. Do mesmo modo, equivocou-se a análise voltada para dimensões universais, sem as mediações necessárias que considerem as particularidades das juventudes (SCHERER, 2020). Trata-se, assim, de compreender as juventudes a partir de sua pluralidade, uma vez que não há uma forma homogênea de viver a juventude em cada sociedade, mas diferentes formas de viver a condição juvenil, não deslocada das relações de classe social (GROPPO; SILVEIRA, 2020; SCHERER, 2020).

Nesse sentido, nesta tese, compreende-se as juventudes enquanto um segmento social não homogêneo, mas como consequência das transformações societárias impulsionadas pelo desenvolvimento das forças produtivas ocorridas no século XX. Nessa perspectiva, busca-se, assim, tecer as mediações na realidade da vida concreta das juventudes, indo na contra mão de tendências universalistas, ou de uma particularidade abstrata, para ressaltar a centralidade da luta de classes, na qual os jovens da classe trabalhadora sofrem os impactos

do movimento da produção de valor na sociabilidade capitalista (SCHERER, 2020).

No presente estudo, é utilizado o conceito de juventudes para se referir a um segmento da população, que possui particularidades em um período próprio da vida, a partir de suas experiências e desejos em um determinado contexto histórico. As juventudes são compreendidas como um segmento marcado pela pluralidade, de construção de autonomia, considerando-se os marcadores de classe, gênero e raça/etnia. Nesta tese, busca-se realizar um esforço de entender as juventudes sob a perspectiva da luta de classes, primordialmente, a juventude da classe trabalhadora, indagando-se de que maneira a sociabilidade capitalista vivenciada pelos jovens implica nas especificidades e singularidades dessa etapa da vida.

A concepção cronológica da juventude também será utilizada para fins de elaboração deste estudo, uma vez que esta abordagem está presente nos marcos legais e nas políticas públicas. No âmbito das políticas públicas, a definição de categorias etárias se torna necessária para a elaboração de políticas especializadas e acesso a direitos. Contudo, percebe-se que, nas políticas públicas e mesmo nos marcos legais, há diferenças na adoção dos critérios que definem o segmento juvenil, muitas vezes, sendo contraditórias entre si. Apesar da importância da delimitação etária para fins metodológicos, compreende-se que não é possível reduzir a concepção da juventude somente a uma faixa etária, uma vez que é preciso considerar a heterogeneidade desse segmento populacional, levando-se em consideração suas múltiplas vivências, como mencionado anteriormente.

Ademais, diversas são as concepções e maneiras de se estabelecer quem são os jovens. Muitos colocam as juventudes como um estado de espírito, em que as pessoas, em qualquer período da vida, podem ser jovens, entendendo juventude como disposição, animação. Têm-se uma visão bastante fantasiosa das juventudes, como se fosse um modo de se vestir e falar. Nas propagandas de cosméticos, carros, produtos inovadores, ser jovem é uma das aspirações para que tais mercadorias sejam consumidas. Nessa mesma direção, a juventude é apresentada como uma das fases mais belas da vida, em que se pode aproveitar e experimentar tudo o que quiser. Momento de realizações, sonhos, sinônimo de beleza e coragem. Ou ainda, em outro sentido recorrente,

ser jovem implica em pouca experiência profissional, à falta de capacidade em tomadas de decisões, em que a vivência juvenil é atrelada a visões messiânicas e de tutela.

Por outro lado, o jovem também é visto, em grande parte, como um sujeito-problema, pois, nos noticiários, são vinculados os índices de violência urbana a jovens e a adolescente, implicando na criminalização da juventude. No Brasil, no final dos anos 1990, a visão que predominava era do “jovem” como um problema social, em conflito com a legalidade e que causava risco social. Sendo um problema social, a juventude precisa ser ajustada e enquadrada para, na vida adulta, cumprir seu papel no processo produtivo. Nesse sentido, na sociedade capitalista industrial, juventude é concebida como um período de disciplinarização, vigilância e socialização do indivíduo entre a infância e idade adulta. Forja-se, assim, duas representações: a da juventude como uma fase perigosa e como um momento de transição (CASSAB, 2011)

Conseqüentemente, as propostas de políticas públicas neste período tratavam do controle das ações juvenis, pois os jovens representavam um risco eminente à sociedade. Desse modo, a juventude não era vista como um sujeito de direitos, uma vez que esta mudança de percepção ocorreu de maneira muito recente na agenda pública brasileira, vide a alteração da Constituição Federal em 2010, com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 65, reconhecendo os jovens brasileiros como prioridade na garantia dos direitos fundamentais, bem como, a aprovação do Estatuto da Juventude no ano de 2013.⁹

Ademais, no Brasil, cerca de 25% da população é composta por jovens entre 15 e 29 anos que, em números absolutos, representa em torno de 51,3 milhões de jovens no país (IBGE, 2010). Desse modo, compreende-se as juventudes enquanto o segmento social que se encontra na faixa etária dos 15 aos 29 anos, segundo o Estatuto da Juventude - Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013¹⁰. A aprovação do Estatuto da Juventude se constitui enquanto um

⁹ Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/12852.htm>.

¹⁰ Do mesmo modo, para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a juventude é entendida pelo grupo que compõe a faixa etária dos 15 aos 29 anos.

importante instrumento legal de proteção social e garantia de direitos das juventudes brasileiras, sendo uma legislação complementar ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Nº 8.069, aprovado em 1990, que já reconhecia os jovens adolescentes, entre 15 e 18 anos, enquanto sujeitos de direitos e preconiza a proteção integral. Ou seja, o reconhecimento dos direitos das juventudes não pode ser desvinculado do processo histórico da constituição e garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil.

Historicamente, o tema da juventude, quando mencionado no plano das políticas públicas, emerge do reconhecimento de problemas que afetam expressiva parcela dos jovens, sobretudo a partir da década de 1990, e a difundem uma condição de *risco social*, a qual se tornou usual quando se aborda a temática. A aprovação do ECA, na década de 1990, foi um marco para superar a concepção restritiva do que é ser criança e adolescente, caminhando para uma nova concepção de direitos na sociedade brasileira. Sob esse aspecto, as lutas sociais em torno de ações voltadas à infância e à adolescência ganharam uma imagem positiva, incidindo fortemente nas ações conservadoras presentes nas instituições e no conjunto da população. Analogamente, as políticas públicas voltadas para as juventudes não apenas decorrem de concepções dominantes sobre o que é ser jovem na sociedade, como também, podem agir, ativamente, em novas representações das juventudes (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Assim, é ainda bastante recente o debate acerca das juventudes, seja enquanto categoria teórica, ou enquanto sujeito de direitos no cenário das políticas públicas. No Brasil, apenas em 2005 foi instituída a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), formado por representantes do poder público e da sociedade civil, de caráter consultivo, e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem, Lei nº 11.129), representando um novo patamar para as juventudes brasileiras.

Nesse sentido, apesar de terem obtido importantes conquistas do ponto de vista legal no último período, as juventudes brasileiras se constituem enquanto um dos segmentos da população mais atingidos por uma série de violações de direitos, sobretudo, porque ainda se enfrenta uma escassez de políticas de proteção social para a materialização dos direitos garantidos legalmente. De acordo com Sales (2004), a juventude que mora nas periferias

dos grandes centros urbanos, em situação de pobreza e majoritariamente negra, sofre com uma *(in)visibilidade perversa* na sociedade brasileira. Isso ocorre, porque essa juventude é invisível aos olhos do conjunto da sociedade e do Estado em relação a suas privações materiais, culturais e até mesmo afetivas, as quais estão submetidas; e, por outro lado, adquirem visibilidade atrelada ao preconceito e ao medo da violência, reproduzindo-se assim, discriminações históricas. Cotidianamente, na mídia, jovens negros e pobres são vinculados ao crime, à violência, ao estigma de sujeitos perigosos, delinquentes, marginais, que, por conseguinte, necessitam de repressão. Desse modo, mesmo com avanços nos marcos legais para jovens e adolescentes, estes:

[...] continuam ainda presas da manipulação ideológica e da aposta na lógica da fragmentação, e suas condições de vida e necessidades não recebem o devido suporte em termos de uma política pública. Os governos federal, estaduais e municipal pouco determinados a ser criativos e eficazes na lida com esta expressão da questão social, de tão grave monta em seus aspectos visíveis e invisíveis, em face do que submetem o seu foro à política de segurança e de justiça, reatualizando os vínculos naturalizadores das teses da criminalidade e pobreza. (SALES, 2004, p. 83)

Ou seja, os jovens pobres sofrem a tensão entre visibilidade e invisibilidade, atravessados por uma realidade de profunda desigualdade social, onde fica explícito o viés da criminalidade, se reproduzindo uma lógica de naturalização do crime enquanto uma condição exclusiva da situação de pobreza. Assim, a juventude pobre e negra tem visibilidade diante da política de segurança pública, a fim de repressão e controle, mas sofre com a invisibilidade nas políticas de proteção social, como educação, moradia, saúde e cultura (SALES, 2004).

A *(in)visibilidade perversa* que atinge jovens e adolescentes pobres e, em sua maioria, negros, atravessa os mais diversos espaços da sociedade brasileira, podendo ser entendido como fruto de um processo de construção ideológica frente a uma realidade de profunda desigualdade social. O sentimento difuso do medo, sobretudo dos segmentos médios da população, obscurece a realidade de que jovens e adolescentes, que têm que conviver diariamente com a presença do narcotráfico nas periferias e favelas, também sentem medo (SALES, 2004).

Contudo, mesmo com um cenário bastante adverso, com avanço do conservadorismo e de inúmeros ataques aos direitos da classe trabalhadora, presencia-se o protagonismo da juventude nas lutas políticas no país. No Brasil, as mobilizações que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho de 2013 foram massivamente protagonizadas pelas juventudes expressando anseios pela transformação da realidade do país, com a melhoria do transporte público, investimento público na saúde e educação, o respeito à diversidade sexual, entre outros. As ocupações nas escolas estaduais de São Paulo, em 2015, e no ano seguinte em diversos estados do país, expressaram uma ampla mobilização de jovens estudantes em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, confrontando os interesses neoliberais de privatização e fechamento de escolas.

Em 2020, as mobilizações dos entregadores – motociclistas e ciclistas – que trabalham para aplicativos, reivindicavam melhores condições de trabalho e proteção à saúde durante a pandemia do novo coronavírus. O “breque dos app”, como ficou conhecida, era formada majoritariamente por jovens trabalhadores que confrontavam as ilusões postas pelo empreendedorismo e uma economia de mercado que preserva a liberdade.

Do mesmo modo, chama atenção o protagonismo dos jovens das periferias urbanas nas mobilizações populares em meio à pandemia, as quais não foram protagonizadas pelos partidos de esquerda e centrais sindicais, por receio da pandemia e das possíveis repercussões de endurecimento da repressão. Frente o avanço do fascismo e os ataques à democracia, bem como, às políticas de genocídio do presidente Bolsonaro durante a pandemia, as juventudes assumem um papel central nas manifestações, talvez porque estejam no centro das contradições mais agudas do período histórico que estamos vivendo (ABRAMO, 2020). Portanto, apesar das diversas realidades vivenciadas pelas juventudes, é necessário apreender a juventude trabalhadora enquanto sujeito coletivo de resistência às múltiplas formas de exploração na ordem do capital.

3.2 O TRABALHO DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL

No cenário mundial, presencia-se o aprofundamento das expressões da questão social na vida de imensos contingentes populacionais, bem como a reorganização de forças conservadoras que afrontam conquistas civilizatórias do século XX. Desse modo, presencia-se o aumento do desemprego, da precarização do trabalho, da desregulamentação das legislações de proteção social, bem como das políticas públicas cada vez mais residuais e focalizadas. Compreende-se que essa realidade emerge de um processo de crise do capital, no qual ocorre a substituição dos trabalhadores pelos meios de trabalho, com o incremento de novas tecnologias, a fim de diminuir os custos de produção, reduzindo o trabalho vivo de modo geral (MARX, 2013; DILLENBURG, 2017).

Com a chamada Terceira Revolução Industrial ou Informacional, a partir da década de 1970, na qual o modelo taylorista-fordista é substituído pelo toyotismo, ocorre uma intensificação na jornada de trabalho, aprofundando o grau de exploração da força de trabalho, sendo este um dos traços mais marcantes na produção e reprodução do capital na realidade contemporânea (ANTUNES, 2018; MÉSZÁROS, 2011). Nesse sentido, o toyotismo surge enquanto um *novo padrão de acumulação do capital* (HARVEY, 2016), no qual o processo de trabalho será marcado pelo sistema *just in time*, a automação, as tecnologias informacionais de controle em rede, a alta rotatividade no trabalho, contratos de trabalho flexíveis e, por fim, a *colaboração* dos trabalhadores (os quais passam agora a ser chamados de colaboradores) para o cumprimento de metas (ALVES, 2014).

O capital constitui-se enquanto uma *relação social*, a qual pode ser definida pela valorização do valor, que ora se apresenta como dinheiro, ora como mercadoria. Todavia, sua essência está na criação de mais-valia, presente no processo de produção capitalista, em que a qualidade oculta de adicionar valor, a qual se refere Marx (2013), é a força de trabalho. Nesse sentido, a constituição de capital ocorre no seio do capital produtivo, através da extração da mais-valia da força de trabalho (trabalho produtivo), em que tanto o capital comercial, como o capital a juros são formas derivadas deste processo.

Para Harvey (2016), o capital pode ser entendido como o motor econômico que, em funcionamento contínuo, fornece a energia necessária para que o navio possa seguir viagem pelo oceano. Porém, as crises econômicas mostram que este motor vem falhando e, para substituí-lo por outro modelo, é imprescindível conhecer seu funcionamento interno, a fim de não reproduzir suas falhas. As crises do capital têm sua gênese na contradição fundamental ao modo de produção capitalista: a crescente socialização da produção, a partir da divisão social e técnica do trabalho, aliada à apropriação privada dos produtos do trabalho (NETTO; BRAZ, 2012). Para Marx (2012), às contradições do modo de produção capitalista aprofundam-se em períodos de crise uma vez que

o abismo entre possuidores e não possuidores torna-se ainda mais profundo com as *crises inerentes à essência do modo de produção capitalista*, crises que se tornam cada vez mais abrangentes e devastadoras, ultrapassando a tal ponto a insegurança geral própria das condições normais da sociedade[...]" (MARX, 2012, p. 92 - 93)

Ou seja, às crises econômicas são inerentes ao processo de produção do capital que, ocorrendo de tempos em tempos, aprofundam as contradições entre as classes na sociedade. Nessa mesma direção, Mészáros (2011) afirma que a crise econômica de 2008 é a expressão de uma crise que o capital já vem vivenciando desde o fim dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, uma vez que, tanto em sua forma como em sua duração, extrapolam os limites historicamente conhecidos das crises cíclicas do capital. Na atual conjuntura, estaríamos nos aproximando de certos limites *estruturais* do capital, que se agravam e colocam em xeque a própria sobrevivência da humanidade, com intensificação da precarização estrutural do trabalho e da destruição da natureza.

Diante dessa realidade, são aprofundadas as contradições entre as classes, sendo possível identificar segmentos cada vez maiores da população mundial considerados redundantes e descartáveis como trabalhadores produtivos, encontrando dificuldades para sobreviver, tanto material quanto psicologicamente (HARVEY, 2016), manifestando-se os limites do capitalismo em garantir o atendimento às necessidades humanas, bem como, a inviabilidade

de um “capitalismo de face humana”¹¹. Sob os efeitos da lógica do capital, as juventudes, ao inserir-se no mercado de trabalho, deparam-se com um cenário totalmente diferente daquele encontrado pelas gerações anteriores, em que o trabalho formal, com garantia de direitos sociais, é gradualmente substituído pelo trabalho informal, flexível e precário, em condições cada vez menos favorável à organização e lutas coletivas.

Na realidade brasileira, são as juventudes um dos segmentos mais atingidos pelas expressões da questão social¹². No imaginário social, por exemplo, atribui-se à juventude pobre e das periferias as causas da violência urbana, sem a devida problematização da gênese deste complexo fenômeno, bem como, da realidade vivida por jovens em territórios violentados pela falta de acesso a bens públicos de qualidade, como espaços de lazer, saúde e educação. Ademais, o desemprego, a desregulamentação das legislações trabalhistas, a inserção laboral precária, a alta rotatividade nos postos de trabalho e os baixos salários conformam um cenário de *crise estrutural do capital*, nos termos de Mézáros (2011), no qual as juventudes deparam-se com um árduo processo ao inserir-se no mundo do trabalho.

Segundo a PNAD Contínua, referente aos meses entre outubro e dezembro de 2019, a taxa de desocupação no Brasil entre outubro e dezembro de 2019 foi estimada em 11,0%, representando cerca de 11,6 milhões de pessoas¹³. Destas, o grupo de 14 a 17 anos de idade representava 7,8% das pessoas desocupadas e o grupo entre 18 e 24 anos representava 31,3% das pessoas desocupadas, quem somados, constituíam os maiores índices em

¹¹ Como vemos em teses que tecem críticas ao capitalismo, mas propõem enfrentá-las com a defesa de um capitalismo “de face humana”, como em SAYEG, Ricardo; BALERA, Wagner. *O Capitalismo Humanista*. Petrópolis: Editora KBR, 2011 e PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. 1. ed. - Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

¹² Compreende-se a questão social enquanto fruto do conflito entre capital e trabalho, entendendo que “o desenvolvimento capitalista produz diferentes manifestações da questão social - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A questão social é constitutiva do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando - se o segundo” (NETTO, 2001, p. 45).

¹³ “São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência” (IBGE, 2019, p. 04).

relação aos demais grupos etários - cerca de 39,1% -, uma vez que o grupo de pessoas desocupadas entre 25 e 39 anos representava aproximadamente 34,8% (IBGE, 2019). Desse modo, identifica-se que, na realidade brasileira, a taxa de desemprego dos jovens é bem maior do que de outras faixas etárias, sendo um fenômeno já observado em outras conjunturas históricas (POCHMANN, 1988; REIS; CAMARGO, 2005; FLORI, 2005; GUILLAND; MONTEIRO, 2010; REIS, 2014).

Já entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, a taxa de desocupação foi estimada em 11,6%, o que significa, aproximadamente, 12,3 milhões de pessoas desocupadas, de acordo com dados da PNAD Contínua divulgados em março de 2020. No mesmo período, o contingente de pessoas ocupadas foi estimado em aproximadamente 93,7 milhões, equivalente a 54,5%. Essa estimativa apresentou redução de -0,7%, ou seja, menos 706 mil pessoas ocupadas em relação ao trimestre anterior (IBGE, 2020), agravando a situação de desemprego no país e, conseqüentemente, constituindo um cenário ainda mais nocivo ao trabalho das juventudes, seja de desemprego juvenil ou aprofundamento dos mecanismos de exploração dos jovens ao inserirem-se no mundo do trabalho.

Nessa direção, cabe destacar a disparidade entre o salário-mínimo necessário estipulado pelo DIEESE, no valor de R\$ 4.483,20 (março de 2020)¹⁴ e a remuneração média dos trabalhadores brasileiros. O rendimento médio real recebido em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas foi de R\$ 2.375,00, no trimestre de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020 (IBGE, 2020), enquanto o valor do salário-mínimo, desde fevereiro de 2020, é de R\$ 1045,00. Destaca-se, assim, uma particularidade da realidade brasileira, na qual a classe trabalhadora submete-se à venda da sua força de trabalho por valor muito abaixo do que seria necessário para garantir sua subsistência.

Por sua vez, essa realidade expressa um dos aspectos da *superexploração da força de trabalho*, acionada nos países de economia periférica e dependente, como o Brasil, a fim de garantir a acumulação de capital,

¹⁴ O DIEESE, através da Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos, realiza o levantamento dos preços de um conjunto de produtos alimentícios considerados essenciais a subsistência de um trabalhador em idade adulta (DIEESE, 2020). Disponível em <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

tendo em vista o aprofundamento da dependência às economias de países centrais (LUCÉ, 2018). Desse modo, destaca-se a alta rotatividade dos jovens no mercado formal de trabalho, geralmente associada à baixa qualidade dos postos de trabalho ou ainda a baixos níveis de formação profissional, os quais tendem a empregar majoritariamente jovens, como os setores do telemarketing, fast-food, entre outros setores na prestação de serviços (CORSEUIL et al, 2014).

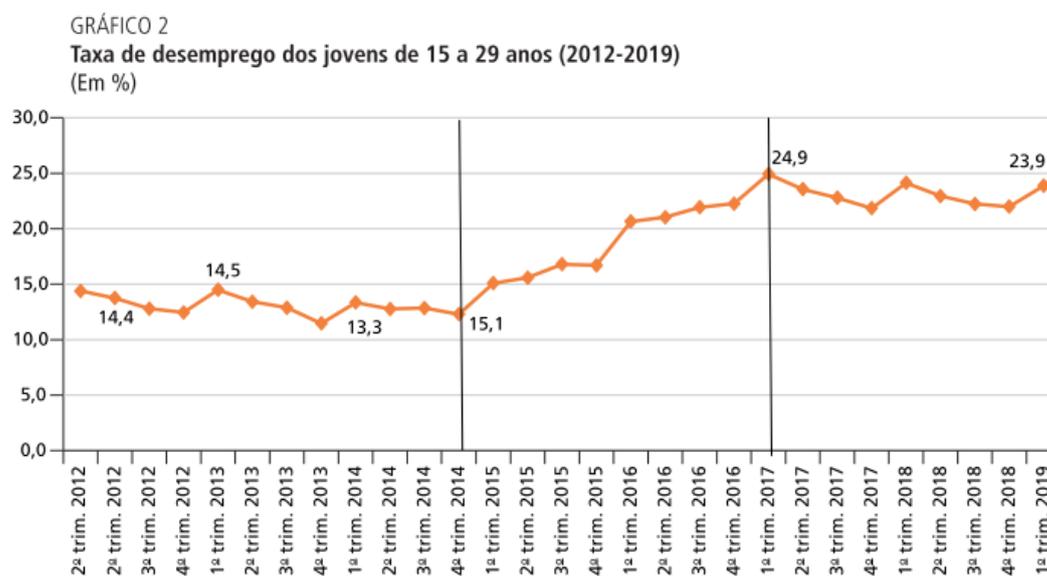
Na América Latina e Caribe, um a cada cinco jovens vão à procura trabalho e não encontra, o que indica que há cerca de 25 milhões de jovens desempregados¹⁵, segundo o Panorama Social da América Latina publicado pela OIT em dezembro de 2018. Desse modo, há uma taxa média de desemprego contínua na região próxima dos 20% (19,6% no terceiro trimestre de 2018, o que implica em uma taxa de desemprego juvenil três vezes superior à da população adulta, gerando nestes desânimos e frustrações pela falta de oportunidades de emprego. Conforme o próprio relatório, *“las estadísticas de este año también sirven para reiterar cuán difícil es ser joven en los mercados de trabajo de la región”* (OIT, 2018 p.17,).

O relatório também destaca os dados referentes ao Brasil, a maior economia da região e que representa dois em cada cinco membros da População Economicamente Ativa (PEA). Desse modo, indica que, se a taxa de desemprego juvenil para a América Latina e Caribe é de 19,6% (terceiro trimestre de 2018), esta cai para 12,7% quando se exclui o Brasil dos cálculos, o que demonstra o alto índice de desemprego juvenil no país. No entanto, mesmo sem o Brasil, a taxa de desemprego juvenil ainda é três vezes superior a taxa de desemprego da população adulta, sendo uma questão que preocupa todos os países da região. O desemprego juvenil ocorre devido à escassez de demanda por esta mão de obra, a qual geralmente tem menor escolaridade e menor experiência. Ou seja, quanto mais jovem, maior é a taxa de desemprego que recai sobremaneira sobre os pobres, mulheres, negros e pardos (OIT, 2018).

No gráfico abaixo, publicado pelo IPEA em 2020, identifica-se a taxa de desemprego de jovens de 15 a 29 anos no período entre 2012-2019. De 2012 a 2014, o valor da taxa de desemprego entre os jovens oscilou em torno de 13%. Porém, após o primeiro trimestre de 2015, o desemprego seguiu uma trajetória

¹⁵ A OIT considera jovens todos aqueles que compõem o segmento social na faixa entre 15 e 24 anos de idade.

de crescimento elevado e contínuo, passando de 15%, no primeiro trimestre de 2015, para 25%, no mesmo trimestre de 2017, um aumento de 10 p.p. em apenas dois anos. A partir desse período, a taxa mostra sinais de recuo, mas em 2019 volta a subir, chegando a 23,9%. Como a taxa de participação manteve-se relativamente constante no período de maior aceleração do desemprego, 2015-2017, o aumento na taxa de desemprego pode ser atribuído à queda na ocupação, sem que houvesse muita alteração no tamanho da população economicamente ativa – PEA (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020).



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: CORSEUIL, POLOPONSKY, FRANCA (2020)

Em números totais, os jovens que se mantiveram na condição de desempregados mais que dobrou, passando de 905 mil, no quarto trimestre de 2014, para 2 milhões, no quarto trimestre de 2019. A proporção de jovens desempregados que buscavam trabalho há pelo menos um ano, que era de 29,9% no primeiro trimestre de 2013, aumentou para 38,8% no primeiro trimestre de 2019 (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020). Desse modo, os achados dessa pesquisa apontam para as elevadas taxas de desemprego juvenil no Brasil após 2015, fenômeno este que precisa ser compreendido à luz do desemprego estrutural, ou seja, enquanto uma das dimensões da crise estrutural do capital que afeta diretamente os jovens brasileiros.

O desemprego juvenil não é um fenômeno novo no país, contudo, conforme Antunes (2015), este demonstra a enorme destrutividade que preside na sociedade do capital ao gerar uma sociedade monumental dos descartáveis. Mesmo diante da reestruturação produtiva, o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de mercadorias; pode, porém, incrementar ao máximo o trabalho morto, a fim de aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração de mais valia. As consequências para o mundo do trabalho se expressam na precarização e na eliminação de postos de trabalho, resultando um desemprego estrutural explosivo (ANTUNES, 2015). Nesse sentido, identifica-se que as juventudes formam um privilegiado segmento do exército industrial de reserva, correspondendo a uma força de trabalho excedente na produção do capitalismo contemporâneo (LANES, 2019).

Contraditoriamente, destaca-se, entre os achados desta pesquisa, o tema dos jovens que não estudam e nem trabalham, os chamados “jovens nem-nem”. A geração “nem-nem”, como ficou conhecido no Brasil, o fenômeno que engloba os jovens que estão sem trabalhar e sem estudar, é uma livre tradução do termo NEET - Not in Education, Employment or Training (Fora da Educação, Emprego ou Treinamento) - que surgiu no Reino Unido no final da década de 1980, após um período de recessão econômica, onde ocorreram mudanças no acesso ao seguro desemprego de jovens de 16 e 17 anos, chamando a atenção para o expressivo número de jovens que estariam fora do sistema de ensino e das garantias do mercado de trabalho (MOTA, 2018).

De acordo com relatório publicado pela OIT em dezembro de 2018 – Transições e trajetórias juvenis – identifica-se que são heterogêneas as trajetórias que marcam as juventudes brasileiras em sua relação com o mundo do trabalho. Identifica-se que a maioria da juventude brasileira precisa conciliar os estudos com o trabalho. Entretanto, quando esta conciliação inclui também as responsabilidades familiares, como o cuidado de irmãos, idosos ou dos seus próprios filhos, ela tende a se tornar insustentável (OIT, 2018).

Desse modo, o relatório publicado pela OIT sugere que muitos casos dos chamados Jovens Nem Nem (jovens que não tem acesso à educação, nem formação profissional, nem inserção no mercado de trabalho) são jovens com dificuldade de conciliação dessas diversas demandas, a maioria sendo jovens mulheres. Do mesmo modo, se expressam em maiores chances de mulheres

brancas conjugarem estudo e trabalho, como também de mulheres não brancas de não trabalharem e nem estudarem (OIT, 2018).

Os dados também sugerem que entre as mulheres mais jovens (de 21 a 24 anos), as chances de nem estudar e nem trabalhar são bastante frequente entre aquelas oriundas de famílias com escolarização média ou fundamental. Para estas, “a natalidade tem um impacto bastante significativo nas chances de interrupção (ou não realização) tanto de transições educacionais quanto de participação no mercado de trabalho” (OIT, 2018, p.86). Apenas entre as jovens com origem em famílias com alta escolarização as chances de somente estudar são maiores.

O grupo de jovens nem nem é composto principalmente por mulheres em todos os países da América Latina. Da mesma forma, estes jovens pertencem a famílias com menos recursos. Ademais, a pesquisa demonstra que apenas 3% dos jovens em todos os países se enquadra num estereótipo de jovem inativo que não realiza um trabalho entendido como produtivo. A grande maioria dos jovens chamados nem-nem se engajam em atividades produtivas em casa, procura trabalho, ou tem alguma deficiência que o impede de estudar ou trabalhar.

A pesquisa releva ainda que 15% dos jovens tiveram filhos na adolescência e que aqueles que foram pais desde cedo apresentam maior probabilidade de estarem fora do sistema educacional e do trabalho (NOVELLA et al., 2018). Desse modo, identifica-se que tal realidade é fruto de um sistema sócio-político patriarcal que subjuga as mulheres tanto na esfera da produção material, mantendo-as em empregos mal remunerados, quanto na esfera da reprodução dos seres humanos, subordinando-as à prestação de serviços domésticos aos membros da família e controlando sua sexualidade (BRUSCHINI, 1990).

Ademais, identifica-se que há uma clara espetacularização do fenômeno pelo desconhecimento das experiências dos jovens pobres. Os jovens que não estão trabalhando nem estudando se tornam, na atualidade, um problema social que necessita de um conjunto de práticas para ser solucionado, reatualizando o incômodo com a inatividade dos jovens pobres. Desse modo, os jovens que eram considerados perigosos no passado são hoje os chamados jovens nem-nem ou inativos na dinâmica capitalista atual (SILVA JUNIOR, 2018), sem considerar o

contexto sócio-histórico do país, bem como, o fenômeno do desemprego estrutural.

Desconsidera-se, assim, aquilo que particulariza as juventudes da classe trabalhadora, que vivenciam a desigualdade social fruto dos interesses antagônicos de classe, inserindo-se precocemente no mundo do trabalho que, por sua vez, impõe-se como a negação da sua própria condição juvenil. Nesse sentido, o termo “juventude nem nem” assume, na atualidade, uma nova roupagem às juventudes brasileiras. Desse modo, identifica-se que a opressão geracional é reatualizada, assumindo uma nova embalagem a antigos interesses de conceber a juventude como algo que não está pronto, alguém que não é responsável, que não se preocupa com as dimensões da realidade vivida. Ademais, os dados de pesquisa revelam a necessidade da formulação de políticas públicas voltadas para questões de gênero, raça e para as necessidades de jovens que residem nas periferias dos centros urbanos.

Diante dessa realidade, são elaboradas ações por parte do Estado Brasileiro e de organismos internacionais para o enfrentamento de precarização do trabalho às juventudes. Nesse sentido, destacamos a Agenda do Trabalho Decente para a Juventude (ATDJ),¹⁶ que apresenta contribuições para a promoção do Trabalho Decente para os jovens brasileiros, elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela Secretaria Nacional de Juventude, com o apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no ano de 2011. Mais recentemente, temos o Programa Verde Amarelo¹⁷ lançado pelo Governo Federal, em novembro de 2019, que visa estimular a contratação de jovens de 18 a 29 anos, em busca do primeiro emprego formal, com a desoneração na folha de pagamento às empresas que contratarem o segmento juvenil. O Programa está voltado para remunerações com o teto de um salário-mínimo e meio e para novos postos de trabalhos, sendo uma das medidas apresentadas pelo governo de enfrentamento ao desemprego juvenil no país.

Todavia, mesmo em uma conjuntura de melhoria dos índices de desemprego no Brasil, como foi no caso do segundo mandato do governo Lula

¹⁶ A Agenda do Trabalho Decente para a Juventude (ATDJ) é um dos documentos que será analisado nesta pesquisa.

¹⁷ Programa #VerdeAmarelo deve beneficiar 4 milhões de pessoas em três anos. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/11/programa-verdeamarelo-deve-beneficiar-4-milhoes-de-pessoas-em-tres-anos>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

e primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, as políticas públicas de trabalho e renda se dirigiam ao fomento do empreendedorismo, sobretudo, o empreendedorismo individual. O principal expoente dessa orientação é o MEI, seguindo uma perspectiva onde, se os trabalhadores não conseguem se formalizarem junto ao trabalho, ao menos que eles possam garantir seu acesso ao núcleo de direitos trabalhistas. Simultaneamente, porém, não houve medidas de enfrentamento aos contratos que logram direitos trabalhistas, uma vez que parece que estes tem sido naturalizados na pauta política (CASTRO, 2016).

Na ótica neoliberal, o empreendedorismo é apresentado como alternativa a esta realidade, em que o próprio jovem pode encontrar meios para superar a informalidade no trabalho. Cria-se, assim, uma ilusão de que o jovem pode ser empreendedor de si, dependendo da vontade do jovem trabalhador mudar as condições materiais que vivencia no trabalho, sendo estimulado inclusive, pelo próprio Estado. Do mesmo modo, para além de políticas econômicas, o empreendedorismo constitui-se, também, da formação da consciência de um trabalhador dócil para a exploração capitalista, com ênfase nas juventudes:

Por seu turno, o tema do empreendedorismo passa a ocupar as agendas de organismos públicos e privados, sobretudo nos últimos dez anos. Para além da geração de ocupação e renda, a ênfase consiste em moldar um determinado tipo de personalidade, em tese ajustada ao espírito do capitalismo: concorrencial, individualista, focado na responsabilização das pessoas. Os jovens, enquanto “sujeitos em formação”, receberam de forma mais significativa as investidas voltadas à difusão de uma cultura empreendedora. (TOMMASI, CORROCHANO, 2020, p. 364)

Do mesmo modo, às políticas públicas voltadas às juventudes nas últimas décadas direcionaram suas ações especialmente para a educação e o trabalho, no sentido da qualificação profissional “como alternativa para o enfrentamento a tal conjuntura, jogando para tais jovens a única responsabilidade por seu sucesso ou insucesso pessoal e da própria sociedade brasileira, ocultando o contexto de precarização do mundo do trabalho em suas dimensões estruturais” (SCHERER; GERSHENSON, 2016, p. 166). Portanto, longe de cair em análises que partem da aparência dos fenômenos, torna-se fundamental apreender criticamente a realidade que se apresenta às novas gerações no acesso ao mercado de trabalho, compreendendo as premissas neoliberais que permeiam o

Estado Brasileiro ao individualizar problemas que são de ordem estrutural e coletiva.

Nesse sentido, cabe apreender criticamente as ações governamentais norteadas pelas premissas neodesenvolvimentistas¹⁸, uma vez que não se voltaram a alterar a raiz da superexploração da força de trabalho na realidade brasileira, implicando a inserção precária dos jovens ao mundo do trabalho. Do mesmo modo, no atual cenário político do país, as políticas ultraneoliberais¹⁹ corroboram para o aprofundamento da superexploração da força de trabalho, indo na contramão dos direitos trabalhistas, bem como aprofundam-se as relações históricas do subimperialismo, espinha dorsal das economias dependentes.

Por fim, às juventudes é delegado espaços de trabalho extremamente precários, com altas jornadas de trabalho e baixos salários, encontrando dificuldades de inserção em melhores espaços laborais, tanto pela dinâmica do trabalho no contexto contemporâneo de crise estrutural do capital, como do enfraquecimento de sindicatos e lutas coletivas. Desse modo, trata-se de capturar as particularidades do trabalho das juventudes diante da totalidade das relações de exploração capitalista, na qual a classe trabalhadora é alienada dos produtos de seu próprio trabalho, com a crescente valorização do mundo das coisas à custa da desvalorização do mundo dos homens (MARX, 2013).

3.3 CAPITAL HUMANO JUVENIL: A EDUCAÇÃO VOLTADA PARA AS NECESSIDADES DA ORDEM DO CAPITAL

Durante toda sua história, o capitalismo adotou e inovou em formas de controle sobre o processo de trabalho e o trabalhador a fim de garantir a lucratividade e a acumulação de capital. Essa tentativa de controle envolve desde a eficiência física até a autodisciplina dos trabalhadores empregados, a qualidade da mão de obra disponível, os hábitos culturais e a mentalidade dos trabalhadores em relação aos salários e às tarefas que realizam (HARVEY,

¹⁸ Período em que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente da Presidência da República no país, de 2003 a 2016.

¹⁹ Período após o golpe jurídico-midiático-parlamentar, que sucede em 2016 no Brasil, abrindo espaço para uma série de ataques aos direitos sociais (PAIVA; HILLESHEIM, 2016).

2016). Em uma sociedade cuja estrutura econômica assenta-se sobre o desenvolvimento de classes sociais, o processo educativo, de algum modo, precisa ser organizado para contribuir para a reprodução dessa estrutura de classes. A educação institucionalizada assegura os conhecimentos e a formação de trabalhadores necessários à produção capitalista, além de gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes. Sob o domínio do capital, a questão crucial é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução do sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2008).

No sentido amplo, o termo educação trata de uma questão de *internalização* pelos indivíduos da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social. Desse modo, enquanto a *internalização* conseguir fazer seu trabalho bem feito, garantindo a reprodução geral do capital, a violência e a brutalidade (ainda que não sejam abandonadas) podem ser relegadas a um segundo plano, posto que são modalidades com um alto custo para a imposição de valores. Todavia, a prevalência do uso da violência e da brutalidade retorna em períodos de crise aguda, com objetivo de impor valores necessários à sobrevivência do capital (MÉSZÁROS, 2008).

As instituições formais de educação são uma parte importante do sistema global de internalização, mas não a única. Participando ou não das instituições formais de educação, os indivíduos devem ser induzidos a uma aceitação ativa dos princípios reprodutivos da sociabilidade do capital, de acordo com as tarefas reprodutivas que lhe são atribuídas e a sua posição na ordem social. Em primeira instância, a reprodução da ordem social capitalista depende da ação socializadora, controladora e ressocializadora dos indivíduos que constituem a sociedade por parte de diversas instituições sociais que atuam educativamente. Refere-se, assim, às famílias, às escolas, às igrejas, aos clubes, aos meios de comunicação em massa, às apresentações artísticas, às atividades esportivas, ao cinema, aos partidos políticos, à medicina (MÉSZÁROS, 2008).

Nesse sentido, ao analisar os documentos dos Organismos Internacionais voltados para as juventudes, identifica-se uma orientação para que desde a escola os jovens já passem a internalizar os valores da sociabilidade capitalista, buscando desenvolver habilidade para se constituírem enquanto trabalhadores competitivos no mercado de trabalho. Desse modo, é reforçada uma lógica meritocrática a fim de se constituir, por meio das instituições educacionais, o

capital humano juvenil necessário para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, ocultando a face perversa da exploração capitalista e das relações de dependência dos países do sul global às econômicas dominantes.

Dessa maneira, o relatório “Competências e Empregos: uma Agenda para a Juventude”, divulgado em 2019, pelo Banco Mundial, menciona que a aquisição de competências na escola, bem como no mercado de trabalho, é parte essencial do capital humano no Brasil, uma vez que determina as perspectivas de produtividade e inclusão social. Com relação aos jovens trabalhadores - na faixa etária mais produtiva -, a atenção deve voltar-se não apenas para a formação básica, mas também para a aprendizagem em programas de capacitação e no próprio emprego (BANCO MUNDIAL, 2019).

O relatório ressalta três tipos diferentes de competências: cognitivas, técnicas e socioemocionais. Esses três tipos de competências podem ser adquiridos durante toda a vida, mas destaca-se a primeira infância como o período ideal para aprender a maioria das competências, que podem ser rapidamente acumuladas e possibilitar aos jovens um bom começo na vida produtiva. Destaca-se, assim, que “uma pessoa eficiente e bem capacitada em uma determinada profissão terá, além de conhecimentos, competências nos três aspectos” (BANCO MUNDIAL, 2019, p. 09). Logo, a educação destina-se a promover o domínio de uma ampla gama de competências para formar um indivíduo equilibrado, que lide com os diversos desafios e permitir que seja, como se considerada em uma sociedade capitalista, bem sucedido.

Nesse sentido, a ênfase não recai sobre o reconhecimento de direitos das juventudes, mas em ações que possibilitem aos jovens adquirir e melhorar suas competências através do estímulo ao engajamento econômico. Assim, o conceito de engajamento econômico é apresentado no documento do Banco Mundial (2019) com ênfase na produtividade futura dos trabalhadores, voltando-se para o engajamento dos jovens na escola e no trabalho. Parte-se da premissa de que formação de capital humano se constitui por meio do desenvolvimento de competências que começam em casa e na comunidade, passam pela escola e continuam depois que os jovens arrumam um emprego, através das oportunidades de aprendizagem no local de trabalho (BANCO MUNDIAL, 2019). Ou seja, o destaque se dá às oportunidades que os próprios jovens têm de construir seu capital humano.

Do mesmo modo, o relatório afirma que o Brasil está enfrentando uma crise de aprendizagem, pois os jovens não estão adquirindo competências que os tornarão trabalhadores competitivos, apesar dos gastos “generosos” do país com educação²⁰ e altos níveis de matrícula escolar²¹. Entretanto, assinala que a “chave para elevar o potencial de produtividade do Brasil é aumentar seu capital humano e combiná-lo mais eficazmente com outros fatores produtivos” (BANCO MUNDIAL, 2019, p. 12). Em consonância com essa perspectiva, o Governo Brasileiro sancionou o Decreto Nº 10.110, em 11 de novembro de 2019, o qual *Institui a Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego e o Conselho de Desenvolvimento do Capital Humano para a Produtividade e o Emprego*. Em seu artigo 4º, a Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego *atenderá prioritariamente os jovens que buscam a inserção no mercado de trabalho ou o primeiro emprego* (BRASIL, 2019).

Nesse cenário, identifica-se, a partir da leitura dos relatórios do Banco Mundial e nas ações do Governo Brasileiro voltadas às juventudes, a defesa da educação voltada para as necessidades do capital, tendo como base a teoria do *Capital Humano*. E, por isso, cabe apreender criticamente o “capital humano”, enquanto teoria imposta pelo sistema capitalista, presente no contexto de formação escolar das juventudes e no processo de formação profissional para atender ao mercado de trabalho.

A teoria do capital humano capital humano foi desenvolvida na década de 1960 e teve como principais formuladores Gary Becker e Theodore W. Schultz, este último, vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 1979. Para Schultz (1973), os indivíduos mais bem preparados e instruídos terão maior

²⁰ O discurso de que o Brasil é um dos países da OCDE que supostamente mais investe em educação tem sido utilizado para justificar os cortes no orçamento realizados nos últimos anos. De fato, o Brasil investe mais que alguns “países em desenvolvimento”, como Argentina, Chile, Colômbia. Todavia, existem vários questionamentos em relação a esses dados, inclusive quando se leva em conta o investimento por aluno com os demais países “desenvolvidos”. O Brasil, que tem mais de 40 milhões de matriculados na Educação Básica, investe 5,6 mil dólares anuais para cada aluno. Em comparação, a média da OCDE é de 9,7 mil dólares. Portugal investe 7,5 mil e os EUA quase o triplo do Brasil: 15 mil dólares. Ver mais em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/03/04/ao-contrario-do-que-bolsonaro-afirma-brasil-e-um-dos-que-menos-investe-em-educacao>>. Acesso em 27 de janeiro de 2022.

²¹ Dados da PNAD Contínua 2019, divulgados pelo IBGE, indicam que das 50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos do país, 20,2% (ou 10,1 milhões) não completaram alguma das etapas da educação básica, seja por terem abandonado a escola, seja por nunca a terem frequentado. Desse total, 71,7% eram pretos ou pardos. Ver mais em: <<https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio.html>>. Acesso em 27 de janeiro de 2022.

possibilidades de escolhas profissionais em um contexto em que o mercado de trabalho se torna cada vez mais concorrencial e restritivo. O conceito de “capital humano” inclui habilidades, conhecimentos, aptidões atitudes e outros traços adquiridos pelos indivíduos que contribuem para a produção e reprodução social. Desse modo, as habilidades inatas e os conhecimentos adquiridos são uma forma de capital.

As elaborações sobre “capital humano” tem origem na percepção de que havia necessidade dos países pobres, do sul global, investirem em qualificação, habilidades pessoais e na educação formal. Os fundamentos básicos da teoria do capital humano compreendem a educação como um elemento crucial para o setor produtivo capitalista, no qual há benefícios para o indivíduo, porque eleva os rendimentos pessoais, e para o setor produtivo, porque gera eficiência e aumenta a produtividade capitalista (SCHULTZ, 1973). Desse modo, a formação de capital humano é um importante requisito para o dito “progresso econômico”.

A educação, sem dúvida alguma, aumenta a mobilidade de uma determinada força de trabalho, mas os benefícios em mudar-se de lugar a fim de conseguir melhores vantagens quanto a oportunidades de trabalho (emprego) são predominantemente, senão totalmente, benefícios de ordem privada. (SCHULTZ, 1973, p.177)

Nesse sentido, o capital humano é o investimento no próprio indivíduo por meio da educação, seja pelo investimento em si mesmos ou pela via do Estado capitalista a partir de políticas de educação para o trabalho. Segundo Frigotto (1998), as propostas dominantes nas políticas de educação básica, formação técnico-profissional e processo de qualificação, são conduzidas com o objetivo “de produzir cidadãos que não lutem pelos seus direitos e pela desalienação do e no trabalho, mas cidadãos ‘participativos’, não mais trabalhadores, mas colaboradores e adeptos ao consenso passivo” (FRIGOTTO, 1998, p. 48-49).

O autor ainda tece críticas à teoria do capital humano ao afirmar que, diante dessa perspectiva, a sociedade capitalista não está dividida em classes, mas em estratos sociais, os quais decorrem da concorrência no mercado. Desse modo, os indivíduos ganham lugar na hierarquia na estratificação social através de seus próprios méritos. Identifica-se, assim, o pressuposto liberal de natureza e comportamento humano, no qual todos os indivíduos nascem com as mesmas

predisposições naturais pela busca racional do que é útil e agradável. Portanto, todos aparecem no mercado em iguais condições de escolha individual (FRIGOTTO, 2009; 2010).

Para Frigotto (2009), esta concepção de natureza humana com igualdade e liberdade individual de escolha mascara o processo histórico da gênese da sociedade capitalista, do mesmo modo que ignora o processo histórico desigual na constituição dos diferentes países. Desse modo, a noção de capital humano acaba por atribuir aos indivíduos, a partir de um falso pressuposto de liberdade de escolha individual, a responsabilidade por seu desemprego ou subemprego. Ademais, nega todo processo histórico das relações de poder e violência exercidas através do colonialismo e do imperialismo aos países dependentes, do sul global.

Nesse sentido, o autor destaca que a teoria do ‘capital humano’ não consegue responder à seguinte questão: “os países subdesenvolvidos e os indivíduos pobres e de baixa renda assim o são porque têm pouca escolaridade ou têm pouca escolaridade porque são subdesenvolvidos e pobres?” (FRIGOTTO, 2019, p. 48). Para responder tal pergunta, é necessária uma análise histórica do colonialismo, da escravidão e do imperialismo, a qual nos evidencia que os países que têm menos escolaridade são aqueles que foram submetidos a um ou a todos estes processos. É justamente aí que reside a crítica de Frigotto para o conceito de capital humano formulado por Schultz: sua formulação parte de dentro das relações capitalistas, a partir da perspectiva neoliberal de compreensão da realidade, a qual não leva em conta as relações de força, as relações de poder, os interesses antagônicos entre as classes e, portanto, as relações de classes (FRIGOTTO, 2009; 2010).

Para Carvalho (2012), é na virada para o século XXI que a ênfase no capital humano se volta às juventudes, tornando-se uma política clara, a qual a autora denomina de “*capital humano juvenil*”, em que cria-se uma conjuntura de proposições específicas para as questões pertinentes à formação das juventudes nas relações de escola e trabalho. Desse modo, a autora afirma que:

[...] constatou-se que no Brasil o jovem está vivendo, cada vez mais, o auge da expansão de um sistema que vê na profissionalização um dos seus sustentáculos. Um exemplo prático é o investimento maciço nas escolas de Ensino Médio com formação tecnológica por todo território brasileiro. Com isso,

se tem um investimento na “massa de trabalho juvenil” para atender as demandas do mercado associado a uma ênfase no “capital humano juvenil” para que seja possível garantir a soberania do país, baseando-se na lógica da aquisição de conhecimentos técnico-científicos como representação de poder e progresso. (CARVALHO, 2012, p. 29)

Conseqüentemente, diante de uma nova reestruturação produtiva, há um enfoque no capital humano juvenil por meio de escolas técnicas e nas próprias alterações dos currículos do ensino médio, sem se levar em conta uma educação básica precária, bem como as condições socioeconômicas dessa juventude em um país como o Brasil, com marcas históricas de situações de pobreza e de uma profunda desigualdade social. Nesse sentido, destaca-se a Lei 13.415, sancionada em 16 de fevereiro de 2017, a qual instituiu alterações nas diretrizes e bases da educação nacional. De acordo com o site do Ministério da Educação, o chamado Novo Ensino Médio, como ficou conhecida a referida lei, definiu uma nova organização curricular que, de acordo com o MEC e o Governo Federal, é mais flexível, contemplando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com a oferta aos estudantes de diferentes possibilidades de escolhas dos itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2022).

Os estudantes irão escolher os itinerários formativos para seguir ao longo dos três anos do ensino médio, os quais devem ser ofertados pelas escolas por meio da formação técnica profissional com ênfase em alguma das seguintes áreas do conhecimento: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas. Desse modo, o Ministério da Educação justifica que, com isso, as escolas terão autonomia para escolher quais áreas do conhecimento que irão ofertar e os estudantes e, assim, incentivar o protagonismo juvenil em optar o itinerário formativo no qual desejam aprofundar seus conhecimentos. A Lei 13.415/2017 ainda estabelece que os currículos devem adotar um trabalho voltado para a construção do projeto de vida dos estudantes, para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais (BRASIL, 2017).

Percebe-se, nesse sentido, que o currículo do Novo Ensino Médio está ancorado na formação profissional e técnica voltada às demandas das empresas capitalistas. Do mesmo modo, o Ministério da Educação afirma que a autonomia

e protagonismo juvenil irá contribuir para o interesse dos jovens em acessar e permanecer na escola, além da melhoria na aprendizagem escolar, sem considerar as condições sociais e econômicas das juventudes que vivem em territórios de pobreza, com acesso precário aos serviços públicos essenciais, como alimentação de qualidade, saneamento básico, espaços de cultura e lazer, transporte para que os jovens das periferias tenham o direito à cidade, entre outros.

Ademais, outra problemática envolver o fato de que permanecer na escola não implica apenas em torná-la mais atrativa, uma vez que muitos jovens acabam abandonando a escola por uma dada condição de vida que os obriga a suprir suas necessidades básicas e de suas famílias através do ingresso prematuro no mundo do trabalho. De acordo com o PNAD Contínua de 2019 (IBGE, 2019), entre os principais motivos para a evasão escolar, os mais apontados foram a necessidade de trabalhar (39,1%) e a falta de interesse (29,2%). Entre as mulheres, destacam-se ainda gravidez (23,8%) e afazeres domésticos (11,5%). Além disso, a construção do “projeto de vida” vai de encontro às competências cognitivas, técnicas e socioemocionais preconizadas pelos organismos internacionais de cooperação técnica do governo brasileiro com agências internacionais como UNESCO, o Banco Mundial, a CEPAL e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Formular e implementar propostas que buscam adaptar as políticas educativas às demandas oriundas do mercado de trabalho é uma das atuações da OCDE com o objetivo de ressignificar a teoria do capital humano. Desse modo, a Organização direciona o processo de globalização econômica e reestruturação do capital combinando políticas de crescimento econômico, mercados competitivos e a educação, por entender que esta é a chave para a reprodução do capital (PEREIRA, 2018). Nesse mesmo sentido, Carvalho (2012) afirma que os currículos escolares objetivam uma sociedade do conhecimento, voltando-se para o suposto “progresso econômico”, em que a formação técnica para o trabalho é peça chave para assegurar o capital humano juvenil. Desse modo, o ensino público assegura a mão de obra especializada de jovens que aderem ao chão da fábrica, seguindo os preceitos dos organismos internacionais em cooperação com os países dependentes, tal como o Brasil.

De acordo com Pereira (2018), a concepção educacional da OCDE está ancorada nos fundamentos da sociedade do conhecimento e da teoria do capital humano, com o intuito de que os indivíduos busquem competir entre si ao longo de suas vidas, a fim alcançar uma colocação no mercado de trabalho, o que, pela própria lógica do capital, é inviável. O autor salienta ainda que:

Essa concepção de educação assenta-se em quatro eixos, a saber: i) assemelhar escolas com empresas, com o intuito de oferecer uma formação polivalente, centrada em conhecimentos rudimentares; porém, úteis ao mercado de trabalho; ii) tratar a educação como treinamento e instrução de competências e habilidades individuais, estimulando a competitividade; iii) exigir, por meio de avaliações externas, as características de escola-empresa no quase-mercado educacional, objetivando a exigência de alunos preparados e adaptados às demandas do mercado; e iv) exigir e responsabilizar os estudantes e jovens pela aquisição das destrezas necessárias aos padrões capitalistas de empregabilidade. (PEREIRA, 2018, p. 111)

Nessa perspectiva, a busca pela formação de um capital humano juvenil através da educação aos moldes do currículo atual brasileiro é condizente com a desvalorização do ser humano, buscando formatar “robôs humanos” para assegurar a reprodução do capital pela força de trabalho das juventudes. Tem-se, assim, uma escola-empresa, a qual deve formar o “homem flexível” e o “trabalhador autônomo”, ou ainda, o “homem-empresa”, próprio da racionalidade neoliberal do nosso tempo. Por meio das organizações econômicas e financeiras internacionais, a educação é compreendida como um investimento produtivo com vistas a um rendimento individual, a qual se fundamenta como o fio ideológico da nova ordem educativa mundial (LAVAL, 2004).

Para alimentar essa lógica reprodutiva, espera-se que o trabalhador seja flexível, tenha autonomia e iniciativa nas atividades da empresa, que ele dê ordens a si próprio, que ele se autodiscipline. O empregador espera que o trabalhador assalariado, ao invés de seguir cegamente as ordens vindas de cima, seja capaz do discernimento e do espírito analítico, para prescrever a si mesmo uma conduta eficiente, ditada em seu próprio interior para garantir a produção capitalista. Para isso, o autoaprendizado e autodisciplina caminham juntos desde a formação escolar. Essa é a nova subjetividade esperada dos jovens e da representação do trabalho que a escola dever se adaptar, e adaptar

os futuros trabalhadores (LAVAL, 2004). Nessa direção, destaca-se a atual conjuntura de ênfase ao empreendedorismo, às modalidades de trabalho remoto e ao trabalho por plataformas digitais o que implica, necessariamente, em uma educação que forme os jovens para essas novas formas de trabalho.

Segundo Laval (2004), o neoliberalismo atual não transforma a escola bruscamente, uma vez que muitos intelectuais já se dedicaram a definir e construir uma escola de acordo com os preceitos capitalista. A presente transformação no sistema escolar é, na realidade, uma atualização que acompanha a fase mais madura da sociedade regida pela ordem do capital. No entanto, convém, observar que esse discurso modernizador constituiu, historicamente, uma forma de se colocar contra o humanismo tradicional e de alavancar o sistema de ensino como uma máquina produtiva.

Nesse sentido, somado às premissas neoliberais, presencia-se, sobretudo após as eleições de 2014 e o golpe jurídico-midiático-parlamentar inferido sobre a presidente Dilma Rousseff, em 2016, o avanço da extrema direita conservadora no Brasil. Assim, a renovação do pensamento conservador, aqui entendida pelo neoconservadorismo, se expressa através de uma ideologia repressiva do Estado, de intolerância com as minorias sexuais, em particular os homossexuais, e de um apelo a intervenção militar, através de um saudosismo à ditadura militar. Cabe ressaltar que é justamente nos períodos de crise que o sistema capitalista produz e reproduz fenômenos como os golpes de Estado, as ditaduras militares, o racismo e o fascismo (LÖWY, 2015).

Com relação à educação, destaca-se algumas das propostas do bloco neoliberal e neoconservador, tais como o Projeto de Lei Escola Sem Partido, impulsionado pelo Movimento Escola Sem Partido, que afirma que o PL “tem por objetivo inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos”²². Do mesmo modo, destaca-se o Projeto de Lei Nº 10.577/2018, que visa alterar as diretrizes e bases da educação, a fim de proibir a disseminação da ideologia de gênero nas escolas. Sendo assim, o PL se justifica pelo fato de que “a ideologia de gênero é um dos grandes engodos para perverter a família natural

²² Informações coletadas e disponíveis em: < <http://www.escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>>. Acesso em 27 de janeiro de 2022.

e, com isso, permitir ao Estado um papel que não lhe cabe: impor a sua filosofia autoritária sobre a população” (BRASIL, PL Nº10.577/2018).

Nessa mesma direção, cabe destacar o Decreto Presidencial Nº 10.004, sancionado 05 em setembro de 2019 pelo presidente Jair Bolsonaro, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. O Programa é uma iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Defesa, que conta com a adesão voluntária das escolas públicas e com a participação de militares da reserva das Forças Armadas, os quais atuam no apoio à gestão escolar e educacional. De acordo com o Decreto que instituiu o Programa, a gestão dos processos educacionais passa pela “promoção de atividades com vistas à difusão de valores humanos e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão” (BRASIL, DECRETO Nº 10.004/2019). A iniciativa almeja implementar 216 Escolas Cívico-Militares até o ano de 2023.

Nesse sentido, é possível apreender dois polos, que, apesar distintos em seus fundamentos, se complementam no atual cenário político do Brasil e, conseqüentemente, apresentam suas propostas para a educação. Por um viés neoliberal, identifica-se um discurso tecnicista, no qual a educação deve assegurar que os jovens trabalhadores tenham competências para administrar as tecnologias de informação, comunicação, eletrônica, robótica, as plataformas digitais, entre outras, como fica visível na proposta do Novo Ensino Médio. Por outro lado, num viés neoconservador, evidencia-se um discurso que associa a educação aos valores morais da família, indicando a exclusão de temas como gênero e sexualidade nos currículos escolares, além do combate a suposta doutrinação ideológica e política nas escolas. Desse modo, seja pelo viés neoliberal ou neoconservador, a educação é posta em evidência para assegurar os interesses da classe dominante brasileira, daí o porquê do combate tão fervoroso ao legado metodológico e acadêmico desenvolvido pelo educador brasileiro Paulo Freire²³. Assim, ambos os pensamentos se fundem e se

²³ Paulo Freire foi educador, filósofo e Patrono da Educação Brasileira. Desenvolveu, na década de 1960, um método de alfabetização, que o tornaria conhecido no mundo, fundado no princípio de que o processo educacional deve partir da realidade que cerca o educando. Não basta saber ler que “Eva viu a uva”, diz ele. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho. Foi exilado pelo golpe militar de 1964, porque a Campanha Nacional de Alfabetização no Governo de João Goulart estava conscientizando imensas massas populares que incomodavam as elites

complementam para garantir que todo e qualquer pensamento e emancipação crítica sejam eliminados das instituições educacionais,

Em seu discurso no 49º Fórum Econômico Mundial, em Davos, em 2019, no primeiro ano de mandato, o presidente Jair Bolsonaro já afirmava: “vamos resgatar nossos valores, [...] promover uma educação que prepare nossa juventude para os desafios da quarta revolução industrial, buscando pelo conhecimento reduzir a pobreza e a miséria”²⁴. Desse modo, além da propaganda do Novo Ensino Médio, em implantação em todo o território nacional, o qual já mencionamos anteriormente, o Governo Federal instituiu em 2021 o Programa Re-Saber, através da Portaria nº 24, de 19 de janeiro de 2021, a qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Reconhecimento e Certificação de Saberes e Competências Profissionais - Re-Saber.

O Programa, segundo informações disponibilizadas no site do MEC, é destinado a trabalhadores maiores de 18 anos, com escolaridade mínima requerida, e tem como objetivo atender às demandas por certificação profissional do trabalhador, incentivar a continuidade de estudos para a elevação da escolaridade e promover a inclusão socioproductiva. O Re-Saber constitui-se como sistema voltado para o atendimento de trabalhadores que buscam a certificação profissional de saberes e competências desenvolvidas ao longo da vida (BRASIL, 2021). Sendo assim, é possível perceber o interesse em uma formação aligeirada e de massa para o conjunto dos trabalhadores, a fim de assegurar uma formação técnica especializada e com uma certificação profissional a curto prazo. Mesmo não sendo direcionada exclusivamente para os segmentos juvenis, fala muito sobre as perspectivas do poder público com relação a este segmento social.

Nesse sentido, cabe apreender criticamente que o investimento em educação de massa torna-se importante no contexto ultraneoliberal, uma vez que desonera as empresas de custos para a formação de pessoal. Nesse sentido, há uma redução dos conhecimentos julgados inúteis pela ótica da

conservadoras brasileiras. (GADOTTI, 1996, p. 72). Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3078/1/FPF_PTPF_12_069.pdf>. Acesso em 27 de janeiro de 2022.

²⁴ Ministério da Educação: Presidente da República defende educação da juventude brasileira em Davos. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/presidente-da-republica-defende-educacao-da-juventude-brasileira-em-davos>> Acesso em 23 de janeiro de 2022.

empresa capitalista, os quais não tem uma evidente ligação com a “prática”. Os responsáveis políticos e econômicos querem combinar educação de massa a uma restrição dos conteúdos pela sua utilidade social e econômica, os quais, tendo a adesão de muitos progressistas e reformadores pedagógicos que, em nome da “democratização”, consideram que as crianças e jovens dos segmentos populares não podem, a priori, receber e acompanhar uma educação cultural de elite (LAVAL, p. 2004).

Tal ideia pauta-se, portanto, em referenciais burgueses, que remetem à realidade e às experiências particulares dos jovens provenientes das famílias da classe burguesa. Desconsidera-se assim, aquilo que particulariza as juventudes da classe trabalhadora, sua inserção precoce no mundo do trabalho, a negação da sua vivência juvenil e suas implicações para o ser social. Do mesmo modo, os interesses antagônicos de classe e a desigualdade social decorrente do conflito capital versus trabalho são negados. Por um lado, institucionalizam-se medidas legais e políticas públicas voltadas às juventudes para o ingresso no mundo do trabalho; por outro, na medida em que são expressão de uma racionalidade neoliberal, exclui-se a possibilidade da subjetividade humana própria do ser social, para assegurar o desenvolvimento do capital humano juvenil, por meio de habilidades e técnicas especializadas.

Logo, a necessária profissionalização não é mais uma finalidade, entre outras, da escola, ela tende a se tornar uma representação dogmática e exclusiva, que não almeja mais do que ver os estudantes como futuros trabalhadores a serem formados segundo as necessidades do capital. Em todos os países capitalistas, a ideologia burguesa expressa, através de organismos públicos e privados, o objetivo de determinar o conteúdo das formações escolares e universitárias a fim de dispor de uma mão de obra mais “empregável” e mais capaz de utilizar as ferramentas técnicas mais modernas (LAVAL, 2004).

Nesse cenário, a ideologia da profissionalização dos jovens trabalhadores encontra terreno fértil para se desenvolver. Contudo, é importante ressaltar que esta ideologia da profissionalização tem bases históricas, uma vez que a pedagogia tecnicista foi oficializada no período da Ditadura Militar no país. Nesse sentido, destaca-se que, desde a década de 1960, a tendência educacional dominante no Brasil é a que se pode chamar de concepção produtivista da educação, que, ao longo da década de 1980, resistiu a todos os embates de que

foi alvo por parte das tendências críticas e recobrou um novo vigor no contexto do neoliberalismo (SAVIANI, 2005). Tal ideologia não é nova, mas se radicalizou com o avanço do neoliberalismo, a fim de transformar as políticas educacionais em uma política de adaptação ao mercado do trabalho, sendo atualmente uma das principais vias para a perda de autonomia da escola e da universidade (LAVAL, 2004),

Do mesmo modo, ressalta-se que, historicamente, no Brasil, o trabalho foi utilizado como o caminho de moralização e controle dos jovens dos segmentos populares. Assim, até a década de 1980, o trabalho era visto como o antídoto para a desordem e o comportamento perigoso dos jovens pobres. É somente com a aprovação do ECA em 1990, que há uma ampliação dessa perspectiva, a partir da introdução de novas práticas de socialização de crianças e adolescentes, para além do trabalho. Todavia, diante de um contexto de desemprego e recessão econômica, na década de 1990, a formação técnica e profissional fazem o tema do trabalho emergir novamente, agora como um fetiche nas políticas públicas e juventude. A inserção do jovem pobre em programas de aprendizagem profissional passa a ser a salvação deste jovem (SILVA; MAYORGA, 2016).

Nessa mesma direção, Scherer (2015), ao analisar os programas e projetos governamentais voltados para os jovens brasileiros nos governos Lula, identifica um discurso fetichizado presente nas políticas públicas, as quais fomentam uma visão moralista sobre as juventudes, em uma perspectiva onde o contexto de violação de direitos pode ser enfrentado pela qualificação profissional da juventude pobre. O autor afirma ainda que a proteção social voltada para as juventudes pode carregar consigo uma lógica de (des)proteção, pois as ações que visam à proteção também impactam na desproteção, uma vez que se dirigem às juventudes ações fragmentadas, pontuais, precarizadas e que visam, em última instância, ao fortalecimento da lógica do capital. Portanto, os jovens são responsabilizados pelo seu sucesso ou insucesso pessoal, ocultando a precária realidade do mundo do trabalho e sua dimensão estrutural.

Sendo assim, as políticas públicas se resumem em uma promessa civilizatória perversa, ancoradas em um discurso ideológico fetichizado, de que a falta de qualificação profissional é um fator decisivo para a empregabilidade, uma vez que, é por meio do emprego que as expressões da questão social serão

enfrentadas. Esse discurso, o qual fica visível sua presença em políticas públicas, sugere que a qualificação profissional irá assegurar o acesso ao mercado de trabalho para os jovens pobres e a toda sociedade se desenvolverá com proteção e segurança, na medida em que os jovens estiverem inseridos nas atividades laborais. Assim, as juventudes representam uma estratégia para o desenvolvimento, em que os jovens são colocados como responsáveis por tal desenvolvimento da nação (SCHERER, 2015; SCHERER, GERSHENSON, 2016).

A ideologia da profissionalização dos jovens, ancorada na teoria do capital humano, apresenta-se como uma alternativa ao desemprego juvenil, assegurando o número suficiente de trabalhadores qualificados, bem como constitui-se enquanto uma alternativa de controle dos jovens pobres – considerados perigosos –, uma vez que, por meio da qualificação profissional, segundo um discurso mistificador, estes jovens não ficarão expostos à bandidagem e à criminalidade. Desse modo, a ideologia que sustenta a profissionalização juvenil está ancorada num discurso neoliberal voltado a manutenção da ordem do capital, a fim de garantir consumidores vorazes e trabalhadores flexíveis.

Desse modo, compreende-se que a educação é um poderoso instrumento ideológico de controle do capital para garantir sua produção e reprodução social, não apenas nos bancos escolares institucionalizados, mas também fora destes. Portanto, assegurar uma educação integral do ser social é uma luta que deve ser travada não apenas formalmente, mas em sua essência. A ideologia dominante não se trata apenas de um conjunto de ideias que se impõem à classe trabalhadora, mas é expressão das relações sociais de produção historicamente determinadas, como bem nos afirmou Marx e Engels, na obra *Ideologia Alemã*.

Por isso, é preciso ter cuidado para não se cair no equívoco de, para se contrapor à educação burguesa, bastaria apenas uma educação elaborada por conteúdos e formas distintas da educação conservadora. Com isso, não se nega a importância de espaços formais de educação, geridos pelos próprios trabalhadores, como espaço de autonomia de classe. Contudo, uma educação que esteja verdadeiramente voltada para as necessidades humanas, em sua plenitude, só é possível, necessariamente, através da superação do capital.

3.4 TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE: A PROMESSA CIVILIZATÓRIA NOS MARCOS DO CAPITAL

Diante do cenário de desigualdades vivenciado pelas juventudes frente à superexploração da força de trabalho e da crise do capital, como referido anteriormente, cabe questionar o papel do Estado na formulação das políticas públicas e sociais voltadas a este segmento social. Com relação às políticas de trabalho, destaca-se que o Brasil desde o início dos anos 2000 segue como direção o conceito de Trabalho Decente, o qual se estabeleceu mediante assinatura de Memorando de Entendimento entre o Presidente da República e o Diretor Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2003, com o compromisso da Agenda Nacional de Trabalho Decente.

Formulado pela OIT em 1999, o conceito de Trabalho Decente é compreendido como o trabalho produtivo, exercido em condições de liberdade e segurança, adequadamente remunerado, capaz de garantir uma vida digna. De acordo com a OIT, o Trabalho Decente é uma condição fundamental para reduzir as desigualdades sociais, superar a pobreza, garantir o desenvolvimento sustentável e uma governabilidade democrática. Sendo assim, busca-se definir uma agenda de discussão e promoção de políticas públicas para o trabalho enfatizando a necessidade de olhar os grupos sociais mais vulneráveis, em especial as juventudes (OIT, 2015).

Acerca do Trabalho Decente, a Organização Internacional do Trabalho se apoia em quatro pilares estratégicos: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social (OIT, 2015).

No Brasil, em 2006, foi lançada a Agenda Nacional para o Trabalho Decente (ANTD), a qual tem por objetivo combater a pobreza, as desigualdades sociais e fortalecer a governabilidade democrática. A Agenda se estruturou em torno de três prioridades: 1) erradicação do trabalho escravo e eliminação do trabalho infantil, em especial em suas piores formas; 2) geração de mais e

melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; e 3) fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática. Já em 2010, foi lançado o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente como instrumento de operacionalização da ANTD, com importantes indicadores para se verificar o progresso das políticas quanto a este tema (OIT, 2015).

Do mesmo modo, em 2009, por meio de um decreto presidencial, cria-se o Subcomitê da Juventude, com o objetivo de elaborar uma **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude** (ANTDJ). A ANTDJ foi publicada em 2010 e teve uma nova versão lançada em 2012. As formulações da Agenda foram direcionadas para os jovens entre 15 e 29 anos, grupo etário atualmente considerado jovem no país. A elaboração da ANTDJ considerou que a idade mínima legal para ingresso no trabalho no Brasil é de 16 anos, com exceção das situações de aprendizagem protegidas pela Lei 10.097/2000, nas quais o trabalho é permitido a partir dos 14 anos. Do mesmo modo, considerou a Convenção sobre a Idade Mínima para Admissão a Emprego, 1973 (nº 138) e a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação imediata para sua Eliminação, 2000 (nº 182), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificadas pelo Brasil respectivamente em 28/6/2001 e 12/09/2000. Sendo assim, a ANTDJ foi organizada a partir de quatro prioridades: a) mais e melhor educação; b) conciliação entre estudos, trabalho e vida familiar; c) inserção digna e ativa no mundo do trabalho; d) diálogo social (OIT, 2011).

A primeira prioridade – mais e melhor educação – justifica-se pelos altos níveis de exclusão educacional, destacando-se os indicadores que atestam maiores dificuldades de permanecer no sistema escolar jovens pertencentes a famílias de mais baixa renda, negros e moradores de áreas rurais. Do mesmo modo, considerou-se que, se até os 17 anos, a condição estudantil é predominante, após os 18 anos, observa-se que se amplia a busca por conciliar as tarefas escolares com o trabalho. Ao reconhecer essa realidade, se estabelece a segunda prioridade da ANTDJ – a conciliação entre estudos, trabalho e vida familiar. Nesse sentido, identifica-se que as maiores dificuldades para essa conciliação estavam entre os jovens que possuem responsabilidades familiares, sobretudo, as mulheres jovens com relação à maternidade,

evidenciando-se, assim, as persistentes desigualdades de gênero (CORROCHANO; ABRAMO, 2016).

Com relação à inserção digna e ativa no mundo do trabalho, terceiro eixo de prioridade da ANTDJ, busca-se assegurar aos jovens a igualdade de tratamento e oportunidades no mundo do trabalho, tendo em vista as dificuldades de inserção laboral, tanto no que se refere aos empregos assalariados quanto em outras formas de trabalho. Do mesmo modo, leva-se em conta as dimensões de discriminação de gênero, raça e etnia, às questões relativas à saúde e à segurança no trabalho, bem como, a necessidade de se ampliar as políticas de proteção social ao trabalho das juventudes. Por fim, a quarta prioridade se justifica pela necessidade do diálogo social em torno dos temas centrais da Agenda – juventude, trabalho e educação. Desse modo, destacou-se a importância de se fortalecer a participação das juventudes nas organizações de empregadores e trabalhadores, bem como, o aprofundamento do diagnóstico da realidade juvenil, prioritariamente, na escola e no trabalho (CORROCHANO; ABRAMO, 2016).

Ademais, cada uma das quatro prioridades elencadas acima apresentam uma série de linhas de ação e sugerem possíveis programas a serem implementados às juventudes brasileiras. Nesse sentido, destaca-se que as políticas de juventude são normativas, na medida em que prescrevem ou enfatizam normas, conteúdos simbólicos ou significados que incidem sobre as expectativas de condutas juvenis consideradas adequadas para um determinado tempo e espaço (SPOSITO; CARROCHANO, 2005).

Acerca da construção da ANTDJ, Corrochano e Abramo (2016) salientam que esta fortalece a perspectiva no país de se construir uma política pública para as juventudes articulada às políticas setoriais – educação, emprego, saúde, entre outras. Do mesmo modo, as autoras destacam que o debate em torno da Agenda contribuiu para consolidar a ideia de que o Trabalho Decente é um direito das juventudes, para além da educação, rompendo com a perspectiva de que a condição estudantil é a condição juvenil por excelência, uma vez que o trabalho permanece como um elemento central na vida dos jovens.

A denominação do termo Trabalho Decente é uma tradução literal do inglês “Decent Work”. O termo “decente” refere-se ao sentido de dignidade do trabalho e do trabalhador, não se devendo relacionar a questões de ordem moral.

Nesse sentido, a OIT, ao ser precursora no debate, buscou orientar os países para a existência de um marco regulatório da atividade laboral e das relações de trabalho, nas quais estabeleceu que o Trabalho Decente é todo aquele trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido por homens e mulheres de todo o mundo em condições de liberdade, igualdade, segurança e dignidade e livre de qualquer forma de discriminação (OIT, 2011).

Para Abramo (2015), a noção de Trabalho Decente formulada pela OIT integra a dimensão quantitativa e qualitativa do emprego. O conceito contempla tanto medidas de geração de postos de trabalho e de enfrentamento ao desemprego, como também de superação de formas de trabalho que geram renda insuficiente para os indivíduos e suas famílias, para que seja possível superar a situação de pobreza e as atividades laborais insalubres, perigosas, inseguras e degradantes. Portanto, afirma-se a necessidade de que o emprego esteja associado aos direitos do trabalho e à proteção social, assegurando aos trabalhadores as organizações coletivas e sindicais (ABRAMO, 2015).

As noções de Trabalho Decente expressam, assim, a busca por trabalho digno, assegurado pelos direitos do trabalho, bem como, o desenvolvimento econômico por meio do emprego com uma remuneração capaz de superar a pobreza e a insalubridade em que vivem grande parte do conjunto da classe trabalhadora. Já de antemão, destaca-se que a superação da pobreza é uma meta um tanto ousada ou, no mínimo, ingênua, uma vez que nos países de caráter dependente, a superexploração do trabalho é crucial para assegurar a transferência de valor aos países de economia central. Desse modo, apesar da formulação de Trabalho Decente pela OIT evidenciar as desigualdades econômicas e sociais com relação ao mundo do trabalho, esta concepção almeja integrar objetivos econômicos e sociais em uma sociedade estruturada por classes sociais antagônicas em que, impreterivelmente, os interesses de classe serão radicalmente inconciliáveis sob a ordem do capital.

Sendo assim, mesmo reconhecendo a importância do conceito para a formulação das políticas públicas de trabalho para as juventudes no Brasil, cabe tecer algumas reflexões críticas a respeito do termo, apontando algumas determinadas fragilidades que constitui o conceito de “Trabalho Decente”. Para Santos (2015), incorporação do conceito de Trabalho Decente promovido pela OIT e incorporado no discurso oficial de elaboração de políticas públicas de

emprego para as juventudes, torna-se mais sofisticada, ainda que não menos mistificadora das relações sociais de exploração capitalista. Desse modo, o desemprego juvenil se revela elevado no Brasil, pois o país está inserido no circuito das economias globalizadas, participando diretamente das tendências negativas na dialética emprego-desemprego. No conjunto das nações capitalistas, uma vez que se impõe para a realização da acumulação e preservação das altas taxas de lucro, o enxugamento contínuo da força de trabalho, restringe, independentemente das vontades dos governantes de cada nação, as possibilidades de inserção dos jovens enquanto trabalhadores assalariados (SANTOS, 2015).

Por conseguinte, cabe destacar que o sentido de **trabalho** que a OIT vincula em seu conceito tem uma forma mais abrangente, sendo tanto formal como informal. Sendo assim, as alternativas para o desemprego podem ser criadas no bojo da economia informal, desde que sejam respeitados determinados direitos básicos ao trabalhador. No geral, o trabalho autônomo, o trabalho eventual e o empreendimento individual constituem um ramo do trabalho informal, no qual se encobre a precariedade que o caracteriza. Do mesmo modo, são assinalados alguns elementos que seriam indicadores para se ter um Trabalho Decente, tais como, dignidade, liberdade, segurança, igualdade, não discriminação. Estes elementos são, em sua essência, características do trabalho em sua dimensão ontológica. Contudo, quando executadas nem em um ambiente de exploração, opressão e precariedade, resultam na inibição dos desenvolvimentos das capacidades humanas por meio do trabalho (GONÇALVES, 2019).

O processo de reestruturação no mercado de trabalho, o sob a ótica neoliberal se caracteriza pela lógica da flexibilização e diminuição da proteção social do trabalhador (HARVEY, 2011). Desse modo, o predomínio das relações de trabalho precarizadas, mesmo no trabalho formal, não é garantia de ter um “Trabalho Decente”, uma vez que, mesmo que o trabalhador esteja em ocupação regulamentada, isso não garante, necessariamente, a superação da vulnerabilidade do trabalho dentro de um cenário de perda de direitos da classe trabalhadora (GONÇALVES, 2019). Como exemplo, destacam-se as aprovações, em 2017, pelo presidente em exercício Michel Temer, após o golpe jurídico-midiático-parlamentar, da Lei da Terceirização, N°. 13.429, em março;

da Lei de Rentabilidade de contas FGTS, Nº. 13.446, em maio; da Lei Programa Seguro-Emprego, Nº. 13.456, em junho; e da Lei da Reforma Trabalhista, Nº. 13.467, em julho de 2017.

De acordo com o Banco Mundial (2018), essas Reformas, no âmbito da regulação do trabalho, representam um importante avanço para o desenvolvimento produtivo do país, apesar das polêmicas e das incertezas de seus resultados a curto prazo. Contudo, é razoável esperar ganhos de eficiência no médio e no longo prazo. Isso porque o pacote de reformas oferece às empresas e aos indivíduos mais opções para o ingresso no trabalho regulado e protegido, uma maior flexibilidade ao deslocar a burocracia da legislação para a mesa de negociações, além de diminuir a incerteza legal e os custos envolvidos na resolução de disputas trabalhistas. Sendo assim, argumenta-se que:

As reformas visavam dar maior liberdade às empresas em relação a como empregam as pessoas e organizam sua força de trabalho, a aperfeiçoar as instituições das negociações coletivas e diminuir a incerteza quanto aos custos da resolução de disputas trabalhistas. O objetivo da reforma do Governo é aumentar a flexibilidade laboral, reduzir os custos e a incerteza das disputas trabalhistas e ampliar o acesso à proteção ao trabalhador. **As autoridades elaboraram as reformas com a finalidade específica de tornar mais fácil para as empresas levar mais trabalhadores e jovens para o emprego formal.** (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 33, grifos nossos)

Destaca-se, nesse viés, que a aprovação da Reforma Trabalhista, em julho 2017, alterou de forma significativa o conteúdo da Consolidação das Leis do Trabalho, promulgada em 1943, a qual representa um longo processo de lutas dos trabalhadores durante a industrialização capitalista no Brasil para assegurar a regulamentação das relações e dos direitos trabalhistas. Para se garantir a aprovação da Reforma Trabalhista defendeu-se fortemente o argumento de que esta geraria novos postos de trabalho, ampliando, assim, o “acesso dos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora a direitos disponíveis até então, conforme seus defensores, somente àqueles que participam do mercado formal” (ANTUNES, PRAUN, 2019, p. 69). Desse modo, identifica-se um discurso mistificador das reformas ultraneoliberais, obscurecendo as investidas contra os direitos dos trabalhadores pelo capital.

Todavia, a promessa de geração de empregos pelas alterações nas legislações trabalhistas não se concretizou, acarretando inversamente o

aumento do desemprego. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) projeta que o Brasil terá 14 milhões de desempregados em 2022, bem acima do nível de antes da pandemia em 2019. Conforme o levantamento, no último trimestre de 2019, quando a pandemia de covid-19 ainda não era presente no país, o Brasil tinha 12,5 milhões de desempregados. Em 2020, esse dado aumentou para 13,2 milhões. Já em 2021, se chegou a 14,3 milhões de desempregados no país (OIT, 2022). De acordo com o IBGE, a taxa de desocupação entre os jovens seguiu sendo a mais elevada e alcançou $\frac{1}{4}$ da força de trabalho desse grupo populacional em 2020.

De acordo com Antunes e Praun (2019), o que se pode identificar após as alterações nas legislações foi uma *hiperflexibilização do trabalho*, em que ocorre uma crescente heterogeneidade, rotatividade e precariedades nos vínculos trabalhistas, com impacto tanto no acesso a direitos sociais e nos benefícios de acordos coletivos, como na própria remuneração salarial. Nesse sentido, identifica-se que a informalidade é uma característica do mercado de trabalho brasileiro, a qual se constitui enquanto um fator significativo na desigualdade de rendimentos do trabalho, bem como implica em um elevado número de trabalhadores sem proteção social, como o direito a licenças remuneradas em decorrência de doenças e agravos de saúde, nem ao direito à aposentadoria.

De acordo com os dados do IBGE (2020), a informalidade é preponderante nas Regiões Norte e Nordeste. Em 2020, a proporção de trabalhadores em ocupações informais alcançou 59,1% na Região Norte e 53,1% na Região Nordeste. Já as Regiões Sudeste e Sul, apresentaram proporções de, respectivamente, 32,8% e 26,1%, enquanto a Região Centro-Oeste (38,1%) esteve próxima da média do País (38,8%), o que demonstra uma grande diferença espacial do mercado de trabalho brasileiro.

O cenário de informalidade e precarização do trabalho não é algo novo na realidade brasileira, contudo, percebe-se que há um aprofundamento da superexploração da força de trabalho por meio das alterações trabalhistas vigentes. O capitalismo neoliberal, desde meados da década de 1970, tem buscado ampliar a exploração capitalista a partir da destruição dos postos de trabalho, da terceirização, da prestação de serviços precarizados e da ausência de proteção social aos trabalhadores. Desse modo, alterações nas legislações referentes ao trabalho na história recente do Brasil se configuram enquanto uma

estratégia capitalista para garantir o processo de acumulação e centralização de capital diante de mais uma de suas crises.

Outro elemento apontado no conceito de Trabalho Decente refere-se ao **trabalho adequadamente remunerado**. Nesse sentido, cabe destacar que, com as transformações societárias sob a égide do capital, novas necessidades foram criadas, as quais fizeram aumentar a quantidade de bens necessários para a reprodução dos trabalhadores (OSORIO, 2009). Desse modo, ocorre o que Marx denomina por elemento *histórico-moral do valor da força de trabalho*, o qual, refere-se ao desenvolvimento material da sociedade e a generalização de novos bens que se transformam em bens necessários em cada época. Por exemplo, se um celular passa a ser necessário na sociabilidade que vai sendo construída no capitalismo atual e se uma máquina de lavar roupas passa a facilitar as atividades domésticas, que cumprem um papel para a reprodução da força de trabalho, estes são valores de uso que passam a compor o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho (LUCE, 2013).

Assim, os trabalhadores, para acessarem itens básicos de consumo para poderem continuar inseridos no mercado de trabalho, na produção e reprodução e capital, precisam recorrer ao comprimento de extensas jornadas de trabalho, comprometendo seu fundo de vida, ou ainda, ao endividamento, o que compromete seu fundo de consumo no futuro. Como explica Luce (2013):

Mas e se a única forma de o trabalhador acessar tais bens de consumo que se tornaram bens necessários for endividar-se ou submeter-se a uma carga extra de trabalho? **Estaremos diante de uma alteração do elemento histórico-moral sem ser acompanhada pela remuneração. Ou seja, aumento do valor da força de trabalho sem aumentar o seu pagamento.** Ao ter de elevar o desgaste de sua força de trabalho (cumprir mais horas-extras, vender 1/3 das férias etc.) e ao ter de endividar-se para acessar tais valores de uso, os indivíduos da família trabalhadora estarão ou se submetendo a uma violação de seu fundo de vida para compensar parcialmente a insuficiência de seu fundo de consumo ou comprometendo o seu próprio fundo de consumo futuro, mediante endividamento, na tentativa de compensar a sua violação no presente. (LUCE, 2013, p. 184, grifos nossos)

No capitalismo dependente, o avanço das forças produtivas do capital não tende a gerar concessões à classe trabalhadora do mesmo modo em que ocorreu nos países do capitalismo dominante. Desse modo, uma das

modalidades em que a superexploração da força de trabalho pode correr é através do aumento do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho sem aumentar sua remuneração, constituindo-se como uma particularidade da violação do valor da força de trabalho em relação ao seu componente histórico e moral. Portanto, não está no horizonte da classe trabalhadora dos países de economia dependente um *trabalho adequadamente remunerado*, uma vez que o acesso ao consumo de bens duráveis se configura como uma forma renovada da superexploração, através do endividamento e da submissão a extensas jornadas laborais.

Por último, um outro elemento importante do conceito de Trabalho Decente que cabe ser problematizado refere-se ao termo **produtivo**. Nesse contexto, o adjetivo “produtivo” está correlacionado às novas tecnologia e às formas sociais da produção. Ficaria, pois, mais adequado o uso do termo “*produtividade*” para demonstrar tal conceito, pois este teve seu uso intensificado com o advento do desenvolvimento tecnológico e da modernização da estrutura produtiva das empresas. Destaca-se, assim, o trecho extraído do relatório “Competências e Empregos: Uma Agenda para a Juventude”, elaborado pelo Banco Mundial, que vai ao encontro às premissas do denominado “trabalho produtivo” pela OIT:

quando comparamos as medidas de regulação das decisões de empregadores quanto ao uso de formas de **emprego terceirizado, por tempo determinado e temporário, as empresas no Brasil têm sofrido muito mais restrições. Essa postura regulatória extrema pode ter um impacto mais nocivo sobre as perspectivas dos jovens, que têm maior probabilidade de preferir ou necessitar empregos em tempo parcial e flexível do que as pessoas na faixa etária mais produtiva. Trata-se também de uma limitação crítica da produtividade**, pois essas restrições fazem com que sejam mais difícil para as empresas inovar, experimentar novas tecnologias e processos de negócios, ou ajustar sua mão de obra e competências às rápidas mudanças das exigências do mercado (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 28, grifos nossos)

Desse modo, identifica-se um discurso perverso onde se defende a ideia de que as restrições à terceirização e, assim, o trabalho temporário dificultam a possibilidade de alcance dos jovens ao trabalho e, conseqüentemente, limitam a produtividade das empresas nos processos de inovação tecnológica e de adaptação dos trabalhadores as novas exigências do mercado de trabalho. O

documento do Banco Mundial ainda afirma que “as restrições ao uso de contratação a tempo parcial e flexível aumenta a probabilidade de emprego informal” (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 28). Ou seja, os processos de trabalho emergem sob novos padrões de produtividade, por meio da flexibilização da produção e da desregulamentação do trabalho. A crescente busca pela produtividade nada mais é do que a insaciável busca pela lucratividade das empresas capitalistas, através do aumento exponencial da exploração da força de trabalho seja por meio do trabalho formal assalariado, ou indiretamente, por meio do trabalho terceirizado, temporário, informal, autônomo.

Sendo assim, para assegurar a produtividade do trabalho criam-se formas de adequação da produção sob a égide do capital, buscando novos padrões para a gestão da força de trabalho, bem como, recorre-se ao discurso ideológico que enfatiza que investimento em educação melhoraria a produtividade dos indivíduos convertendo-se em Capital Humano para o mercado de trabalho em favor de interesses voltados à acumulação (ANTUNES, 1995). Ademais, pode-se identificar a construção de uma nova forma de racionalização do processo de trabalho, potencializada pela vigilância e controle no local de trabalho. Sendo assim, é imposto trabalhadores um cuidadoso e intenso monitoramento por meio de análises constantes de índices de produtividade, de desempenho, de satisfação, entre outras, sob o domínio de um arcabouço administrativo fortemente hierarquizado (PREVITALI; FAGIANI, 2014). Desse modo, percebe-se que a concepção de produtividade está fortemente aliada ao controle e à adaptação do trabalhador às relações de produção e reprodução do capital, sustentada pela Teoria do Capital Humano, a qual mencionamos no subitem 3.3 deste capítulo.

Portanto, diante da análise realizada, pode-se afirmar que as Organizações Internacionais e os Estados nacionais reconhecem a necessidade de atenção à “questão social”, ainda que mascaradas por uma retórica sobre a liberdade individual, responsabilidade pessoal e autonomia. Buscam, desse modo, sugerir alternativas no âmbito das políticas sociais e econômicas, preservando são e salvo os princípios do mercado, sem alterar a essência da ordem do capital (HARVEY, 2011; SIMIONATTO, COSTA, 2014). Ainda nessa perspectiva, para Gonçalves (2019), não se deve negar que a proposta apresentada no conceito de Trabalho Decente é progressista. Contudo, a autora

salienta que a impressão que o conceito deixa é que ele busca humanizar e harmonizar as relações e condições de trabalho desenvolvidas no capitalismo recente. Sendo assim, Gonçalves (2019) argumenta que esta harmonização está fadada a não superar a pobreza, como anunciado pela OIT, uma vez que não reconhece e não questiona a exploração da classe trabalhadora que é a raiz da produção e reprodução da pobreza.

Nesse sentido, concorda-se com Gonçalves (2019), pois estabelecer uma Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ) representa, do ponto de vista das juventudes, um grande avanço se comparado com a história recente de reconhecimento deste segmento social enquanto sujeito de direitos. Entretanto, problematiza-se a precariedade das relações de trabalho na qual as juventudes estão inseridas, almejando uma inserção com digna na cadeia produtiva. Ademais, ANTDJ é um instrumento que vai na contramão de discursos fetichizados que transformam as juventudes em um “produto da moda”, ocultando as potencialidades e diversidades deste segmento (SCHERER, 2015). Todavia, a concepção de Trabalho Decente realiza uma promessa civilizatória nos marcos da ordem do capital a qual não pode ser cumprida. A violação do valor da força de trabalho para compensar as transferências de valor apropriadas pelo imperialismo é parte constitutiva das relações de produção nos países dependentes, como no caso do Brasil.

Não se pode negar que a concepção de Trabalho Decente busca, de certo modo, harmonizar os conflitos de classe nas relações de produção e reprodução da sociabilidade da ordem do capital. Como afirma Luce (2013), a superexploração da força de trabalho pode ocorrer seja em atividades como a dos cortadores manuais de cana ou na indústria automobilística, podendo ocorrer inclusive nos casos em que remuneração seja acima do salário-mínimo necessário, por meio da prolongação da jornada e da intensidade além do limite normal. Portanto, a ANTDJ pauta-se, conseqüentemente, em uma lógica que busca homogeneizar as políticas de trabalho para as juventudes, seguindo as premissas do Trabalho Decente formuladas pela OIT, que mascaram as diversas formas de superexploração da força de trabalho vivenciadas pelas juventudes em uma realidade profundamente desigual como a do Brasil.

Gonçalves (2019), ao analisar a ANTDJ, identifica que os atuais modelos de políticas públicas que visam contribuir com a inserção do jovem no mercado

de trabalho, orientados pelos Organismos Internacionais, sob a tutela da Teoria do Capital Humano, promovem programas voltados à lógica do indivíduo como espaço de controle e investimento, que atuam no campo da educação, da formação profissional, do empreendedorismo, das alterações nas leis trabalhistas e da transferência de renda condicionada, para maior adequação dos modelos de gerência da futura força de trabalho. Nesse viés, Gonçalves (2019), argumenta que a impressão que fica, grosso modo, é que as políticas de trabalho para as juventudes expressam a seguinte mensagem aos jovens:

Vocês jovens estão desempregados ou por sua culpa ou pela ineficiência do Estado. Portanto, vocês devem sempre se manter empregáveis [estando na escola, participando de cursos de qualificação e capacitação profissional] para quando o momento chegar. Mas se vocês ainda estão desempregados, mesmo se mantendo empregáveis, isso se dá pelo motivo da má qualidade do ensino público, e isso pode ser resolvido caso o Estado reforme o sistema de ensino para adequá-los ao que o mercado necessita. Mas, enquanto isso, vocês também podem resolver o problema de desemprego sozinhos sendo empreendedores, donos do seu próprio negócio. No entanto, o Estado também deve rever suas leis trabalhistas para adequá-la as novas formas de trabalho 'modernas', só assim, vocês jovens poderão 'escapar' da precarização e informalidade. (GONÇALVES, 2019, p. 307)

Portanto, pode-se afirmar que, sob a ótica neoliberal, as políticas de trabalho para as juventudes reforçam os valores da meritocracia, da concorrência e do individualismo. Contudo, para a parcela dos jovens que não tem meios para ser empreendedor e ainda conta com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, deverão ser garantidas políticas sociais focalizadas de transferência de renda por parte do Estado (GONÇALVES, 2019). Esses programas buscam oferecer aos segmentos juvenis algum tipo de remuneração, em geral entendida como "bolsa", de duração variável, cujo sentido principal não reside apenas no próprio benefício pecuniário – a renda que é transferida –, mas no conjunto de ações e metas previstas nessa concessão, configurando, assim, a ideia de contrapartida (SPOSITO; CORROCHANO, 2005).

Desse modo, diante de uma crise estrutural do capital, com a eliminação de postos de trabalho e a flexibilização e precariedade no mundo do trabalho, bem como a não efetivação de direitos sociais básicos às juventudes, devem ser desenvolvidos os programas de transferência de renda aos jovens, incapazes

por si só de assegurar transformações mais densas nessas esferas. Essa realidade, restrita ao processo sociocultural da construção de uma imagem sobre as juventudes no Brasil, alicerçada no medo e na percepção de que os jovens pobres são potencialmente perigosos e constituem um problema para a sociedade, tornam ainda mais intrigantes as políticas públicas que têm como meta a transferência de renda para eles. Mais que o evidente benefício que o acesso à renda promove, as exigências de contrapartida constituem novos modelos que são potencialmente disseminadores de novas formas de dominação, obscurecidas pelo discurso da cidadania e da inserção social (SPOSITO; CORROCHANO, 2005).

Do mesmo modo, aos jovens pobres que não tiverem sucesso na sociabilidade do capital, fica delegado os aparatos coercitivos do Estado. Ou seja, estes jovens estarão sujeitos à ampliação do Estado Penal sobre as “classes perigosas”, nos termos de Wacquant (2003), por meio do encarceramento em massa da população pobre e negra, da repressão e das altas taxas de homicídio juvenil. De acordo com Carvalho (2015), os dados nacionais vêm demonstrando que o encarceramento de jovens autores de atos infracionais tem superado significativamente as taxas de encarceramento da população adulta no Brasil, revelando uma tendência nacional de aumento do punitivismo em todos os níveis de controle formal, especialmente com relação à juventude negra e pobre.

Nesse sentido, seja pela via da responsabilização das juventudes pelo desenvolvimento econômico, ou pelas políticas focalizadas na extrema pobreza, ou ainda pela ampliação do Estado Penal, busca-se fortalecer uma estratégia importante de manutenção das premissas neoliberais a partir das Organizações Internacionais. Desse modo, a ideologia neoliberal consegue triunfar por meio da concepção de Trabalho Decente, sustentada pela Teoria do Capital Humano. Isso porque este representa um programa capaz de adequar, controlar e convergir as distintas forças econômicas, sociais e políticas com a globalização e as mudanças tecnológicas, sob o prisma de realização da justiça social (GONÇALVES, 2019).

O Trabalho Decente encobre em grande medida a precariedade do trabalho realizado sob vínculos trabalhistas flexíveis e frágeis, com a ausência da proteção social e dos direitos do trabalho, sob um discurso ideológico

apassivador, envernizado por palavras como liberdade, dignidade e autonomia, vazias de sentido. Ademais, ao buscar a superação da pobreza por meio do Trabalho Decente, questiona-se “porque o combate à concentração de riqueza não é o alvo preferencial dos governos, mas sim, a redução ou alívio da pobreza?” (PEREIRA, 2012, p. 737 – 738). Desse modo, se por meio do Trabalho Decente busca-se superar a pobreza e as atividades laborais degradantes, um de seus primeiros pré-requisitos deveria ser a elaboração de uma política pública capaz de assegurar a distribuição da riqueza socialmente produzida. No Brasil, por exemplo, uma das medidas essenciais, já de antemão, poderia ser a implementação de uma Reforma Agrária e Urbana, que alterassem radicalmente a concentração de terras no país, bem como, garantir o direito à cidade aos jovens trabalhadores.

Identifica-se, diante desse contexto, que há um contínuo esforço no aspecto ideológico proposto pela sociabilidade capitalista no sentido de se construir um campo conceitual voltado a apresentar o trabalho assalariado de forma humanizada, mascarando suas reais determinações enquanto fruto de uma relação social de exploração, o que esvazia, em essência, qualquer possibilidade de decência do trabalho. Por sua vez, o trabalho fica reduzido a uma consideração basicamente de ordem moral, isto é, o que é aceitável ou não no interior do capitalismo quando se fala em exploração. Desse modo, o debate proposto como norteador da construção de uma política pública para a juventude no âmbito da superação da pobreza, nada mais faz do que, conforme defende Santos (2015), enriquecer o leque das expressões que têm obscurecido as reais causas da desigualdade social brasileira.

Portanto, conclui-se que a perspectiva de Trabalho Decente para a juventude representa um avanço ao reconhecer que as necessidades das juventudes não se limitam ao âmbito da cultura, mas relacionam-se, sobretudo, a melhores condições de acesso ao mundo do trabalho. Todavia, como mencionado anteriormente, ao se tratar de um conceito sob os preceitos neoliberais, a partir da Teoria do Capital Humano, encontra limites em sua formulação. Os princípios voltados à empregabilidade, ao empreendedorismo, à instrução técnica formal, a alterações nas leis trabalhistas e às políticas de transferências de renda condicionada mascaram as condições objetivas dos mecanismos de superexploração juvenil. Ou seja, na ordem do capital, o

Trabalho Decente é uma promessa civilizatória de garantia de dignidade humana que não pode ser realizada. A seguir, expõe-se as conclusões deste estudo, retomando-se os aspectos centrais da pesquisa, buscando refletir os resultados encontrados e as possibilidades de caminhos a serem percorridos.

4 CONCLUSÕES

“Você deve estampar
sempre um ar de alegria
e dizer: tudo tem melhorado
Você deve rezar pelo bem do patrão
e esquecer que está desempregado”
(Comportamento Geral – Gonzaguinha)

Os versos acima, escritos por Gonzaguinha, em 1972, no auge da ditadura militar, marcam um importante momento na história do Brasil. São eles uma das muitas contribuições da música popular brasileira contra a censura e autoritarismo nos anos de chumbo. A ironia da música, ao mencionar que “tudo vai bem, tudo legal”, retrata a ideia de conformidade imposta aos trabalhadores em um cotidiano de austeridade, em que é exigida a necessidade em ver o lado bom da vida, mesmo com os problemas sociais existentes. A música ganha, assim, um caráter atemporal quando se percebe os dias atuais: mesmo com a conquista da democracia, a classe trabalhadora vivencia uma série de violações de direitos, e a ideologia dominante impõe raízes profundas de indiferença e submissão frente à realidade injusta e desigual no país.

A pandemia, por sua vez, provocada pelo novo coronavírus (COVID-19), elucida bem o trecho “você deve rezar pelo bem do patrão e esquecer que está desempregado”, uma vez que a grande preocupação, veiculada nos meios de comunicação e anunciada pelos chefes de Estado, ocorre com relação às empresas e grandes corporações transnacionais, ao invés dos milhares de trabalhadores que estão desempregados, ou ainda, os trabalhadores informais e os donos de pequenos comércios e atividades afins, os quais são os mais prejudicados em um contexto de calamidade pública. O vírus, apesar de atacar o sistema biológico, sendo o agente causador de doenças respiratórias, tem sua propagação e agravamento diretamente ligado a condições socioeconômicas e culturais. Desse modo, as condições de classe, gênero, raça/etnia e local de moradia são cruciais para se levar em conta nas ações de enfrentamento a pandemia.

Diante dessa realidade, as juventudes brasileiras enfrentam um longo caminho de reconhecimento de direitos e de sua efetivação por meio de políticas públicas que, nos últimos anos, apesar de importantes conquistas, também se mostraram insuficientes devido ao caráter neoliberal nos marcos da ordem do capital. A inserção laboral das juventudes é marcada por baixos salários,

informalidade, desemprego, subemprego, altas taxas de rotatividade, ausência de proteção trabalhista, desigualdade de gênero, assédio moral, doenças crônicas, configurando-se, desse modo, uma inserção marcada pela superexploração de sua força de trabalho, própria dos países latino-americanos.

O trabalho é, portanto, reduzido à esfera das mercadorias, sob a exploração capitalista, como identificado por Marx (2013). Todavia, é preciso resgatar o trabalho em seu sentido ontológico, uma vez que se trata de uma eterna condição humana, pois é a capacidade teleológica do homem que faz com que o trabalho seja essencialmente humano, formando-se a união entre a cabeça e as mãos, a intencionalidade e a sua objetivação. O trabalho é o meio pelo qual o homem se efetiva como ser genérico, transformando o mundo objetivo e a si próprio intelectualmente.

Na ordem do capital, o trabalho perde totalmente seu sentido ontológico (ou em partes), quando os sujeitos se deparam com níveis de exploração e intensificação dos processos de trabalho cada vez maiores em busca de uma maior taxa de lucro. Essa dinâmica só consegue, em partes, ser freada através dos processos de mobilização e lutas da classe trabalhadora organizada. Todavia, romper com a ideologia dominante tem sido um dos maiores desafios postos na atual conjuntura histórica, de defensiva estratégica do socialismo enquanto alternativa societária ao capitalismo, desde o fim da União Soviética, no final do século XX.

É diante desse cenário, que as juventudes brasileiras ingressam no mundo do trabalho que, por sua vez, é totalmente diferente daquele encontrado pelas gerações anteriores. O capitalismo, sob a égide do capital financeiro, assume novas formas de produção e produção social. Em essência, a velha exploração capitalista permanece, porém, agora, com novas formas, sobretudo, por meio do uso da tecnologia, da robótica, das plataformas digitais, da inteligência artificial. Desse modo, o trabalho formal, assegurado pelo direito do trabalho e pela proteção social, é gradualmente substituído pelo trabalho informal, flexível, com baixos salários e em condições de maior precariedade. Frente a essa realidade, identifica-se, na atual conjuntura do Brasil, uma série de ataques contra as regulamentações do trabalho, impulsionados pelas premissas neoliberais e neoconservadoras.

Todavia, cabe destacar que o mercado de trabalho no Brasil sempre se constituiu com um grande contingente de trabalhos informais, precários, subempregos. Na condição de um país de economia dependente, a superexploração da força de trabalho sempre foi um do mecanismo de compensação frente à transferência de valor aos países do capitalismo central. Desse modo, independente da dinâmica econômica, o país nunca foi capaz de superar a concentração da estrutura produtiva e da precariedade laboral e, conseqüentemente, de proporcionar, a um maior número de trabalhadores, o direito ao trabalho em condições dignas.

Nesse sentido, destaca-se entre os achados desta pesquisa, que o desemprego juvenil é um fenômeno que decorre do desemprego estrutural sob a própria dinâmica da ordem do capital. Desse modo, as juventudes correspondem a um privilegiado segmento do exército industrial de reserva, como força de trabalho excedente na contemporaneidade. Por conseguinte, identifica-se um discurso falacioso sobre os jovens que não estudam e nem trabalham, os chamados “jovens nem-nem”. Tal discurso reatualiza uma visão conservadora sobre as juventudes pobres, bem como, projeta sobre estas as premissas neoliberais individualistas e meritocráticas. Do mesmo modo, a análise dos dados revela que o fomento ao empreendedorismo é considerado, pelas agências internacionais e o governo brasileiro, como alternativa ao desemprego juvenil, impondo aos jovens à própria sorte a responsabilidade pela produção e reprodução material da vida, bem como, objetivam garantir a formação de um trabalhador dócil para a exploração capitalista.

A análise dos dados desta pesquisa revela que a superexploração da força de trabalho é um traço constituinte das relações de trabalho nos países de economia periférica, como o Brasil, favorecendo a produção e reprodução do capital. Nesse sentido, ao analisar os documentos dos Organismos Internacionais voltados para as juventudes, foi identificada uma orientação para que as instituições de ensino desenvolvam habilidades socioemocionais, cognitivas e técnicas para assegurar a mão de obra a serviço do capital e a reprodução dos valores da sociabilidade capitalista. Desse modo, desenvolve-se uma lógica meritocrática entre os indivíduos, a fim de que se constituam enquanto trabalhadores competitivos no mercado de trabalho.

Do mesmo modo, constatou-se, nos documentos analisados, uma ideia fetichizada de que profissionalização dos jovens é alternativa viável ao desemprego juvenil, obscurecendo as relações de produção capitalistas, nas quais é inviável que o mercado de trabalho absorva todo o conjunto da classe trabalhadora. Desse modo, o que se percebe é a construção de um poderoso discurso em que a profissionalização é peça chave para o controle dos jovens pobres, considerados perigosos para a ordem capitalista caso permaneçam ociosos. Assim, o controle das novas gerações ocorre por um discurso aparentemente bem intencionado, no qual a educação profissional e técnica é empregada para o suposto benefícios dos jovens trabalhadores, através da aquisição das habilidades e competências necessárias para a constituição de capital humano juvenil e o desenvolvimento da nação. Todavia, em sua essência, o discurso presente nos documentos analisados oculta a face perversa dos mecanismos que perpetuam a superexploração da força de trabalho nos países dependentes, buscando moldar as juventudes às necessidades da ordem do capital.

Outro dado importante dos achados desta pesquisa refere-se ao conceito de Trabalho Decente, formulado pela OIT, que norteia as políticas públicas de emprego para as juventudes na realidade brasileira. A análise da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ) permitiu identificar que esta se constitui enquanto um avanço no âmbito das formulações do Estado para assegurar às juventudes o direito ao trabalho e enfrentar a precariedade das relações e condições a que estão submetidas grande parcela dos jovens brasileiros. Desse modo, a ANTDJ parte da realidade juvenil brasileira, a fim de apresentar um caminho possível a ser traçado pelas políticas públicas. Entretanto, problematiza-se as concepções expressas pela ANTDJ, uma vez que, foi possível identificar a busca pela harmonização e humanização das relações do trabalho sob a ordem do capital, indo ao encontro do discurso neoliberal, sem qualquer apreensão crítica da realidade social.

Nesse sentido, cabe apreender criticamente o conceito de Trabalho Decente, formulado pela OIT e difundido ao redor do mundo, como a solução para a superação da pobreza e a redução das desigualdades sociais, bem como da garantia da governabilidade democrática e do desenvolvimento sustentável. Embora não restrito às juventudes, foi possível identificar que há um enfoque

para as novas gerações enquanto forças de trabalho futura; sobretudo, diante do ingresso prematuro e precários dos jovens em trabalhos degradantes, sem qualquer acesso a direitos, comprometendo o acesso a bens básicos e sua vida futura. Desse modo, o Trabalho Decente, ancorado na Teoria do Capital Humano, surge enquanto uma formulação sofisticada para mistificar o real sentido do trabalho assalariado sob a exploração capitalista, que, em sua essência, é incapaz de prover a dignidade humana, no sentido ontológico do trabalho. Portanto, o conceito se restringe a uma concepção moral daquilo que é aceito ou não no interior da sociedade capitalista em termos de decência do trabalho.

Desse modo, compreende-se que o Trabalho Decente para as juventudes se apresenta como uma promessa civilizatória que não pode ser cumprida nos marcos do capital, ao ignorar o traço de exploração capitalista em toda e qualquer forma de relação de trabalho na sociedade contemporânea, sobretudo, nas economias dependentes. Ademais, a racionalidade neoliberal atribui à subjetividade das juventudes os valores individualistas, consumistas e meritocráticos que falseiam a realidade social, advogando a ideia de liberdade no capitalismo. Isso posto, remete-se à compreensão de que o trabalho das juventudes desempenha um papel econômico significativo no contexto da superexploração da força de trabalho nos países dependentes, como o Brasil.

Conclui-se, a partir desta pesquisa, que o trabalho das juventudes brasileiras é marcado pela superexploração, implicando na violação do valor da sua força de trabalho e, conseqüentemente, no rebaixamento do salário do conjunto da classe trabalhadora, ao compor o exército industrial de reserva necessário ao ciclo do desenvolvimento capitalista. Contudo, para além da esfera econômica, os jovens ainda enfrentam uma série de violação de seus direitos fundamentais, como o direito à educação, à saúde, à moradia, à participação política. Ou seja, uma série de violações de direitos que impossibilita as vivências próprias das juventudes. Desse modo, os traços da superexploração que marcam historicamente as relações de classe no Brasil, se expressam na realidade do trabalho juvenil.

Sendo assim, é possível perceber que os direitos das juventudes brasileiras, expressos pelo Estatuto da Juventude, estão longe de ser efetivados na realidade dos jovens da classe trabalhadora. Ou seja, mesmo com os

avanços legais para este segmento nas últimas duas décadas, os jovens ainda vivenciam um cenário de invisibilidade perante o Estado Brasileiro, onde, na realidade concreta, seus direitos são constantemente violados. Se juridicamente as juventudes brasileiras alcançaram o status de sujeito de direitos; na materialidade da vida, pode-se dizer que há um longo caminho a trilhar. Ainda, nesse cenário, as juventudes são submetidas a trabalhos precários, como forma de garantir sua subsistência, e à desigualdade social imposta pela ordem do capital.

Retomando-se o problema de pesquisa que orientou a investigação que deu base a esta tese –*Como vem se constituindo o trabalho das juventudes frente à superexploração da força de trabalho no Brasil em um contexto de crise do capital?* – conclui-se que foi possível responder ao problema de pesquisa, contudo, considerando que se trata de uma pesquisa exploratória, identifica-se a necessidade de estudos complementares a fim de adensar o tema da exploração da força de trabalho juvenil no capitalismo contemporâneo, sobretudo, mediado pelas relações de gênero, sexo, sexualidade e raça/etnia, uma vez que nesta pesquisa não foi possível englobar estas questões. Ademais, destaca-se que o processo de produção de conhecimento exige que o pesquisador esteja sempre em movimento, realizando sucessivas aproximações ao objeto de estudo, alcançando sínteses provisórias que impulsionam novos processos investigativos e novas sínteses.

Portanto, a partir das considerações apontadas sob a forma de síntese nesta conclusão, apresenta-se a tese resultante desse processo:

Nas economias dependentes, como no Brasil, a superexploração da força de trabalho juvenil é um dos mecanismos de compensação pela transferência de valor para as economias centrais. A superexploração da força de trabalho juvenil é identificada pela inserção precoce no mundo do trabalho, pelo desemprego estrutural juvenil, pelo pagamento abaixo do valor da força de trabalho, pelas longas jornadas laborais, pelas condições precárias e degradantes de trabalho dos jovens brasileiros. Ademais, as juventudes representam um segmento fundamental no exército industrial de reserva, contribuindo ativamente para o processo de reprodução do capital, a partir do rebaixamento dos salários dos trabalhadores como um todo. No Brasil, a ascensão neoconservadora e o redirecionamento ultraneoliberal, expressões de uma crise estrutural do capital

a nível mundial, agudizam as violações de direitos das juventudes, apesar dos tímidos avanços nos marcos legais para este segmento. Frente a este contexto, as ações do Estado para as juventudes brasileiras voltam-se para a construção do capital humano juvenil, ancoradas nas premissas neoliberais das agências e organismos internacionais, numa forma sofisticada de mistificar a exploração do trabalho das juventudes sob a ordem do capital.

Desse modo, identifica-se a atual necessidade da formulação de políticas públicas voltadas para o segmento juvenil que contemplem suas especificidades, bem como questões referentes aos marcadores de gênero e raça, além dos locais de moradia, a fim de garantir o direito à cidade aos jovens das periferias. Contudo, sendo a superexploração da força de trabalho e a condição de precariedade da vida da classe trabalhadora um elemento que particulariza as economias dependentes e, conseqüentemente, implica na constante violações de direitos das juventudes brasileiras, as políticas públicas por si só não serão capazes de alterar essa realidade. Isso não significa relativizar sua importância em um país como o Brasil, fruto de uma formação social marcada pela dependência e a desigualdade social, onde toda e qualquer política pública de reparação histórica tem em si um grande impacto da vida da população, como por exemplo, as políticas de cotas para a população negra. Cabe, entretanto, refletir o necessário e urgente fortalecimento dos movimentos sociais das e pelas juventudes, não se limitando aos discursos disseminados pelas agências e organismos internacionais.

Nesse aspecto, identificamos um potencial importante quanto a atuação dos assistentes sociais, seja no exercício profissional nas políticas públicas voltadas ao atendimento dos jovens e adolescentes, bem como, nas formulações teóricas no âmbito acadêmico. Já no artigo 4º da Lei de Regulamentação da Profissão, Lei N º 8.662, aprovada em 7 de junho de 1993, se estabelece entre que umas das competências do assistente social é a prestação de apoio e assessoria aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade. Desse modo, o Código de Ética da profissão atribui como um direito de o profissional apoiar ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania, bem como, se constitui enquanto um dever respeitar a

autonomia destes mesmos movimentos e organizações da classe trabalhadora. Portanto, compreende-se que a atuação e fortalecimento dos movimentos sociais das e pelas juventudes é um importante caminho a ser seguido pelos assistentes sociais em consonância com os preceitos estipulados no Código de Ética e na Lei de Regulamentação Profissional.

Trata-se, assim, de a categoria profissional de assistentes sociais apropriar-se do debate acerca das juventudes, bem como de fortalecer seus espaços de organização política. O tema das juventudes ainda é desconhecido por grande parte dos assistentes sociais, apesar do trabalho profissional ter contato direto com este segmento nos mais diversos espaços de atuação. Identifica-se, assim, a necessidade de se estabelecer espaços formativos no âmbito do conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS, a fim de que os assistentes sociais se apropriem dos marcos legais e teóricos da realidade juvenil brasileira, bem como, de provocar o debate e a reflexão das juventudes, enquanto categoria teórica possível de ser analisada e compreendida sob a perspectiva materialista e dialética, ancorada na teoria marxista.

Por fim, destaca-se que, apesar das inúmeras investidas do capital, as juventudes se colocam em movimento frente às contradições da vida material impostas pelas políticas de austeridade ultraneoliberal do tempo presente. Não à toa que as maiores mobilizações deste século, não somente no Brasil, mas em todo o mundo, são protagonizadas pelas juventudes. Nesse sentido, cabe reacender a chama da dignidade e da rebeldia, tecendo os caminhos na luta coletiva e anticapitalista pela verdadeira história humana, livre e emancipada. Como nos lembra Eduardo Galeano: *“há outro mundo na barriga deste, esperando. Que é um mundo diferente. Diferente e de parto difícil. Não nasce facilmente. Mas com certeza pulsa no mundo em que estamos.”* A luta nunca cessou. Um outro mundo é possível e tem a obrigação de existir. Um mundo onde caibam muitos mundos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.W.; branco, P.P.M. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

ABRAMO, Helena Wendel. Jovens da periferia no centro da cena política. **Teoria e Debate**. Disponível em <https://teoriaedebate.org.br/2020/06/12/jovens-da-periferia-no-centro-da-cena-politica/>. Acesso em 17 de maio de 2020.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**. Bauru, Projeto Editorial Praxis, 2014.

AMARAL, Marisa Silva. Ainda a categoria superexploração da força de trabalho: mais reflexões sobre novas e velhas controvérsias. **6º Encontro Internacional de Política Social e 13º Encontro Nacional de Política Social**, Vitória (ES, Brasil), de 04 a 07 de junho de 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/20120>> Acesso em junho de 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado na era digital**. 1ª. Ed. São Paulo, Boitempo, 2018.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2ed. São Paulo. Cortez. 1995.

_____. PRAUN, Luci. A aposta nos escombros: reforma trabalhista e previdenciária: a dupla face de um mesmo projeto. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 56-81, 2019.

BRAGA, Ruy. SANTANA, Marco Aurélio. Dinâmicas da Ação Coletiva no Brasil Contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 529-544, Set./Dez. 2015.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Juventude**. Projeto de Lei nº 4.530/2004.

BRASIL. Sistema Nacional de Juventude, **SINAJUVE**. Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013.

BRASIL. **Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

BRASIL. **Decreto nº 10.226, de 5 de fevereiro de 2020.** Altera o Decreto nº 9.306, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

BRASIL, **Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

BRASIL, **Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

BRASIL, **Portaria nº 24, de 19 de janeiro de 2021.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Reconhecimento e Certificação de Saberes e Competências Profissionais - Re-Saber, no âmbito do Ministério da Educação.

BRASIL, **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019.** Instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.

BRASIL, **Portaria Nº 532, de 14 julho de 2021.** Regulamenta a modalidade autofomentada das escolas participantes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.

BRUSCHINI, Cristina. Mulher, casa e família. **Revista dos Tribunais**, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1990.

CALIARI, Hingridy Fassarella. **Uma crítica ontológica das juventudes a partir de Georg Lukács.** Tese doutoral apresentada ao Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2021.

CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. Desemprego: o custo da desinformação. **Revista Brasileira de Economia**, vol. 59, n. 3, p. 381-425, jul./Set. Rio de Janeiro, 2005.

CARCANHOLLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Economia Contemporânea**, v. 12, n.2, p. 247 - 272, Rio de Janeiro, maio/ago, 2008.

CARROCHANO, Maria Carla. ABRAMO, Laís Wendel. Juventude, educação e trabalho decente: a construção de uma agenda. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v.22, n.47, p. 110-129, jan./abr. 2016.

CARVALHO, Giane Carmem Alves de. Por Uma Crítica Ao Capital Humano: Utopias e Distopias na Formação dos Jovens Estudantes de Ensino Médio na Grande Florianópolis. **Tese de Doutorado em Sociologia Política**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

CARVALHO, Salo de. O Encarceramento Seletivo da Juventude Negra Brasileira. **Rev. Fac. Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 67, pp. 623 - 652, jul./dez. 2015.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005.

DILLENBURG, Fernando Frota. A dialética da crise econômica nas seções II e III do livro III d'O Capital de Marx. **Revista Opinião Filosófica**, v. 08; v. 02, Porto Alegre, 2017.

FLORI, Priscilla Matias. Desemprego de Jovens no Brasil. **Revista da ABET**, Paraíba, Vol. 5, No. 1, pp. 29-60, 2005.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, Crises e Conjuntura. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p.409 - 425, set./dez. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Capital Humano. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. Cortez, São Paulo, 1995.

GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços**. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Wagna Maquis Cardoso de Melo. As políticas de mercado de trabalho para a juventude na "agenda de trabalho decente" dos países BRICS. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Natal, 2019.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. Vol. 2**. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 2006.

GROPPO, Luis Antonio. Sentidos De Juventude na Sociologia e nas Políticas Públicas do Brasil Contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, n 1, p. 383-402, São Luís, jan./jun. 2016.

_____. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí: Paco e Littera, 2017.

_____. SILVEIRA, Isabella Batista. Juventude, Classe Social e Política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 12, n. 1, p. 7-21, jan./abr. 2020.

GUILLAND, Romilda; MONTEIRO, Janine Kieling. Jovens e Desemprego: Estado da Arte. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, p. 145 - 158, Florianópolis, jul-dez 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v10n2/v10n2a11.pdf>> Acesso em: abr. 2020.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBBSAWM, E. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914 - 1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetice: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IANNI, Octávio. A Construção da Categoria. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 397-416, abr. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639917/7480>> Acesso em: abr. 2020.

IASI, Mauro Luis. O Marxismo diante de um novo século. **Revista Praia Vermelha**, v. 23, n. 2, p. 331-356, Rio de Janeiro, jul./dez. 2013.

_____. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo, 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: abr. 2020.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Quarto Trimestre de 2019. Out. - Dez. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_4tri.pdf>. Acesso em: abr. 2020.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Trimestre Móvel Dez. - Fev. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2020_fev.pdf>. Acesso em: abr. 2020.

_____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro, IBGE, 2020.

KELLER, S. B. A. **A Ofensiva do Conservadorismo:** Serviço Social em Tempos de Crise. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOSIK, Karel. **A Dialética do Concreto.** 2ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma Empresa:** O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina, Editora Planta, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal e Lógica Dialética.** 5 ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1991.

LESSA, Sergio. Lukács: Trabalho, Objetivação, Alienação. **Revista Trans/Form/Ação**, p. 39–51, 1992.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. esp. p. 37-45, Florianópolis, 2007.

LIRA, Terçália Suassuna Vaz. O Sentido do Trabalho Infantil Doméstico: particularidades e contradições na esfera da reprodução social nas economias periféricas dependentes. **Tese de Doutorado.** Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência:** problemas e categorias - uma visão histórica. 1 ed. Expressão Popular, São Paulo, 2018.

_____. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
MANDEL, Ernest. **Introdução ao Marxismo**. 2ª ed. Renascença, Porto Alegre, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. p. 137-180. São Paulo, Expressão Popular, 2005,

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. **Para a crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O rendimento e suas fontes**: A economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O Capital - Crítica da Economia Política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. 4 ed. São Paulo, Centauro, 1969.

_____. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo, Boitempo, 2012.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A Educação para além do Capital**. 2ª ed. São Paulo, Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 22a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **Novo Ensino Médio – perguntas e respostas**. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em 09 de janeiro de 2022.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, v. 22, n. 37, p. 7-32, Porto Alegre, 1999.

_____. Uma Tempestade de Luz: a compreensão possibilitada pela Análise Textual Discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, Bauru, 2003.

_____. GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise Textual Discursiva: Processo Reconstutivo de Múltiplas Faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, Bauru, 2006.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da Questão Social, **Revista Temporalis**, Ano II, n. 3, Jan/jul. Brasília: ABEPSS, 2001.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NUNES, C. F. O Trabalho das Juventudes Brasileiras frente à Superexploração da Força de Trabalho no Contexto de Crise do Capital. **Projeto de Pesquisa de Doutorado**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2020.

OIT, **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude** – Brasília: MTE, SE, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>> Acesso em: abr. 2020.

OSORIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: MARTINS, Carlos Eduardo; SOTELO VALENCIA, Adrián (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____. **O Estado no Centro da Mundialização**: A sociedade civil e o tema do poder. Edição revista e ampliada. 2ª ed. Expressão Popular, São Paulo, 2019.

OXFAM. **O vírus da desigualdade**: Unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável. Relatório. Oxfam International, janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/01/bp-the-inequality-virus-110122_PT_Final_ordenado.pdf?utm_campaign=davos_2021_-_pre_lancamento&utm_medium=email&utm_source=RD+Station>. Acesso em março de 2021.

PAIVA, Beatriz Augusto de; HILLESHEIM, Jaime. Ainda sobre os 80 anos do Serviço Social: direitos em tempos de ruptura democrática, **Textos & Contextos**, v. 15, n. 2, p. 234 - 249, Porto Alegre, ago./dez 2016.

PAIS, José Machado. **Ganchos, Tachos e Biscates**: jovens, trabalho e futuro. 4. ed. São Paulo: Edições Machado, 2016.

_____. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social**, vol. XXV, p. 139-165, 1990. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>>. Acesso em agosto de 2021.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. Avaliação de sistemas e política de competências e habilidades da OCDE. **Revista Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 1,

p. 107-127, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/10799>>
Acesso em: 10 de jan. 2022

PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano 2019. **Além do rendimento, além das médias, além do presente:** As desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2019. Disponível em: <https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf>. Acesso em julho de 2020.

PRATES, Jane Cruz. Planejamento da Pesquisa Social, **Temporalis**, ano 4, n. 7, Porto Alegre, ABEPSS, 2004.

_____. PRATES, Flavio Cruz. Problematizando o uso da técnica de Análise Documental no Serviço Social e no Direito. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, p. 111 – 125, jul./dez. 2009.

PREVITALI; Fabiane Santana; FAGIANI, Cílon César. Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, nº 4, artigo 1, Rio de Janeiro, Out./Dez. Fundação Getúlio Vargas, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/rvxsFGk9psvf5hz6tPSXSFs/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

POCHMANN, Márcio. **Inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo, ABET, 1998.

SALES, Mione Apolinario. **(In)Visibilidade Perversa:** Adolescentes infratores como metáfora da violência. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, p. 01 – 262, São Paulo, 2004.

SANTOS, Ariovaldo De Oliveira. Juventude, Política Pública e a Ideologia do Trabalho Decente. **Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**. Florianópolis, UFSC, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180591/Eixo_1_166.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 22 de janeiro.

SAVIANI, Dermeval. As Concepções Pedagógicas na História da Educação Brasileira. Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, financiado pelo CNPq, para o “Projeto 20 anos do Histedbr”. Campinas, 25 de agosto de 2005. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portaunioeste/images/files/PHC/3_Artigo_-_Saviani_-_Asc_concep%C3%A7%C3%B5es_pedag%C3%B3gicas_na_hist%C3%B3ria_da_educa._brasileira.pdf>. Acesso em 27 de janeiro de 2022.

SILVA, Francisco Carlos Lopes da. O trabalho infanto-juvenil na sociedade capitalista. **Dossiê - Crianças e Adolescentes Excluídos: Ações e Reflexões**. Educ. rev. (15). Dez 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/DdHMsFMFPjKKgnD77c6W8Jx/?lang=pt#>>. Acesso em 28 de janeiro de 2022.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social, **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6 n. 2 p. 282-297. jul./dez. 2007.

Silva, P. R. & Mayorga, C. Experiências de jovens pobres participantes de programas de aprendizagem profissional. **Psicologia & Sociedade**, 28(2), 298-308. 2016.

SIMIONATTO, Ivete. COSTA, Carolina Rodrigues. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. **Rev. Katálisis**, vol.17 nº.1 Florianópolis Jan./June, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802014000100007>>. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

SCHERER, Giovane Antonio. **O caleidoscópio da (in)segurança**: os reflexos da dialética da (des)proteção social nas juventudes. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. p. 01 – 257, Porto Alegre, 2015.

_____. Notas sobre juventude, classe social e política. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 12, n. 1, p. 22-31, jan./abr. 2020.

_____. GERSHENSON, Beatriz. Uma Promessa Civilizatória Perversa: as políticas públicas e juventudes na era neodesenvolvimentista. **Textos & Contextos**, v. 15, n. 1, p. 160 - 170, jan./jul. Porto Alegre, 2016

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil**: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

_____. CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, nº 4, dez, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes e CARROCHANO, Maria Carla. A face oculta das transferências de renda para os jovens no Brasil. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 2, nov. 2005. pp. 141 – 172. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/HZmZHPjvg9VtW6wTwCsk9Rp/?lang=pt>>. Acesso em 18 de janeiro de 2022.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, p. 01 – 337, Belo Horizonte, 2016.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade, **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS. Brasília/DF, 2009.

REFERÊNCIAS DOS ARTIGOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

AZEVEDO DE SOUZA, M. B. C.; HELAL, D. H.; DE PAIVA, K. C. M. Análise descritiva das dimensões do burnout: um estudo com jovens trabalhadores. **Caderno Brasileiro de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 4, p. 817–827, 2019.

BARROS, C. T. et al. Mas se o homem cuidar da saúde fica meio que paradoxal ao trabalho”: relação entre masculinidades e cuidado à saúde para homens jovens em formação profissional. **Saúde e Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 423–434, 1 abr. 2018.

BECKER, K. L. Como a deficiência afeta a educação e o trabalho de jovens no Brasil. **Nova Economia**, v. 29, n. 3, p. 1009–1039, 1 set. 2019.

BORGES, Â. Jovens em mercados de trabalho em mudança: Indicações a partir da trajetória de dois grupos geracionais. **Última década**, v. 24, n. 44, p. 195–225, jul. 2016.

BORGES, V.; FARIA, I. Jovens, formação e mercados artísticos: estudos no Brasil e em Portugal. **CIDADES, Comunidades e Territórios**, n. 30, jun. 2015.

BRAGA, R.; SANTANA, M. A. Dinâmicas da Ação Coletiva no Brasil Contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. **Caderno CRH**, v. 28, n. 75, p. 529–544, 1 set. 2015.

CANGUSSU SOUZA, D. C.; VAZQUEZ, D. A. Expectativas de jovens do ensino médio público em relação ao estudo e ao trabalho. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 2, p. 409–426, 2015.

CASTRO, B. Trabalho Perpétuo: O Viés de Gênero e o Ideal de Juventude no Capitalismo Flexível. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 99, p. 169–199, 2016.

CORRÊA, C. S.; JOBIM E SOUZA, S. Dinâmicas profissionais contemporâneas: algumas contribuições da sociologia de Richard Sennett. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 29, n. 1, p. 54–64, 29 abr. 2017.

CORRÊA, C. R.; LIMA, J. E. DE. Determinantes da participação e dos rendimentos dos jovens no mercado de trabalho: o caso da Região Metropolitana de Recife. **Cadernos Metrópole**, v. 17, n. 34, p. 541–553, nov. 2015.

CORROCHANO, M. C.; ABRAMO, H. W.; ABRAMO, L. W. O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, p. 135–169, dez. 2017.

CORROCHANO, M. C.; SOUZA, R.; ABRAMO, H. Jovens Ativistas das Periferias: experiências e aspirações sobre o mundo do trabalho. **Trabalho Necessário**, v. 17, p. 162–186, 2019.

DA SILVA FILHO, L. A.; FERREIRA DA SILVA, F. J.; NUNES DE QUEIROZ, S. Jovens no Mercado de Trabalho Formal Brasileiro: uma análise quantitativa. **Revista Facultad de Ciencias Económicas**, v. 23, n. 2, 20 dez. 2015.

DA SILVA, R. C. et al. Âncoras e valores sob diferentes perspectivas da gestão de carreira. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 18, n. 59, p. 145–162, 2016.

DEITOS, R. A.; LARA, A. M. DE B.; ZANARDINI, I. M. S. Política de Educação Profissional no Brasil: aspectos socioeconômicos e ideológicos para a implantação do Pronatec. **Educação e Sociedade**, v. 36, n. 133, p. 985–1001, 1 dez. 2015.

DORNELLES, A. E.; PANOZZO, V. M.; REIS, C. N. DOS. Juventude latino-americana e mercado de trabalho: programas de capacitação e inserção. **Revista Katálisis**, v. 19, n. 1, p. 81–90, jun. 2016.

DOS SANTOS, A. L.; GIMENEZ, D. M. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 153–168, 2015.

DUTRA-THOMÉ, L.; PEREIRA, A. S.; KOLLER, S. H. O desafio de conciliar trabalho e escola: Características sociodemográficas de jovens trabalhadores e não-trabalhadores. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. 1, p. 101–109, 1 jan. 2016.

GASPAR, L. Projovem Urbano: A Precarização Mascarada Sob o Signo da Formação Inicial para o Trabalho Simples. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 17, n. 1, 2019.

JANATA, N. E. A formação de jovens do campo e o vínculo entre conhecimento, trabalho e educação: um estudo do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak. **Educar em Revista**, n. 55, p. 111–127, mar. 2015.

JUNIOR, P. R. DA S.; MAYORGA, C. Experiências de Jovens Pobres Participantes de Programas de Aprendizagem Profissional. **Psicologia e Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 298–308, 2016.

KUENZER, A. Z. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 57–66, 1 jan. 2020.

MARTINS, B. V.; SCHERDIEN, C.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. Estrutura de classe e mobilidade social no processo de inserção profissional de jovens no Brasil: reflexões e agenda de pesquisa. **Cad. EBAPE.BR**, v. 6, p. 564–576, 2019.

NEVES, M. DE C. R.; GONÇALVES, M. F.; DE LIMA, J. E. Mundos distintos e realidades semelhantes: Empregabilidade dos jovens no Nordeste e Sudeste brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, n. 2, p. 335–356, mai. 2015.

NUNES, M. B. DE A.; FERNANDEZ, C. B. Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 19, n. 1, p. 64–72, jun. 2016.

OLIVEIRA, R. DE. O Ensino Médio e a precocidade do trabalho juvenil. **Educar em Revista**, v. 34, n. 67, p. 177–197, fev. 2018.

OLIVEIRA, R. DE. O Ensino Médio e a Inserção Juvenil no Mercado de Trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 1, p. 79–98, abr. 2018.

OLIVEIRA, T. D.; GOLGHER, A. B.; LOUREIRO, P. M. Trajetórias de local de moradia, estudo e trabalho dos jovens Brasileiros entre 2003 e 2011: Uma análise de entropia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 1, p. 31–52, 1 jan. 2016.

OLTRAMARI, A. P.; CÓRDOVA, R.; TONELLI, M. J. Trabalhador-consumidor: a atração de jovens pelo employer branding na escolha profissional. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. spe, p. 750–764, nov. 2019.

PAULINO, D. DE S.; BENDASSOLLI, P. F. Significado do trabalho e busca de emprego para jovens nem-nem. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 36, n. 2, p. 373–388, 2018.

PEREGRINO, M.; PINHEIRO, D.; SOUZA, L. C. DE. Engajamento, educação e trabalho. Demandas da juventude no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 42, 1 jan. 2018.

PEREIRA, M. DE F. R.; MARCOCCIA, P. C. DE P. Subalternização no trabalho e na educação de jovens da agricultura familiar no Primeiro e Segundo Planalto do município da Lapa/Paraná: possibilidades de superação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, 2019.

PINHEIRO, L. R. Educação e Agenciamentos em Periferias Urbanas: A Produção de Alternativas Laborais entre Jovens. **Educação em Revista**, v. 36, 2020.

PONTES, R. P. et al. O comportamento de jovens e adultos no mercado de trabalho brasileiro com relação à permanência no emprego. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 3, 2018.

PRADO, A. C. DA S. A.; SILVA, C. R.; SILVESTRINI, M. S. Reflexão Juventudes, trabalho e cultura em tempos de racionalidade neoliberal. 2018.

REDIG, A. G.; GLAT, R. Programa educacional especializado para capacitação e inclusão no trabalho de pessoas com deficiência intelectual. **Ensaio**, v. 25, n. 95, p. 330–355, 2017.

REIS, M. Uma análise da transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, n. 1, p. 125–143, 2015.

SANTOS, R. DOS. Trabalho e educação entre jovens de 15 a 29 anos residentes no campo: desafios à ampliação da escolaridade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 98, n. 250, 18 jun. 2019.

SILVA, E. B. da et al. Meteoro da ilusão: sentidos do trabalho para jovens gerentes de bancos públicos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. spe, p. 765–782, 2019.

SILVA, R. R. D. da. Trabalho, Educação e Juventudes: Diálogo Com o Pensamento Social de Christian Laval e Pierre Dardot. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 17, n. 3, 2019.

SIMÕES, P. H. de C.; ALVES, J. E. D.; SILVA, P. L. do N. Transformações e tendências do mercado de trabalho no Brasil entre 2001 e 2015: Paradoxo do baixo desemprego? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 3, p. 541–566, 2016.

SPOSITO, M. P.; SOUZA, R.; ARANTES SILVA, F. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, p. 01-24, 2018.

TOMMASI, L. DE; CORROCHANO, M. C. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 353–372, ago. 2020.

VASCONCELOS, A. M. et al. Programa bolsa família e geração “nem-nem”: Evidências para o Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 71, n. 2, p. 233–257, 2017.

REFERÊNCIAS DAS TESES DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Maria Alda de Sousa. **Juventudes e Ensino Médio: transições, trajetórias e projetos de futuro**. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

AMORIM, M. G. R. de. **Educação para o trabalho ou para a formação humana: a proposta educacional do capital para trabalhadores jovens materializada no Projovem**. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

ASSUNÇÃO, T. M. R. de S. R. **Juventude e Políticas Públicas de Trabalho no Governo Lula: “Qualificação” Para Quem?**. Tese apresentada ao Programa

de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2017.

BENEVIDES, M. R. T. **A produção de si pelo trabalho: estratégias, práticas e experiências juvenis**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, 2019.

BLANCO, D. M. **Juventude e ensino técnico no Brasil contemporâneo: variações e tensões disposicionais nas (in)definições de um percurso de estudos e profissionalização**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BORGES, R. C. P. **Tramas da vida cotidiana de jovens universitários que conciliam estudo e trabalho**. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

CABRAL, E. S. de M. **Juventudes, Trabalho e Escola: Interfaces com a Saúde**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CARADE, H. O. S. **Entre a “Síndrome do pato” e o “efeito Mateus”: juventude e políticas sociais na periferia de Salvador**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FARIA, I. **Viver de arte: percursos de formação e inserção socioprofissional de egressos de cursos de educação profissionalizante em artes, em Salvador, Bahia**. Programa De Pós-graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

FRANCO, D. B. **Empobrecimento da experiência, formação e juventude**. Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

FREITAS, R. C. F. **Sistema punitivo e justiça restaurativa: os reflexos na escolarização e profissionalização na socioeducação**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. 2017.

GONÇALVES, W. M. C. de M. **As políticas de mercado de trabalho para a juventude na "agenda de trabalho decente" dos países BRICS**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

KOEPSEL, E. C. N. **Políticas do Ensino Médio e a Formação Profissional Técnica de Nível Médio no Brasil: do Trabalhador-cidadão a Juventudes**. Universidade Estadual De Maringá, 2014.

LANES, M. P. de. **Capitalismo Dependente e a Superexploração da Força de Trabalho: uma análise da juventude da classe trabalhadora no Brasil**. Tese

apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

LINHARES, M. I. S. B. **Escovando histórias a contrapelo: narrativas de jovens sobre as suas trajetórias sociais e profissionais na “cidade das oportunidades”**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

LIZARAZO, R. P. **Mobilidade territorial do trabalho de jovens rurais em territórios do agrohidronegócio de cultivos flexíveis: Palma de azeite nos departamentos de Meta e Casanare (Colômbia) e cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (São Paulo, Brasil)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2018.

LOMBARDI FILHO, S. C. **O processo de transição escola-trabalho no Brasil: primeiro emprego, emprego decente e heterogeneidades nacionais em perspectivas comparativas**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MARTINS, J. A. C. **Ser jovem trabalhador: entre a conformação à reprodução metabólica do capital e sua superação**. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

MENEZES, I. G. de. **No sertão da minha terra, o sentido da escolarização, as expectativas profissionais e o discurso sobre identidade e individualizações de jovens rurais estudantes do ensino médio em escolas urbanas**. Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2016.

MOTA, D. G. F. da. **Os Jovens Que Nem Trabalham Nem Estudam No Brasil: Caracterização e transformações no período 2004/2015**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MOURA, L. S. de. **Juventude e trabalho: o perfil do jovem aprendiz da rede pró-aprendiz-Go**. Universidade Federal de Goiás, 2018.

NEVES, S. R. S. **Precarização do Trabalho e Desemprego de Jovens com Escolarização Superior: Um estudo nas cidades de Macapá e Santana na Região Amazônica**. Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

NOGUEIRA, F. M. M. **O futuro é a semana que vem: um estudo sobre juventude e tempo**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016.

PERDIGÃO, Solange Alves. **Significações de futuro profissional para estudantes de ensino médio de diferentes classes sociais residentes em**

municípios com ofertas de formação profissional desiguais. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019.

PESSOA, M. C. B. **Política de formação profissional e contextos sociais: trajetórias e projetos de vida de jovens.** Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba. 2017.

ROSA, L. B. P. da. **Amo mesmo tudo isso? Ideologia e a Luta por Direitos dos Trabalhadores das Redes de Fast Food.** Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, R. S. dos. **E depois da escola? Desafios de jovens egressos do ensino médio público na cidade de São Paulo.** Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

SCHERER, G. A. **O Caleidoscópio da (In)Segurança: os reflexos da dialética da (des)proteção social nas juventudes.** Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

SIEBEN, L. **(Des)encontros no processo de implantação da proposta do ensino médio politécnico no Rio Grande do Sul.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2017.

SILVA, J. D. F. Da. **Educação Profissional, Trabalho e Desenvolvimento Regional no Brasil no Período Recente.** Tese de Doutorado. Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2017.

SILVA, M. Á. P. **Trabalho e juventude: psicologia escolar na escola pública.** Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2015.

SILVA FILHO, I. R. **"Tudo por uma experiênciall": a socialização, construção da identidade e trajetória de jovens diante da experiência de aprendizagem profissional.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SILVA, Raquel Honorato da. **A vulnerabilidade juvenil e as políticas sociais em Campinas (SP).** Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

SILVA JUNIOR, P. R. da. **O/a jovem chamado/a nem nem: produzindo questionamentos a partir de pesquisas sobre juventude e das experiências de jovens pobres.** Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SOUZA, D. O. S. de. **Desigualdades no Centro da Cidade Partida: sentidos do trabalho entre jovens de diferentes classes sociais.** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SOUZA, K. S. P. de. **Juventudes, tribos e papéis profissionais: discursos acerca de uma escolha.** Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

VALERIANO, M. D. **Jovens Trabalhadores: o estágio como forma de inserção no mundo do trabalho.** Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

REFERÊNCIAS DAS DISSERTAÇÕES DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

AGUIAR, J. S. de. **Existo porque resisto: práticas de re-existência de jovens mulheres aprendizes frente às assimetrias de gênero.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

ARAÚJO, T. B. DE. **Avaliação da Lei de Cotas como instrumento de inserção de Jovens Com Deficiência no Mercado de Trabalho no Ceará.** Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018.

BASSO, F. D. S. **Inserção e Sobre-Escolaridade dos Jovens no Mercado de Trabalho diante das Transformações Econômicas e Sociais Brasileiras na Última Década.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

BENTO, D. F. C. **Políticas de Qualificação Profissional e Inserção de Jovens no Mercado de Trabalho em Regiões Periféricas: o caso do município de Ipojuca (PE).** Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

BEWIAHN, E. **Políticas públicas para juventude: um estudo de caso com egressos do ProJovem Urbano e sua inserção no mercado de trabalho no Distrito Federal.** Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

CAETANO, P. M. **Experiências de Jovens Trabalhadores em seu Processo de Escolarização em Marechal Cândido Rondon-PR (1990-2017).** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2019.

CARVALHO, M. F. F. de. **Representação social do trabalho: a percepção de jovens oriundos de programas de qualificação profissional.** Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2017.

DEMARCHI, R. G. **Jovens, escola e mundo do trabalho: experiências e significados em São Miguel Arcanjo- SP.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2018.

DIAS, C. M. **O trabalho como princípio educativo: uma análise do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) nas escolas públicas de Sorocaba-SP.**

Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2016.

DIAS, T. S. **Entre ausências, incertezas e labirintos: a inserção social de jovens que não trabalham nem estudam no Brasil.** Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

FURTADO, L. P. S. **Formação De Jovens Para O Mundo Do Trabalho: Um Estudo Sobre O Programa Preparação Para O Trabalho.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2017.

GALVÃO, F. dos S. **“Ousar Lutar, Organizando a Juventude pro Projeto Popular”: resistência, luta e organização da juventude proletária, o Levante Popular da Juventude em foco.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Brasil, 2015.

GARCIA, M. H. **Jovens Trabalhadores e o Movimento Sindical: Percepções e Participação sindical.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

LOTTERMANN, F. **“É como se eu não existisse”: A formação profissional e as repercussões na saúde do jovem aprendiz.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

MOURA, B. C. de. **Políticas de trabalho e juventude: uma análise da experiência latino-americana, focada na comparação entre Brasil e México.** Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

NEIVA, D. A. DE. **O Significado do Trabalho para Jovens da Qualificação Profissional no Âmbito da Assistência Social.** Universidade Federal Do Ceará. Fortaleza, 2016.

NUNES, M. B. D. A. **Juventude e Trabalho: Uma Análise da Implementação do Programa Projovem Trabalhador no Município de Manaus.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2015.

NUNES, S. R. D. R. **Fazer o que gosta, gostar do que faz: Jovens Estudantes e o(s) Mundo(s) do Trabalho.** Dissertação de Mestrado. Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2018.

OLETO, A. de F. **Assédio Moral: Um estudo sobre jovens trabalhadores.** Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

OLIVEIRA, C. D. DE. **Jovens estudantes do ensino médio integrado no Instituto Federal de Salto: experiências do presente e projetos de futuro.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 2019.

PAULA, D. B. de. **As Políticas de Interiorização do Ensino Superior e Perspectivas de Trabalho para Jovens Rurais - Um Estudo de Caso de Matipó, Minas Gerais.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2015.

PEIXOTO, J. O. A. **“Eu Não Vou Trabalhar em Call Center a Vida Toda”:** **Momentaneidade e Estratégias em Trajetórias de Jovens Teleoperadores.** Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2019.

PEREIRA, M. L. D. S. **Política Interna de Acompanhamento de Egressos: Uma proposta para o Campus Floresta do Instituto Federal do Sertão-PE.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019.

POGORZELSKI, K. D. **Trabalho, Juventude e Educação Profissional: O Programa Jovem Aprendiz no Município de Santa Izabel do Oeste/PR.** Dissertação de Mestrado. Francisco Beltrão: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018.

PRADO, A. C. DA S. A. **Trabalho e cultura para jovens artistas: mainstream ou resistência?** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 2019.

RADMANN, T. B. **Percepção dos Atores Sociais Sobre a Execução do Programa Jovem Aprendiz no Município De Bagé/RS: Entraves e Possibilidades.** Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2017.

ROCHA, M. DE S. **Vestindo a Camisa? Dimensões do Comprometimento Organizacional em Jovens Trabalhadores.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

RODRIGUES, T. M. **Juventude e mercado de trabalho no Brasil: formação e empregabilidade.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2017.

SANTANA, J. V. P. **O Direito à Profissionalização do Jovem Aprendiz à Luz do Garantismo Jurídico.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, 2018.

SANTANA, R. R. C. **Produção de sentidos por adolescentes sobre a experiência de trabalhar e estudar.** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017.

SANTOS, E. B. K. R. C. dos. **Inclusão Socioeconômica do Jovem: A Política Pública Nacional do Primeiro Emprego para Garantia do Trabalho Como Direito Fundamental.** Dissertação de Mestrado. Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2020.

SANTOS, J. M. dos. **As Trajetórias de Jovens Egressos do Ensino Médio de Escola Pública no Mercado de Trabalho de Salvador no Período de 2011 a 2017.** Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2018.

SANTOS, P. de M. **Políticas Públicas de Qualificação Profissional: a experiência do ProJovem Urbano no Município de Mesquita-RJ.** Dissertação de Mestrado. Nova Iguaçu: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, E. C. D. A. **A Escola Pública e o Sentido do Trabalho para Jovens Concluintes do Ensino Médio.** Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2019.

SILVA, L. E. da. **Educação e Força de Trabalho em uma Economia Primário-Exportadora: O Panorama das Ocupações para os Egressos do Ensino Médio da Microrregião de Capanema-PR.** Dissertação de Mestrado. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2020.

SILVA, M. P. da. **Juventude estudantil e as representações sociais da escola e de seu vínculo com o trabalho: o caso do ensino médio na Região Administrativa do Gama-DF.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2015.

SOUZA, M. B. C. A. DE. **Síndrome de Burnout e jovens trabalhadores: Um estudo em Recife – PE.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, 2017.

TORRES, T. P. DA R. **Prazer, Sofrimento e Retaliação: um estudo com jovens trabalhadores de Belo Horizonte (MG).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

VELOSO, J. R. P. **Aprendizagem: metamorfose de uma política pública de educação e trabalho dirigida à juventude brasileira.** Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

ZUANAZZI, N. R. **Projeto juventude semeando terra solidária: avanços e limites.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018.

ANEXOS

ANEXO A – Comprovante de aprovação do Projeto de Pesquisa pela Comissão Científica da Escola de Humanidades da PUC/RS

ENC: [SIPESQ] Resultado da Análise do Projeto

1 mensagem

Beatriz Gershenson <beatrizg@puhrs.br>
Para: Cintia Florence <cintia.florence@gmail.com>

22 de maio de 2020 08:54

Uhuh
Avante querida
Bj

Beatriz Gershenson

Professora Titular – Graduação e Pós-Graduação
ESCOLA DE HUMANIDADES
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4635554227009868>
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4118-9749>

Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 08 - sala 304-08
CEP: 90619-900 - Porto Alegre - RS
Fone: 3353.8238 - Ramal: 8238
www.puhrs.br/humanidades

De: Sistema de Pesquisas - SIPESQ <noreply@puhrs.br>
Enviado: quinta-feira, 21 de maio de 2020 15:10
Para: Beatriz Gershenson <beatrizg@puhrs.br>
Assunto: [SIPESQ] Resultado da Análise do Projeto



Esta mensagem foi emitida automaticamente pelo SIPESQ - Sistema de Pesquisas da PUC

Prezado(a) Coordenador(a) de Projeto de Pesquisa,

A Comissão Científica da(o) ESCOLA DE HUMANIDADES considerou que o projeto **9887 - D - O TRABALHO DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS FRENTE A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL** atende aos requisitos por ela definidos.

Desta forma, o projeto passa a constar nos dados oficiais relativos à pesquisa da Universidade, e caso necessário, já pode ser encaminhado para análise da Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) ou Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Atenciosamente,
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

1. Identificação do documento

1.1 Referência completa do documento:

1.2 Tipo de publicação: () tese () dissertação () artigo de revista

2. Dados sobre o (a) autor (a):

2.1. Nome, instituição e titulação:

3. Aspectos a serem sistematizados e analisados:

3.1 Síntese da publicação (descrição sintética do tema central e forma de sua abordagem)

3.2 Como se dá a abordagem em relação às juventudes?

3.3 Como se dá a abordagem do trabalho em relação às juventudes?

3.4 Síntese analítica da publicação

4. Observações e comentários:

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA A PESQUISA DOCUMENTAL

1. Tipos de Documentos

1.1 Legislações, Projetos de Lei e Decretos;

1.2 Programas e Projetos voltados ao mundo do trabalho;

1.3 Programas e Projetos voltados às juventudes com relação ao mundo do trabalho;

1.4 Publicações oficiais do Estado Brasileiro, de Institutos de Pesquisa e Organizações Internacionais.

2. Aspectos a serem sistematizados e analisados:

2.1 Origem do Documento:

2.2 Disponível em:

2.3 Acesso em:

2.4 Como se dá a abordagem em relação às juventudes?

2.5 Como se dá a abordagem do trabalho em relação às juventudes?

3. Observações e comentários:

APÊNDICE C - QUADRO EXEMPLIFICATIVO DA ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIA INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIA FINAL
Juventude e Ensino Técnico Profissionalização Educação para o trabalho Capital Humano Ensino Profissional Formação Profissional Qualificação Profissional Capacitação para a Juventude	Educação e Trabalho	Capital Humano Juvenil Ideologia da Profissionalização Educação para a Ordem do Capital
Inserção Profissional Precarização do Trabalho Mercado de Trabalho Sentido do Trabalho Mundo do Trabalho Trabalho Informal Mercado Formal de Trabalho Primeiro Emprego Desemprego Exército industrial de reserva Superexploração da força de trabalho juvenil Trabalho Perpétuo Empreendedorismo	Inserção precária dos jovens no mundo do trabalho	Superexploração da força de trabalho juvenil
Políticas Públicas para o Trabalho Política Nacional de Juventude Políticas Públicas (Des)Proteção social Programa Jovem Aprendiz Políticas Sociais Direitos Projovem Urbano Projeto Juventude Semeando Terra	Políticas Públicas de geração de trabalho e renda para a juventude	Trabalho Decente para a Juventude
Classe Social Consciência de Classe Ideologia Classe Trabalhadora Juventude Trabalhadora Jovens da classe trabalhadora Sindicalismo Ação coletiva Desigualdade Social Capitalismo Flexível	Reprodução social e luta de classe/Questão social	Juventude e Classe Social
Juventude Pobre Jovens com Escolarização Superior Juventude Trabalhadora Jovem aprendiz Jovem com deficiência Jovens ativistas das periferias Juventude latino-americana Jovens do campo Jovens da agricultura familiar	Modos de vida das juventudes/ Diferentes modos de vivenciar a juventude.	Experiência social da juventude

Fonte: Quadro sistematizado pela autora (janeiro de 2022).

APÊNDICE D - QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ELEMENTOS DA ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA DA PESQUISA DOCUMENTAL

CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIA INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIA FINAL
Taxas de desemprego elevadas; Alta rotatividade no emprego; Elevada taxa de informalidade; Jornada de trabalho semanal superior a 44 horas; Baixa remuneração; Ausência de proteção trabalhista; Dificuldade de inserção no primeiro emprego; Precarização do trabalho;	Condições de Trabalho	Superexploração da Força de Trabalho Precariedade das relações de trabalho
Políticas Públicas de emprego para a juventude Trabalho Decente para a Juventude Participação das juventudes nas políticas públicas;	Políticas Públicas de geração de trabalho e renda para a juventude	Trabalho Decente para a Juventude
Educação Profissional Profissionalização Juvenil Capital Humano Baixa escolaridade dos jovens; Evasão escolar e distorção idade-série das crianças e adolescentes pobres; Conciliar trabalho e estudo;	Ideologia da Profissionalização	Capital Humano Juvenil Educação para a Ordem do Capital
Jovens mulheres Desigualdade de gênero Sobreposição do trabalho reprodutivo às ocupações no mercado de trabalho	Mulheres e Trabalho	Desigualdade de gênero no mundo do trabalho

Fonte: Quadro sistematizado pela autora (janeiro de 2022).



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br